

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA  
NÍVEL DE MESTRADO**

**WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA**

**LEONARDO BOFF, UM INTELLECTUAL PÚBLICO.  
RELEITURA DO PASSADO CRISTÃO NA OBRA *IGREJA: CARISMA E  
PODER***

**CAMPO MOURÃO – PR  
2024**

**WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA**

**LEONARDO BOFF, UM INTELLECTUAL PÚBLICO.  
RELEITURA DO PASSADO CRISTÃO NA OBRA *IGREJA: CARISMA E  
PODER***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Linha de Pesquisa:** Memórias e Espaços de Formação

**Área de Concentração:** História Pública

**Orientador:** Dr. Marcos Roberto Pirateli

**CAMPO MOURÃO – PR  
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lima, Weverton José dos Santos

Leonardo Boff, um Intelectual Público. Releitura do passado cristão na obra "Igreja: carisma e poder". / Weverton José dos Santos Lima. -- Campo Mourão-PR, 2024.

101 f.

Orientador: Marcos Roberto Pirateli.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. História Pública. 2. Anitguidade Cristã. 3. Usos do passado. 4. Intelectual Público. 5. Leonardo Boff. I - Pirateli, Marcos Roberto (orient). II - Título.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA

**LEONARDO BOFF, UM INTELLECTUAL PÚBLICO.  
RELEITURA DO PASSADO CRISTÃO NA OBRA *IGREJA: CARISMA E PODER***

**BANCA EXAMINADORA**




**Marcos R. Pirateli**

Professor Associado do Colegiado de História  
UNESPAR | Campus de Paranavai

**Prof. Dr. Marcos Roberto Pirateli – Unespar**

Presidente da Banca e Orientador



**Prof. Dr. Federico José Alvez Cavanna – Unespar**

Examinador Interno



**Prof. Dr. Marcelo Augusto Pirateli – FAP**

Examinador Externo

Data de Aprovação

12/03/2024

Campo Mourão – PR

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe Maria Rita, ao meu pai Francisco Ferreira de Lima, e aos meus irmãos Walfrânia e Welber, por serem o alicerce da minha trajetória pessoal, assim como serem os principais incentivadores, apoiadores e motivadores dos meus sonhos e objetivos. Este trabalho é dedicado a vocês, pois sem vocês, eu nada seria.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é o ato de reconhecer e manifestar gratidão às pessoas que em determinado momento contribuíram para a trajetória pessoal e acadêmica e que foram fundamentais para que este trabalho se tornasse realidade. Neste aspecto, tenho uma gama muito grande de pessoas, amigos, familiares e colegas que fizeram parte da construção dessa história. A todos vocês: sintam-se abraçados. Porém, é importante ressaltar meus agradecimentos particulares a algumas pessoas essenciais nessa jornada.

Primeiramente, agradecer aquele que é digno de toda honra e toda glória, obrigado meu Deus, por todo seu amparo, misericórdia e amor incondicional, obrigado por me sustentar quando eu mais precisei.

À minha mãe, Maria Rita, que é sem dúvida minha fã e torcedora número um, ver sua felicidade e o orgulho estampado em seu rosto em cada fase desse mestrado foram fonte de força e inspiração.

Ao meu pai, Francisco Ferreira de Lima, que embora distante fisicamente, sempre foi um grande incentivador da minha trajetória acadêmica.

À minha irmã querida (quase uma mãe), Walfrânia, por todo apoio emocional, intelectual e financeiro, você me salvou do vermelho diversos meses e eu serei eternamente grato por isso.

Ao meu irmão Welber, pelas orações, pela intercessão, pelo ombro amigo e por cada palavra de apoio na hora certa e na medida certa.

À pessoa mais marrenta desse mundo, Weslei Sorte, meu companheiro, que entrou na minha vida para dar um colorido todo especial, e que acompanhou todo esse processo, desde a escrita do projeto de pesquisa até a entrega do texto final da dissertação. Foram 2 longos anos, um ano inteiro me acompanhando nas estradas até Campo Mourão, acordando às quatro da manhã e me ajudando em vários momentos. Você pode nem perceber, mais foi essencial para a conclusão deste trabalho, te amo!

A alguns amigos em especial, Beatriz Correa da Silva e Victor Ferreira e Silva por sempre me socorrerem quando as dúvidas surgiram; à Tatyane Larisa Moyano e Priscila Alves de Brito, por serem as melhores amigas de turma que eu poderia ter encontrado neste mestrado; e à Regiane Mayara Schmitz, você mora no meu coração, obrigado por tudo.

Ao meu prezado orientador Marcos Roberto Pirateli, palavras não são suficientes para expressar minha gratidão, obrigado por ter acreditado em mim desde o primeiro ano da

graduação, serei eternamente grato por cada conselho, cada auxílio, cada correção e pelo trabalho que desenvolvemos juntos.

Aos professores Federico Alves Cavana e José Carlos Gimenez pelos valorosos apontamentos e contribuições para com esta pesquisa no exame de qualificação. E ao professor Marcelo Augusto Pirateli por ter aceito fazer parte da banca de defesa.

Por fim, à UNESPAR, campus de Campo Mourão e ao PPGHP pela oportunidade de fazer parte desse importante programa e contribuir para a ampliação dos debates no campo da História Pública;

A todos vocês, muito obrigado!

*A esperança dos oprimidos e marginalizados é de que existe a possibilidade concreta de sua libertação sendo eles os sujeitos históricos principais de seu fazimento. A esperança dos cristãos é de que o Evangelho e a Igreja podem ser aliados poderosos nesta libertação que deve ser integral, pois este propósito faz parte do sonho de Jesus, do desígnio histórico de Deus e da missão integral da Igreja, sacramento de Cristo e de Deus no meio da História.*

*Leonardo Boff*



## RESUMO

LIMA, Weverton José dos Santos. **Leonardo Boff, um Intelectual Público. Releitura do passado cristão na obra Igreja: carisma e poder.** 101f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

O presente trabalho está inserido dentro do programa de Pós-graduação em História Pública na linha de pesquisa memórias e espaços de formação. Como um campo amplo e interdisciplinar, as discussões sobre história pública podem ser entendidas de diversas formas. Aqui é entendida dentro do tipo da *história e público*, que abarca a reflexividade e autoreflexividade sobre o campo. Deste modo objetiva-se compreender como Leonardo Boff, um intelectual público, realiza a recepção do passado e a releitura da comunidade cristã antiga e como aborda esses elementos na sua obra de modo a torná-los inteligíveis *para o seu público* a fim de formar criticamente e engajar e mobilizar na discussão política e social. O trabalho tem um caráter teórico bibliográfico, buscando compreender como elementos característicos do cristianismo antigo estão presentes na obra *Igreja: Carisma e Poder* de Leonardo Boff e como são utilizados na construção da sua narrativa de crítica à instituição visando mobilizar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A versão original da obra foi publicada em 1981 e por causa do seu conteúdo foi submetida à Congregação para Doutrina da Fé do Vaticano, passando por uma espécie de censura e sendo republicada em outras edições ao longo dos anos. O intelectual engajado exerce uma grande importância, sobretudo enquanto intelectuais no espaço público, na democratização do acesso ao saber histórico, às compreensões dos aspectos do passado na contemporaneidade, e à busca por uma sociedade mais consciente e crítica. Para isso, a ciência histórica e a recepção e releitura do passado contribuem para o processo de produção intelectual para públicos não acadêmicos.

**Palavras-chave:** Antiguidade Cristã; Leonardo Boff; História Pública; Usos do passado; Intelectual Público.

## ABSTRACT

LIMA, Weverton José dos Santos. **Leonardo Boff, a Public Intellectual. A reinterpretation of the Christian past in the piece Church: charisma and power.** 101f. Dissertation. Postgraduate Program in Public History – PPGHP – Master's degree. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2024.

This work is part of the Postgraduate Program in Public History in the line of research on memories and spaces of formation. As a broad and interdisciplinary field, discussions about public history can be understood in different ways. Here, it is understood within history and public, which encompasses reflexivity and self-reflexivity about the field. In this context, the objective is to understand how Leonardo Boff, a public intellectual, performs the reception of the past and the reinterpretation of the ancient Christian community and how he approaches these elements in his work in order to make them intelligible to his audience in order to critically form, and engage and mobilize in political and social discussion. This work has a bibliographical theoretical character, seeking to understand how characteristic elements of ancient Christianity are present in the piece Church: Charisma and Power by Leonardo Boff and how they are used in the construction of his narrative criticizing the institution to mobilize Base Ecclesiastical Communities (BECs). The original version of the piece was published in 1981, and because of its content, it was submitted to the Vatican's Congregation for the Doctrine of the Faith, undergoing a type of censorship and being republished in other editions over the years. The engaged intellectual is of great importance, especially as intellectuals in the public space, in the democratization of access to historical knowledge, the understanding of past aspects in contemporary times, and the search for a more conscious and critical society. To this end, historical science and the reception and re-reading of the past contribute to the intellectual production process for non-academic audiences.

**Keywords:** Christian Antiquity; Leonardo Boff; Public History; Uses of the past; Public Intellectual.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO .....  | 14        |
| <b>CAPÍTULO 1: HISTÓRIA PÚBLICA, HISTORIADORES E INTELLECTUAIS PÚBLICOS.....</b>                                      | <b>20</b> |
| 1.1 Como compreendemos o campo da História Pública .....  | 22        |
| 1.2 Historiadores acadêmicos e historiadores públicos .....   | 26        |
| 1.3 Intelectuais e suas funções sociais .....   | 31        |
| 1.3.1 Quem são os Intelectuais públicos? .....  | 35        |
| 1.3.2 Leonardo Boff, um intelectual público .....   | 40        |
| <b>CAPÍTULO 2: PASSADO CRISTÃO NA OBRA “IGREJA, CARISMA E PODER”</b>  | <b>45</b> |
| 2.1 Usos do passado e as preocupações com os abusos públicos .....  | 47        |
| 2.2 Antiguidade Cristã e o papel que ela ocupa na obra de Boff .....  | 55        |
| <b>CAPÍTULO 3: A ATUAÇÃO DE LEONARDO BOFF NO ESPAÇO PÚBLICO (CEB’s) COM BASE NA RELEITURA DO PASSADO CRISTÃO.....</b> | <b>66</b> |
| 3.1 As CEB’s como <i>locus</i> público de discussão teológica e histórica .....                                       | 69        |
| 3.2 Carisma x Poder, uma análise das críticas à Igreja .....  | 77        |
| 3.3 O clérigo silenciado, o intelectual livre .....   | 86        |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 95        |
| REFERÊNCIAS .....   | 97        |
| REFERÊNCIAS CONSULTADAS .....   | 102       |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar como o intelectual público Leonardo Boff realiza a recepção e releitura do passado cristão de modo a embasar sua discussão teológica, política e social, sobretudo para o público das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Tal atuação intelectual encontra espaço também no campo da história pública, que, entre outras coisas, é uma forma de produção e divulgação do conhecimento histórico que envolve a participação ativa dos sujeitos históricos e dos públicos não especializados, utilizando recursos tecnológicos e metodológicos diversos. Ela busca estabelecer um diálogo crítico, participativo e emancipatório entre os historiadores profissionais e os demais agentes sociais, valorizando as memórias, as identidades e as demandas dos grupos populares.

No Brasil é um campo historiográfico relativamente recente, que ganhou força nos últimos anos com a realização de eventos acadêmicos, a publicação de livros e artigos, a criação de redes de pesquisa e a oferta de cursos de pós-graduação. No entanto, isso não significa que a história pública seja uma novidade no país. Pelo contrário, existem diversas experiências de história pública que antecedem a sua institucionalização como campo historiográfico.

A análise e a reflexão sobre o aspecto teórico da história pública no Brasil são importantes por vários motivos. Em primeiro lugar, elas permitem reconhecer e valorizar as práticas que foram desenvolvidas antes da sua consolidação acadêmica, como, por exemplo, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, os museus comunitários, as iniciativas de educação popular, as CEBs, entre outras.

Em segundo lugar, elas possibilitam problematizar e debater os conceitos, as metodologias, os desafios e as potencialidades da história pública no contexto brasileiro, considerando as especificidades históricas, culturais, políticas e sociais do país. A história pública no Brasil não deve ser apenas uma adaptação dos modelos estrangeiros, mas sim uma construção democrática, plural e criativa que dialogue com as demandas e as expectativas dos diversos públicos que se interessam pela história. Neste aspecto, não apenas historiadores estão aptos à prática da história pública, mas também, por exemplo, os intelectuais com atuação no espaço público podem ser indivíduos ativos neste campo.

Por sua vez, o intelectual público é aquele que usa o seu saber, a sua arte e a sua palavra para criticar as injustiças, as opressões e as alienações que afetam a sociedade em que vive. Enquanto intelectual engajado, não se conforma com o status quo, mas busca transformá-lo à luz dos valores universais de liberdade, igualdade e fraternidade. Ele não se isola da realidade,

mas se envolve com os problemas concretos do seu tempo e do seu espaço, dialogando com os diversos públicos e agentes sociais.

A importância do intelectual engajado para a sociedade é enorme, pois ele contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, da cidadania ativa e da democracia participativa. Com isso ele pode ser um agente de mudança social, que denuncia as mazelas, propõe alternativas e mobiliza as pessoas para a ação coletiva. Sua contribuição e importância para a história pública também é fundamental, pois ele é um produtor e um divulgador do conhecimento histórico que envolve a participação ativa dos sujeitos históricos e dos públicos não especializados. O intelectual engajado pode, de acordo com sua atuação, praticar história pública ao utilizar recursos tecnológicos e metodológicos diversos para estabelecer um diálogo crítico, participativo e emancipatório entre os historiadores profissionais, suas produções e os demais agentes sociais.

É preciso fortalecer o papel do intelectual público engajado na sociedade e na história pública, reconhecendo e valorizando as suas experiências, problematizando e debatendo os seus conceitos, metodologias, desafios e potencialidades, construindo coletiva e criativamente uma história pública que dialogue com as demandas e as expectativas dos diversos públicos.

A história pública desempenha importante papel no combate aos usos e abusos do passado de maneira significativa. Ela permite que as pessoas tenham acesso a informações históricas de forma acessível e envolvente, promovendo uma compreensão mais completa de nosso passado. Ao tornar a história acessível a públicos mais amplos, podemos combater o uso tendencioso do passado, muitas vezes usado para promover agendas políticas ou ideológicas específicas da classe dominante.

Diante de tal contexto, esta pesquisa tem como objetivo a análise da obra *“Igreja: carisma e poder”* de Leonardo Boff<sup>1</sup>, e, a partir disso, demonstrar como sua intenção, por meio de uma releitura do passado, utilizou de elementos da história do cristianismo antigo para fundamentar e embasar a sua discussão teológica e intelectual em favor da teologia da

---

<sup>1</sup> Leonardo Boff, pseudônimo de Genézio Darci Boff, é teólogo, filósofo e professor brasileiro nascido em 1938. Foi membro da Ordem dos Frades Menores, quando se doutorou em Filosofia e Teologia pela Universidade de Berlim. Após retorno ao Brasil contribuiu na consolidação da Teologia da Libertação. Foi professor de Teologia no Instituto Teológico Franciscano e professor-visitante nas universidades de Lisboa (Portugal), Salamanca (Espanha), Harvard (EUA), Basel (Suíça) e Heidelberg (Alemanha). Devido às teses ligadas à Teologia da Libertação contidas no livro *Igreja: Carisma e Poder* foi submetido ao um processo pela Congregação para a Defesa da Fé, antigo Santo Ofício, e condenado em 1985 ao “silêncio obsequioso” e deposto das funções editoriais e de magistério, situação que lhe incomodou por quase uma década, até que em 1992 renunciou o serviço e religioso. Atualmente é professor aposentado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e continua atuando como escritor e conferencista, e também como assessor de movimentos sociais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s).

libertação, com a interpretação do evangelho voltado aos mais pobres e oprimidos, em contraponto a uma Igreja-instituição enviesada pela hierarquia e pelo poder.

**Figura 1 – Foto de Leonardo Boff**



Fonte: <https://leonardoboff.org/fotos-para-download/>

Publicada em 2005 pela editora Record, após 21 anos do silêncio imposto ao autor pela Congregação para Doutrina da Fé do Vaticano, é uma reedição da obra original publicada em 1981 e traz o conteúdo da publicação original sem correções ou acréscimos impostos pela Igreja no processo conduzido pelo cardeal Joseph Ratzinger<sup>2</sup>. O livro<sup>3</sup> é composto por 13

<sup>2</sup> Joseph Ratzinger nomeado Cardeal em 1977 e Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé em 1981, Decano do Colégio Cardinalício desde 2002 nasceu em Marktl am Inn, no território da Diocese de Passau (Alemanha), a 16 de abril de 1927. A 25 de novembro de 1981 João Paulo II nomeou-o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Foi também Presidente da Pontifícia Comissão Bíblica e da Comissão Teológica Internacional. Foi eleito Papa pelo colégio cardinalício em 19 de abril de 2005, adotando o nome de Bento XVI, e permaneceu no cargo até sua renúncia em 28 de fevereiro de 2013. Faleceu de causas naturais no dia 31 de dezembro de 2022.

<sup>3</sup> O livro *Igreja: carisma e poder*, foi publicado originalmente em 1981 pela editora Vozes. Após todo processo doutrinário e também a renúncia das funções clericais do autor, o livro foi novamente publicado pela editora Ática no ano de 1994, nesta edição o livro acrescentava além dos 13 capítulos os “ensaios da eclesiologia militante”, os apêndices contendo documentos do processo doutrinário, bem como as respostas do autor para a Congregação para Doutrina da Fé do Vaticano e um comentário crítico e comutação de pontos da Notificação da respectiva instancia doutrinária. A edição utilizada para este trabalho é a de 2005, publicada pela editora Record e que além dos documentos e apêndices já presentes na versão de 1994 acrescenta um Balanço Crítico vinte anos depois de toda

capítulos de produções escritas por Boff e compilados neste livro acerca da teologia da libertação que estava no auge na América Latina nas décadas de 70 e 80 e a formação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), além de conter, nos apêndices, os documentos do processo doutrinário e um balanço crítico do autor 20 anos após os acontecimentos. O livro aborda uma nova proposta de concepção de Igreja a partir das ideias defendidas pelos teólogos da libertação, voltada a uma igreja dos pobres e para os pobres, conforme acreditavam ser a proposta dos *Evangelhos*. O livro busca apontar que a Igreja da América Latina do período deveria caminhar em direção a uma retomada do seu carisma “original” em detrimento da institucionalização da Igreja. Leonardo Boff utiliza-se de expressões construídas no Concílio Vaticano II para basear as noções e apontamentos teológicos feitos sobre a Igreja e a participação do povo nela. Também faz críticas reflexivas sobre a estrutura do poder do catolicismo romano, as características da instituição numa sociedade de classes, o papel do Espírito Santo na Igreja, de modo a elucidar a verdadeira Igreja fundada por Cristo e consolidada no cristianismo antigo em detrimento da que se estava posta e institucionalizada tal como se apresentava à época, entre outras importantes abordagens.

**Figura 2 – Capas das Edições (1981, 1994, 2005) do Livro Igreja: carisma e poder**



**Fonte:** Montagem elaborada pelos pesquisadores<sup>4</sup>

polemica em torno do livro, escrito pelo próprio Leonardo Boff e também adicionada uma carta do autor endereçada aos companheiros e companheiras de caminhada. Recentemente em 2022 o livro foi republicado pela editora de origem, a Vozes. Tentamos contato com as editoras para coletar informações referente a quantidade de exemplares impressos em cada edição e quantidade de livros vendidos para podermos analisar a amplitude e alcance do livro, porém as editoras responderam o seguinte: “Estes dados são internos e não estão disponíveis para consulta” ou “Não possuímos estes dados em nossos arquivos”.

<sup>4</sup> Da esquerda para a direita a primeira capa é a da versão original do Livro publicada pela editora Vozes em 1981, sem nenhum tipo de supressão ou acréscimo, apenas os 13 ensaios publicados na íntegra e no original e que foi o

Esta pesquisa encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “*História Pública, historiadores e intelectuais públicos*”, tem por objetivo apresentar as definições e os contextos de surgimentos dos conceitos estudados. No tocante à história pública, procuramos demonstrar como compreendemos este campo da historiografia, bem como as bases do surgimento dessa forma de abordagem histórica e suas múltiplas formas de utilização. Em seguida, procuramos elucidar o que caracteriza um historiador público e também os praticantes de história, sendo estes os mais diversos indivíduos da sociedade. Para a conceituação do termo intelectuais e suas funções sociais nos utilizamos dos estudos produzidos pelos cientistas sociais Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci e Edward W. Said, entre outras literaturas. Por fim, buscamos definir como e porque Leonardo Boff pode ser, e é, de acordo com a nossa perspectiva, definido como um intelectual público e praticante de história<sup>5</sup>, já que mesmo não sendo historiador utiliza com rigor metodológico os conhecimentos históricos. Os intelectuais desempenham um importante papel na sociedade como aqueles que ocupam o espaço público e podem muitas vezes valer-se do passado histórico para embasar sua argumentação e suas ideias.

O segundo capítulo, intitulado “*Passado cristão na obra Igreja: carisma e poder*”, objetiva demonstrar como os historiadores utilizam-se do passado em suas produções historiográficas, e como demais cientistas sociais também podem se valer dessa prática em suas produções. Explanamos os efeitos e as consequências de usos abusivos da história e como esses usos acontecem. Na sequência trazemos um breve panorama da conceituação da antiguidade cristã, sua temporalidade e características que marcaram esse período, bem como as razões pelas quais Leonardo Boff realiza uma recepção e releitura desse passado em sua obra e como ele faz isso sem cometer uso e abuso da história. Embora não seja de fato um historiador ou um historiador público, Boff, na condição de intelectual público, pode ser entendido também como

---

motivo da polêmica e do processo doutrinário. A segunda capa é a da versão de 1994 publicada pela editora Ática e que apresenta, além dos 13 ensaios originais, apêndices contendo documentos do processo doutrinário. E a última capa é a versão publicada pela editora Record em 2005 e que apresenta os 13 ensaios originais, traz os apêndices do processo doutrinário e também acrescenta um balanço pessoal do autor 20 anos após os acontecimentos que resultaram no “silêncio obsequioso” e ainda uma carta de Leonardo Boff endereçada aos companheiros de caminhada.

<sup>5</sup> Expressão utilizada por Ricardo Santhiago no capítulo *Duas Palavras, muitos significados* presente no Livro *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários* (2016). Para ele a expressão significa as possibilidades diferentes e mutáveis de engajamento com a prática da história pública. No caso específico deste trabalho, Boff pode ser entendido como este praticante de história, uma vez que não é um historiador público, mas sim um intelectual que usa com propriedade os conhecimentos históricos para realizar sua intervenção intelectual na sociedade e deste modo contribui para uma prática de história pública, sobretudo nas CEB's.



um “praticante de história”, que usa os fundamentos da ciência histórica para sustentar sua argumentação intelectual para o seu público.

O terceiro capítulo, intitulado “*A atuação de Leonardo Boff no espaço público (CEB’s) com base na releitura do passado cristão*”, pretende elucidar o paralelo existente entre o cristianismo primitivo e as comunidades eclesiais de base e todo o contexto histórico social do período no qual o livro foi escrito. Demonstramos a importância das considerações que Boff realiza para seu público a fim de formar consciência histórica e crítica e mobilizar os membros das CEB’s para uma luta constante contra a estrutura e conjuntura social e política da sociedade da época. Tais discussões continuam a ecoar até os dias de hoje, no seio da Igreja, do cristianismo e da política.

Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar como elementos da antiguidade cristã foram recepcionados e aplicados por Leonardo Boff para sustentar a sua argumentação intelectual. Diversos textos bíblicos, como os evangelhos de Mateus, Marcos, João e Lucas, são usados ao longo do livro como fonte histórica, assim como os escritos contidos no livro de Atos dos Apóstolos e outras cartas, com ênfase às creditadas ao apóstolo Paulo. Tais textos são recepcionados como parte da história da Igreja primitiva, porém, de forma crítica e historicizada, não somente no caráter teológico, místico e doutrinário. Essa leitura crítica feita por Boff, sobretudo para um diálogo formativo em face de um carisma libertador nas CEB’s, são foco de análise e discussão neste trabalho.

Espera-se que, somada a outros estudos produzidos sobre a mesma temática por outros pesquisadores, esta pesquisa contribua para o fortalecimento do campo da história pública como um campo amplo e democrático de produção e reflexão de conhecimento histórico para audiências acadêmicas e não acadêmicas, bem como demonstre a importância da presença de intelectuais na esfera pública.

## CAPÍTULO 1

### HISTÓRIA PÚBLICA, HISTORIADORES E INTELLECTUAIS PÚBLICOS

A História Pública ainda é um campo incipiente no Brasil, ao menos como um campo historiográfico institucionalizado. Os registros dos primeiros movimentos institucionais da HP<sup>6</sup> no Brasil são datados do ano de 2011, tendo como expoentes os membros da Rede Brasileira de História Pública<sup>7</sup>. Porém, é possível dizer que a prática de história pública não teve início somente após o surgimento de um movimento de institucionalização do campo historiográfico. Fagundes (2019) faz uma valiosa contribuição ao dizer que, assim como Thomas Cauvin afirma, há uma distinção clara entre as práticas públicas envolvendo a História e o campo em si da História Pública. Segundo sua reflexão, mesmo antes de haver debates sobre este campo de atuação do historiador, as práticas por ele debatidas, estudadas e apropriadas já existiam muito antes. No caso do Brasil, a realidade também é essa.

A institucionalização cria o debate, mas não cria o fato que ensejou a institucionalização do debate. A análise da realidade brasileira, por exemplo, pode receber aqui um fomento: antes de 2011 já havia práticas de história fora da academia (FAGUNDES, 2019, p. 43).

O surgimento mundial desse campo se deu nos Estados Unidos da América na década de 70, como demonstrado na citação acima, envolto em um contexto específico e buscando responder a alguns anseios dos historiadores estadunidenses, entre eles, amenizar o desemprego dos recém formados, com a abertura de novos campos e possibilidade de atuação (ALMEIDA e ROVAI, 2011). Porém as práticas de história fora da academia são muito mais antigas.

Para compreender o que é o campo da história pública, na concepção aludida nesta dissertação, também é necessário elucidar o que compõe o ofício do historiador e quais os seus principais campos de atuação. A historiografia tradicional de cunho acadêmico é, muitas vezes, colocada como oposição à HP, como se ambas não pudessem coexistir, ou fossem completamente excludentes. A história acadêmica é essencial para a produção de conhecimento histórico, pois é ela que estabelece os critérios e metodologias de pesquisa, além de formar

---

<sup>6</sup> Todas as vezes que o texto menciona “HP” lê-se História Pública como campo historiográfico.

<sup>7</sup> A Rede Brasileira de História Pública é uma organização que reúne professores, pesquisadores, estudantes, etc., e que foi criada no ano de 2012 para fomentar os debates em relação à história pública no Brasil. O site da RBHP pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <http://historiapublica.com.br/>. Nele é possível encontrar a carta de Fundação da organização, bem como o histórico da mesma.

novos pesquisadores e historiadores. No entanto, a história pública é importante para tornar a história acessível a todos os públicos, realizar discussões referentes à atuação do historiador no espaço público, propiciar a produção da história pelo próprio público e também para mostrar como a história pode ser aplicada na compreensão do mundo atual. Portanto, é importante que as duas áreas estejam em diálogo constante para que a história seja produzida e divulgada de forma mais eficiente e democrática. Mas será que é isso que realmente ocorre? Podemos falar de uma única História Pública? Há uma definição única ou consensual em relação ao que é e como se deve praticá-la? Essas e outras questões é o que procuramos discorrer ao longo deste capítulo, buscando contribuir para a discussão do campo, demonstrando qual é a nossa visão e como compreendemos a história pública, partindo do pressuposto de que existem múltiplas definições.

Juntamente com a discussão em torno da compreensão do campo da histórica pública e do papel do historiador, seja ele o público ou o acadêmico, é possível e importante realizar uma discussão também em torno do intelectual público e como este pode dialogar com a história e os usos do passado. Toda vez, ou quase sempre, que se usa o termo público, nossa mente tende a automaticamente compreender que esse termo é empregado diretamente em oposição ao privado. É importante definir o que é público. Como compreendemos a noção de público. Seja do espaço, do intelectual, do campo de atuação, entre tantas outras coisas. Além de almejar compreender diversos termos aplicados ao espaço público, ao intelectual público também cabe identificar se existem antônimos a esses termos e qual seria essa outra face.

Durante muito tempo, diversos estudos e estudiosos se debruçaram sobre a temática do intelectual, buscando definir o conceito e os modos de atuação. Edward Said<sup>8</sup>, Jean-Paul Sartre<sup>9</sup> e Antonio Gramsci<sup>10</sup> são três nomes importantes e que produziram ricas contribuições para nos ajudar na missão de compreender o intelectual. Além deles, diversos outros autores também o fizeram, cada qual dentro de sua temporalidade e linha teórica. O estudo dos intelectuais foi muito forte nos tempos em que a história política era uma corrente predominante, porém, com o crescimento cada vez maior dos estudos pós-modernos, voltados à história cultural, houve um

---

<sup>8</sup> **Principais obras de Edward W. Said:** Representações do Intelectual; Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente; Cultura e Imperialismo; entre outras.

<sup>9</sup> **Principais obras de Jean-Paul Sartre:** A náusea; O ser e o nada; O existencialismo é um humanismo; Em Defesa dos Intelectuais; entre outras.

<sup>10</sup> **Principais obras de Antonio Gramsci:** Cadernos do Cárcere; Os intelectuais e a Organização da Cultura. Vale ressaltar que devido ao contexto em que viveu, a prisão e morte prematura, ele não publicou nenhuma de suas obras em vida. Seus escritos foram organizados, traduzidos e postumamente publicados.

recuo nas produções a este respeito, com a argumentação de que a história política estava muito vinculada com aspectos metódicos/positivistas e que deixava de lado outras questões e abordagens pertinentes (CORREA, 2016). Os debates sobre os intelectuais tiveram uma queda considerável em algumas décadas do século XX. Na França, por exemplo, "provavelmente em função do próprio ostracismo vivido pela história política, ficaram ausentes do centro de interesse dos historiadores, obedecendo ao movimento cíclico das mutações e ondulações do campo historiográfico" (CORREA, 2016, p. 269). Porém, procuramos refletir ao longo deste trabalho como o papel do intelectual público é importante e se faz ainda mais urgente em tempos de combate contra a desinformação, de negacionismos, de ataques à ciência, etc. O intelectual pode, muitas vezes, chegar ao espaço público com mais facilidade do que o historiador acadêmico conseguiria, e este sujeito, seja ele o historiador ou o teólogo, pode se valer da história e dos usos do passado para realizar uma importante luta contra o status quo e as ideologias dominantes.

### **1.1 Como compreendemos o campo da história pública**

Não pretendemos aqui realizar uma imensa contextualização pormenorizada da História Pública, repleta de discussões já realizadas<sup>11</sup> por trabalhos anteriores a este, que já se dedicaram exaustivamente a fazê-lo. Porém é importante, sim, contextualizar alguns pontos essenciais da HP para que possamos chegar, enfim, a apresentar e argumentar qual nossa visão e como esta dissertação se encaixa dentro do campo multifacetado da História Pública.

Inicialmente é preciso começar por conceituar *o que é história pública*. Provavelmente, para os pesquisadores ou demais profissionais que trabalham com esse campo da história, esta pergunta possa parecer um tanto quanto insignificante ou até mesmo resultar em uma resposta óbvia. Porém, para muitas pessoas, responder a essa pergunta ainda é um desafio e mola propulsora de emblemáticas discussões. Até mesmo dentro do próprio Programa de Pós-Graduação em História Pública (o pioneiro no Brasil e, até o momento, o único) chegar a um consenso ainda é uma tarefa difícil devido às múltiplas formas de compreensão e de práticas possíveis que torna o campo da HP tão amplo, democrático e plural.

A autora Jill Liddington busca trazer à tona essa pergunta e suas possíveis e variadas respostas no seu artigo "O que é História Pública? Os Públicos e seus Passados" presente no

---

<sup>11</sup> Principais publicações sobre História Pública no Brasil: "História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários"; "Que História Pública Queremos"; "Introdução a História Pública".

livro *Introdução à História Pública* de 2011.<sup>12</sup> Ao fazer uma reflexão sobre as origens da história pública, ela considera que a HP surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 como uma forma de amenizar o desemprego dos historiadores recém formados. A intenção desse movimento “fundador”, ao menos de forma institucionalizada, dessa prática historiográfica era dar um aspecto “comercial” à História e ao ofício do historiador. O NCPH (Conselho Nacional de História Pública) nos EUA é um exemplo de como a *Public History* se consolidou no país, onde há uma enorme demanda por conteúdos de cunho histórico, seja nos museus, nos espaços públicos, nas bibliotecas, canais de TV ou para empresas privadas (LIDDINGTON, 2011).

Mas este campo da história não é uma prerrogativa exclusiva dos estadunidenses e contêm expoentes relevantes em diversos países. Liddington ainda cita outros dois países e as suas diferenças de abordagens a respeito da HP, são eles Grã-Bretanha e Austrália. No que diz respeito ao modelo australiano, a autora considera que embora compartilhe com os norte-americanos a ideia de ampliação do mercado de trabalho para os historiadores, os australianos divergem de forma crítica em outros aspectos. Na Austrália, a HP foi empregada no princípio como forma de participação nas lutas comunitárias em torno de questões identitárias e relações dos nativos e colonizadores. No que diz respeito à abordagem britânica, nos são apresentadas duas vertentes, uma com enfoque no patrimônio e na memória e outra com enfoque autobiográfico, distanciando-se da abordagem dos estadunidenses que não logrou êxito com os britânicos (LIDDINGTON, 2011).

Além dos três países abordados por Liddington, a História Pública já é uma realidade em diversos países e, em 2011, chegou ao Brasil, ao menos de modo institucionalizado, por meio da Rede Brasileira de História Pública e, assim como em outras nações, possui o seu próprio estilo, suas potencialidades, discussões e características. “A história pública, provavelmente continuará preservando seu amplo escopo de significados e usos – variando de acordo com a cultura nacional e com o contexto, se é da prática ou da academia” (LIDDINGTON, 2011, p. 50).

Um importante historiador ligado à HP no Brasil, e que esteve envolvido com o processo de institucionalização do campo, é Ricardo Santhiago, professor da Universidade Federal de São Paulo e um dos fundadores da Rede Brasileira de História Pública. Ele considera que o campo em questão enfrentou e ainda tem enfrentado no Brasil uma certa “precaução” seguida

---

<sup>12</sup> O texto originalmente foi publicado em inglês no ano de 2002 na revista *Oral History*, v. 30, n. 1, *Women’s Narratives of Resistance*. Referência original: LIDDINGTON, Jill. What Is Public History? Publics and Their Pasts, Meanings and Practices. *Oral History*, v. 30, n. 1, *Women’s Narratives of Resistance*, p. 83-93, 2002.

por um “entusiasmo”. Ao passo que as mídias têm um importante papel de divulgação em massa de informações e conteúdo de cunho histórico, Santhiago aponta que muitas pessoas consideram já fazerem história pública e somente “descobriram” o nome para o seu trabalho desenvolvido, e que muitos não entendem ou discordam da necessidade de nominar uma prática já existente. Sobre isto o autor considera que:

Outra parte da insistência nessa pergunta – “por que dar um novo nome a uma velha prática” – pode estar vinculada ao caráter polissêmico da expressão *história pública*, que se refere, pelo menos, a três instâncias: a atuação efetiva em história pública, isto é, *fazer* história pública; a reflexão sobre história pública, isto é, *pensar* a história pública; a reunião programada em torno da história pública, isto é, o *campo* da história pública (SANTHIAGO, 2016, p. 25).

Neste aspecto, observa-se que existe uma pluralidade de formas e abordagens da história pública e além dessas três instâncias de abordagens citadas, Ricardo Santhiago considera a existência de quatro tipos de prática da HP, sendo elas: história feita *para o público*; história feita *pelo público*; história feita *com o público* e por fim *história e público*. Estes quatro tipos apresentados pelo autor, em sintonia com as três instâncias de abordagens, serão importantes mais adiante, para a discussão do que entendemos por História Pública e em qual tipo este trabalho encontra-se situado, bem como a sua relevância para pensarmos em ampliar os horizontes da HP. (SANTHIAGO, 2016)

Para Liddington (2011, p. 50) “[...] a história pública é menos sobre ‘quem’ ou ‘o que’, e muito mais sobre ‘como’”. Neste aspecto, é difícil tentar delimitar drasticamente o que é história pública, levando em consideração a sua pluralidade de significados, abordagens e possibilidades. Mas é exatamente neste aspecto que nossa compreensão sobre a história pública se apoia, exatamente no como se faz, ou seja, a forma, o modo, como se pratica e se utiliza da história em relação ao(s) público(s). É um campo multifacetado, democrático e que agrega diversas formas de atuação, de visões, de abordagens e que pode ser encarada muito mais como um campo aberto, do que como um campo fechado em si mesmo. Os historiadores públicos, ou os praticantes de história pública, precisam se atentar para não construir um reduto cercado e isolado das opiniões diferentes, aos métodos diferentes e às interpretações não convencionais dentro do grupo.

Não existe apenas um modo de fazer história pública, embora ele seja o mais difundido no Brasil e talvez um dos mais difundidos no mundo, a história para o público, ou seja, a divulgação, não é o único modo e nem o melhor, é, apenas, mais um possível, entre tantos. As discussões teóricas que nos levam a pensar e refletir sobre o próprio campo historiográfico são,

sim, importantes, e devem ser encaradas como pertencentes ao quadro de possibilidades, já que se enquadra dentro de um dos quatro tipos apresentados acima, conforme síntese de Ricardo Santhiago (2016). É importante e necessário refletir sobre a história pública, de forma teórica e crítica, nos propondo a uma reflexão e autorreflexão do campo no quarto tipo apresentado por Santhiago, *história e público*.

A preocupação preponderante entre os historiadores públicos é com a audiência, conforme nos aponta Beatriz Sarlo (2007, p. 15) ao fazer uma importante reflexão sobre a história produzida para grandes audiências e como é importante que ela caminhe de forma alinhada com a história acadêmica

Como dimensão simbólica das sociedades em que vivemos está organizada pelo mercado, os critérios são o êxito e o alinhamento com o senso comum dos consumidores. Nessa concorrência, a histórica acadêmica perde por motivos de método, mas também por suas próprias restrições formais e institucionais, que a tornam mais preocupada com regras internas do que com a busca de legitimações externas que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem até originar a desconfiança de seus pares. As histórias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública de mercado sua legitimidade.

Sendo assim, compreendemos que a história pública é um importante, embora novo, campo da historiografia, repleto de possibilidades e democrático, que pode ser um instrumento poderoso e eficaz em publicizar os estudos históricos para públicos não acadêmicos, evitando a formação de um limbo da história acadêmica. Porém, esta não é a única preocupação da história pública. Importantes discussões sobre o espaço público e sobre a produção da história e sua relação com o público, bem como os usos e abusos da história são pertinentes e importantes dentro do campo. A HP deve ser um campo sempre posto ao debate, à reflexão e ao acolhimento, bem como, estar em sintonia com a historiografia acadêmica para evitar abusos da história como os praticados por tantos sujeitos promotores de negacionismos e revisionismos históricos. Entre outras coisas, “as funções sociais da História e dos historiadores estão na verificação crítica das representações do passado como aporte para uma esfera pública eticamente responsável” (BAUER, 2018, p. 202).

Em outros lugares onde a HP já está institucionalizada há mais tempo, é possível notar um alinhamento entre a produção historiográfica acadêmica e a história praticada em diversas outras áreas de atuação profissional que não seja a academia. Porém, como nos adverte Malerba (2014, p. 32), “Ora, isso não é o que se passa no Brasil, onde a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício”. É fato que há uma demanda cada vez mais crescente de consumo de conteúdo do passado pelo

público, porém, esse público demanda uma absorção desse passado de modo imediatista, sem espaço para uma ampla crítica social que pode acontecer com o rigor da história ciência praticada na academia. Justamente por isso, o historiador público em seu ofício deve ter o comprometimento em atuar no espaço público de acordo com a historiografia consolidada na academia, ambas podem e devem andar de mãos dadas e não em caminhos opostos. Quando indivíduos ignoram os pressupostos teóricos metodológicos da história quanto disciplina praticada na academia e escolhe promover o que Malerba (2014) chama de “nova história”, podemos nos deparar com abusos históricos com efeitos como negacionismos e revisionismos daquilo que a historiografia já definiu.

Os historiadores públicos sérios e comprometidos com o campo devem preocupar-se com a qualidade da história que vincularão para seu público. Diversas produções atualmente estão versando sobre história em suas páginas. Os mais diversos autores têm lucrado com venda de centenas ou milhares de livros com uma escrita menos rebuscada (técnica) e que atrai os leitores ávidos por menos densidade de conteúdos e mais fluidez narrativa. Laurentino Gomes, por exemplo. A grande problemática não é estrutura textual, o meio de divulgação ou o tamanho do alcance dessas obras. O problema é justamente a qualidade e a fidelidade com a historiografia definida pelos especialistas, pelos historiadores que se debruçaram por anos e anos em cima de fontes, buscando compreendê-las criticamente a fim de construir a interpretação sobre o passado (MALERBA, 2014). Deste modo, os historiadores que estão inseridos no espaço público têm também a responsabilidade de alinhar o material difundido para o público com a produção historiográfica ética e amparada nas bases, fundamentos e método da ciência histórica.

## **1.2 Historiadores acadêmicos e historiadores públicos**

Os historiadores possuem um ofício bem definido e estão sujeitos ao rigor metodológico da ciência. Porém, têm surgido outras formas e práticas de história que proporcionam títulos adicionais aos historiadores, como: historiadores acadêmicos e historiadores públicos, não como forma de opor os dois agentes, mas como forma de distinguir suas práticas. A nós cabe, de modo sucinto, dizer que o historiador é um profissional que busca estudar o passado por meio de pesquisas, vestígios, depoimentos, entre outros, que são suas fontes, para, por meio deste estudo, compreender os acontecimentos e os impactos deles para a sociedade da época e também os seus impactos para o tempo presente. Mas o perfil do historiador nem sempre foi o mesmo, e como muitas coisas no campo das ciências sociais, ele está sujeito as variações do tempo e as transformações da sociedade.



A formação acadêmica pode não nos tornar historiadores de fato, que atuem no campo da ciência histórica, assim como a falta dessa formação não exclui a possibilidade de cientistas de outras áreas produzirem conhecimento histórico. O teólogo, o jornalista, o geógrafo podem em algum momento assumir o papel de historiadores em espaços públicos.

É sabido que importantes nomes da historiografia brasileira como Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Junior não eram formados em história e mesmo assim são considerados grandes historiadores, que produziram importantes obras com contribuições para o campo historiográfico. “História não é prerrogativa do historiador, ela é, ao contrário uma forma social de conhecimento, o trabalho numa instância dada, de milhares de mãos diferentes (Raphael Samuel apud ASHTON; HILDA, 2009, p. 1)”. Para tentar definir o que seria, então, um historiador, Fernando Nicolazzi diz

[...] ser historiador (ou historiadora) depende de um conjunto bastante complexo e variado de fatores que podem se referir tanto à fabricação de algo, naquele sentido indagado por Michel de Certeau ao se perguntar o que fabrica o historiador quando faz história, quanto aos processos de legitimação que frequentemente são assumidos pelos pares acadêmicos, de que a banca de tese ou o parecer técnico são das formas mais evidentes. Junto a esses dois fatores, é possível considerar ainda, como faz Ohara, que tal definição é igualmente dependente de um processo de construção subjetiva que implica na prática de algumas virtudes epistêmicas, morais e sociais (NICOLAZZI, 2017, p. 20).

Desde Heródoto, Tucídides e Políbio até os historiadores atuais existe uma infinidade de diferenças. A história como ciências, tem suas bases lançadas no século XIX e difere da história retórica presente desde a antiguidade, por volta do século V a.C., como uma espécie de *magistra vitae*, ou História mestra da vida, já que se acreditava que era possível aprender com os eventos do passado de modo a prever o futuro, pois tendiam a se repetir no presente. Além disso, a história e o próprio historiador não tinham uma posição plenamente definida na cultura da antiguidade clássica (NICOLAZZI, 2019). Até o século XVIII, a história retórica era particularizada e não se preocupava com questões mais universais. Atrelado a isso a compreensão de temporalidade era outra, sem uma diferenciação clara entre passado, presente e futuro. Esse quadro alterou-se com a formulação do moderno conceito de história e sua cientificação. (KOSELLECK, 2013)

O contexto em que a História se torna ciência é marcado por uma série de profundas transformações sociais. “Conforme avança o século 19, e com ele a ciência contemporânea e a Revolução Industrial, o cientificismo e a laicização ou secularização da cultura em geral e da História em particular avançam por sua vez” (CARDOSO, 2005, p. 141). O processo de cientificação da História no contexto dos Estados nacionais tem como grande referência a

escola alemã com tratamento científico das fontes, mas também teve expoentes por outros países europeus como Inglaterra e França inspiradas pelas correntes iluministas e marxistas. Ao passo que se torna ciência, a História passa a ter seu próprio modo de fazer, suas concepções e suas teorias. Sem esse processo, nosso ofício historiográfico não seria possível, pois “A existência da ‘História’, entendida como uma disciplina, uma área específica e reconhecida como tal de estudos sobre as sociedades humanas, é condição prévia para que possa existir a historiografia em qualquer dos sentidos indicados” (CARDOSO, 2005, p. 115).

Com a institucionalização da história, é obvio que houve também a necessidade da institucionalização do historiador. Para tal, as universidades passaram a fornecer formação profissional, ou seja, graduação de nível superior, tanto para bacharéis em história, quando para licenciados (a modalidade mais comum no Brasil). A trajetória acadêmica do historiador de formação é árdua, e visa dar as bases teóricas e metodologias para que o indivíduo tenha à sua disposição todas as ferramentas necessárias para o exercício de sua profissão.

O historiador precisa, em seu ofício, utilizar de bibliografias, fontes e teorias, já que não há apenas uma teoria da história. E como são várias as linhas teóricas, também são múltiplas as concepções de qual é a função e o papel do historiador na sociedade. Enquanto historiador acadêmico, o mesmo precisa estar pautado nos métodos científicos, basear-se nas fontes, ter uma linha teórica e realizar a sua análise em relação a determinado fato do passado. Mas essas aspirações do profissional não estão livres de sua subjetividade e de seus interesses. Deste modo, existem historiadores engajados com causas sociais e existem historiadores a serviço do capital. É possível encontrar alguns exemplos a respeito da profissão do historiador, como nos apresenta Falcon (1996, p. 13).

A primeira perspectiva parte da premissa da existência de um certo tipo de profissional especializado – *historiador* – praticante de um ofício intelectual que consiste em saber produzir um tipo específico de conhecimento – *o conhecimento histórico* – o qual se materializa, inevitavelmente, em forma de um texto/discurso reconhecido como *de História* pelos demais praticantes do ofício.

Percebemos nas palavras de Falcon que, para ele, o historiador consiste em um indivíduo que utilizando-se do seu intelecto produz conhecimento histórico e que tal produção recebe a chancela dos demais historiadores, ou seja, dos especialistas na área. Deste modo, é possível que não haja, em alguns casos, a exigência da formação acadêmica específica em História para caracterizar um historiador, embora a formação profissional propicia uma gama de conhecimentos específicos da ciência histórica. Em determinadas circunstâncias, mesmo não

sendo historiadores de formação, suas produções seguiram os critérios técnicos e científicos da história e por isso recebem a chancela dos pares, como nos exemplos citados acima: Caio Prado Jr e Sérgio Buarque de Holanda. Para corroborar ainda mais com este argumento, ao falar sobre a função social do historiador, Bauer e Nicolazzi deixam claro o recorte do que eles consideram, sendo que:

O historiador é aquele que, exercendo um determinado ofício, é reconhecido e legitimado pelas formas sociais, institucionais e epistemológicas que determinam este ofício: um diploma, uma profissão regulamentada, a autoridade conferida pelos pares, o respeito aos protocolos teórico-metodológicos que definem a prática etc. (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 819).

Quando, no entanto, a referência é sobre o historiador público talvez seja mais interessante utilizar assim como Ricardo Santhiago a expressão: “praticante de história pública”, já que este campo pode abranger pessoas de outros meios e outras áreas, existe uma importante e valiosa interdisciplinaridade na HP. Essas pessoas têm habilidade que podem ser utilizadas para o benefício de um público específico ou vários públicos (SANTHIAGO, 2016).

O ofício do historiador público não difere do historiador acadêmico. Eles estão integrados no mesmo campo do conhecimento e sua função é produzir conhecimento histórico. Porém, as motivações dos historiadores e intelectuais públicos, muitas vezes, estão associadas ao caráter mercadológico e midiático. No qual o grande interesse é alcançar êxito, popularidade, fama e dinheiro. Mas estes sujeitos não podem se furtar de preceitos básicos da profissão para que os conteúdos vinculados ao grande público tenham minimamente qualidade e fundamentos.

Em suma, qualquer um pode escrever história, o que não significa que toda história tenha o mesmo valor e qualidade. Há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia, mas, aqui dentro, faz parte do ofício o processo permanente da metodização racional dos procedimentos e exposição dos argumentos e a crítica (das fontes, dos procedimentos de coleta e sistematização dessas fontes, de problematização temática e perspectivação teórica, de produção textual). Esses mesmos protocolos, esse mesmo padrão de exigência deve ser aplicado a toda historiografia, acadêmica ou não. Se apenas o sucesso de vendas for critério para se avaliar uma obra historiográfica, os parâmetros éticos se esvanecerão e teremos de assistir à disseminação de narrativas históricas de alcance interpretativo pobre, prenes de anacronismos, erros e preconceitos [...] (MALERBA, 2014, p. 44).

E justamente para garantir que os conteúdos históricos vinculados ao grande público sejam conteúdos de qualidade, é que se faz cada vez mais necessário que os historiadores acadêmicos ocupem seu lugar no espaço público, usem dos instrumentos metodológicos

disponíveis na era digital, apareçam para além dos bancos universitários. “É imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público” (MALERBA, 2014, p. 43). Muitos intelectuais e historiadores brasileiros foram comprometidos em levar conhecimento científico (histórico) para o público não acadêmico, mesmo em períodos em que nem se falava ainda em história pública no Brasil.

A história pública tem contribuído com um movimento de crescimento recente das reflexões envolvendo os intelectuais públicos e sua importante inserção na vida e no debate público. Essa contribuição é perceptível com o aumento das produções teóricas e empíricas nas universidades e fora delas sobre a necessidade de publicização do conhecimento acadêmico, para que tal conhecimento seja fator gerador de maior engajamento e envolvimento em importantes discussões para a sociedade por aqueles que não estão na academia. Neste aspecto os intelectuais públicos desempenham muito bem esse papel, já que estão inseridos no espaço público e têm capacidade de realizar debates públicos importantes (PERLATTO, 2015). Além disso, os intelectuais públicos têm um papel importante na crítica e na reflexão sobre a história, buscando desconstruir mitos e estereótipos e dando voz a diferentes perspectivas históricas. Eles podem contribuir para a compreensão dos conflitos sociais e das lutas pela justiça, e em favor dos que são oprimidos pela classe dominante, desde que seu engajamento político-social seja voltado ao combate do status quo.

Caso, por exemplo, de Leonardo Boff, que, embora teólogo de formação e um autodidata em produção de conhecimento histórico, realizou uma rica contribuição ao público dos setores progressistas da Igreja católica e das Comunidades Eclesiais de Base ao trazer para a sua discussão intelectual os aspectos da história do cristianismo primitivo, com o cuidado de interpretar as fontes, no caso, as escrituras sagradas do cristianismo e a própria história da Igreja, sua tradição e sua patrística. Afinal de contas, “O saber histórico não é um objeto estanque, estável, a-histórico, evidente por ele mesmo. Tampouco é uma espécie de monopólio dos historiadores, como se eles possuíssem alguma forma de cláusula pétrea que lhes concedesse o direito exclusivo de se falar *a partir da* história [...] (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 818). O público de Leonardo Boff da década de 80, 90, anos 2000 em diante, tiveram contato com obras e pensamentos repletos de história, sem ao menos se dar conta. Sua atuação intelectual não se limitou a este período ou a essa temática. Ainda hoje continua suscitando debates e controvérsias, (tendo como suporte teórico a história e as diversas outras ciências sociais) sobre os mais diversos temas de relevância social, política, econômica, ecológica, etc.

Os usos públicos do passado feitos por ele em *Igreja: carisma e poder* e nos desdobramentos intelectuais que ocorreram após a publicação da obra, ajudaram na compreensão dos fatos históricos em questão e na reflexão crítica sobre o catolicismo historicamente construído e firmado sobre a autoridade do Vaticano.

### 1.3 Intelectuais e suas funções sociais

Desde o momento em que o termo intelectual foi utilizado pela primeira vez no marcante caso Dreyfus<sup>13</sup>, na França, no final do século XIX e início do século XX, até os dias atuais o termo intelectual e sua utilização sofreram algumas alterações ou ressignificações. Muitos cientistas, figuras públicas, jornalistas e outros evocam para si o termo de intelectuais, mas será que eles podem ser considerados como tais? Qual a definição original do termo? Também é importante pontuar qual ou quais as definições podem ser aplicadas ao intelectual e ao intelectual público e seu compromisso com a história.

Antonio Gramsci dedicou-se a escrever sobre os intelectuais e sua atuação. Algumas de suas ideias e concepções sobre estes indivíduos podem ser encontrados no Caderno 12, escrito enquanto o mesmo estava no cárcere. Ele considera que há diversas formas de atividade intelectual e que todos os seres humanos são por natureza seres dotados de intelecto, porém nem todas as pessoas exercem a função de intelectuais na sociedade, e este talvez seja o grande ponto de partida para iniciar as discussões sobre o conceito ou a definição do que é ser um intelectual (GRAMSCI, 2001). Os homens que exercem uma função na sociedade com vistas a um engajamento político na disputa com a classe dominante e em clara oposição à sua ideologia e hegemonia podem, então, à luz da concepção gramsciana, serem entendidos como intelectuais (MARTINS, 2011). Gramsci elabora algumas categorias de intelectuais, com foco especial para o *intelectual orgânico*. Ao utilizar esse termo ele refere-se ao “[...] engajamento vital do intelectual com as classes fundamentais de um determinado modo de vida social” (MARTINS, 2011, p. 144).

---

<sup>13</sup> No dia 13 de janeiro de 1898, o escritor Émile Zola revelava ao público francês uma grande farsa. Denunciando o Tribunal e o Alto Comando Militar da França, Zola publicou no jornal L’Aurore uma longa carta revelando a fraude contra Alfred Dreyfus. Denominada J’accuse! (Eu Acuso!), a carta revelava que o exército condenou Dreyfus à prisão perpétua baseado em documentos falsos, e acobertado por ondas de nacionalismo e xenofobia. Para maiores detalhes sobre o assunto, indico a leitura do texto: TRAVERSO, Enzo. Onde foram parar os intelectuais? Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

Jean-Paul Sartre (1997, p. 14) usa uma expressão muito interessante para definir o intelectual quando diz que: “[...] o intelectual é alguém que se mete naquilo que não é da sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas[...]”, o que nos impele a identificar o enorme desafio do indivíduo que se presta a exercer em sua sociedade a função de intelectual, em uma analogia simplista, poderia comparar o intelectual a um homem que se presta à missão de mexer em uma colmeia cheia de abelhas para poder retirar dali o mel e servir aos seus. É uma tarefa que o coloca em risco ao debater os problemas sociais, mas oferece muito mais risco às estruturas da ideologia dominante que, de certo modo, se vê ameaçada pela atuação do intelectual engajado.

[...] Ora, é verdade que o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta. Isso é tão verdade que, na França, a palavra “intelectual” aplicada as pessoas se popularizou, com seu sentido negativo, no tempo do caso Dreyfus. Para os *antidreyfusistes*, a absolvição ou a condenação do capitão Dreyfus, concernia aos tribunais militares e, em última análise, ao *Estado-Maior*: os *dreyfusards*, ao afirmar a inocência do réu propunham-se fora de sua competência. (SARTRE, 1994, p. 15)

O autor ainda afirma que os intelectuais são aqueles homens que possuem destaque pelos seus trabalhos de natureza intelectual e que “[...]abusam dessa notoriedade para sair de seu domínio e criticar a sociedade e os poderes estabelecidos em nome de uma concepção global e dogmática (vaga ou precisa, moralista ou marxista) do homem” (SARTRE, p. 15, 1994). Assim como Gramsci, considera que todas as pessoas possuem intelecto, mas que só os que usam isso para desempenhar uma função na sociedade de questionamento ideológico, podem ser considerados intelectuais. Sartre corrobora essa afirmação e ainda complementa que todos os intelectuais são recrutados do conjunto de “técnicos do saber prático”, deixando claro que todo intelectual é, de certo modo, “especialista” em algo, mas nem todo especialista é um intelectual, se este não usa seus conhecimentos para a contestação da sociedade e do status quo. Por exemplo: os cientistas, os engenheiros, os médicos, advogados, jornalistas, juristas, professores são homens com especialidade em uma determinada área e técnicos do saber prático de seu determinado campo de atuação. Porém, se estes não assumem a função social engajados nos conflitos políticos e sociais de luta contra a ideologia dominantes, não são intelectuais, embora grande parte dos intelectuais sejam especialistas com sabres práticos que se engajaram no debate público a favor das classes menos favorecidas e contra os dominantes (SARTRE, 1994). Além disso, Sartre ainda frisa a importância do engajamento dos intelectuais para com a luta dos oprimidos

Em outras palavras, a natureza de sua contradição obriga-o a *engajar* em todos os conflitos de nosso tempo porque todos são – conflitos de classes, de nações ou de raças – efeitos particulares da opressão dos desfavorecidos pela classe dominante e porque em cada um deles está, ele, o oprimido consciente de sê-lo, do lado dos oprimidos (SARTRE, 1994, p. 40).

Nos últimos anos, no Brasil, uma leva de técnicos do saber (filósofos, historiadores, jornalistas, sociólogos, etc.), com apoio e financiamento da grande mídia, tem surgido e se autointitulado ou reivindicado para si o título de intelectuais. Porém, levando em consideração as proposições de Sartre e Gramsci, estes não podem ser considerados intelectuais pois não exercem na sociedade uma função de questionamento à ideologia dominante. Eles podem até exercer uma função social, a favor do sistema ou indiferente/neutra, o que não os coloca em posição de se definirem como intelectuais, não ao menos na definição originária do termo. Vejamos como adverte Sartre (1994, p. 23) “[...] No entanto, ninguém pensaria em chamá-los de intelectuais: isto porque abusivamente eles fazem passar por leis científicas o que de fato é apenas a ideologia dominante”. Ou, ainda, segundo as concepções de Marilena Chauí, poderíamos dizer que estes especialistas não são o que ela considera como “*intelectuais engajados*”. Eles deixam de lado a crítica social e política, a luta contra a ideologia dominante e a busca por uma sociedade melhor, por uma condição de “especialistas competente, cujo suposto saber lhe confere o poder para, em todas as esferas da vida social, dizer aos demais o que devem pensar, sentir, fazer e esperar. A crítica ao existente é silenciada pela proliferação ideológica dos receituários para viver bem” (CHAUI, 2006, p. 14).

Neste aspecto, é possível dizer na existência do que Sartre nomeia de *falso intelectual*. Este indivíduo é instigado pela classe dominante a combater as críticas que a sua ideologia recebe, apresentando argumentos e métodos com a intenção de convencer, que os conceitos que defende, são os melhores. Estes falsos intelectuais estariam de certo modo no campo de batalha contra os intelectuais, são uma espécie de contraponto para combater no mesmo campo do saber prático. Acirra-se, assim, no campo ideológico, a luta de classes. De um lado os intelectuais, sendo aqueles que lutam, articulam suas ideias para mobilizar as classes menos favorecidas, e de outro os falsos intelectuais como escudo da classe dominante (SARTRE, 1994).

Embora seja de outra matriz teórica, outro pensador que contribui para a formulação da definição de intelectual é Edward Said, em suas conferências compiladas no livro *Representações do Intelectual*. Ao citar Gramsci, ele diz que para além do que se propõe o autor, ele pensa o intelectual como “um indivíduo com um papel público na sociedade” (SAID, 2005, p. 25,) que articula suas ideias por e para um público, sejam essas ideias articuladas por

meio da fala, da escrita, na televisão, etc. Essa articulação de ideias nem sempre será agradável, muitas vezes gerará incômodo, objetivando estimular a liberdade, o senso crítico e a capacidade de reflexão dos indivíduos de modo que a ideologia da classe dominante não seja a norteadora das pessoas (SAID, 2005).

O intelectual seria, para Edward Said (2005, p. 27), “alguém que articula representações a um público, apesar de todo o tipo de barreira”. Pois lutar contra a ideologia dominante e os padrões estabelecidos por ela não é uma tarefa fácil. As críticas ou denúncias feitas pelos intelectuais podem e devem contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas (SAID, 2005, p. 26).

Aglutinar os intelectuais que recebem este título ou assim se autointitulam dentro de uma concepção unitária e homogênea não é a forma mais adequada de se analisar a conceituação dos intelectuais (PERLATTO, 2015). Porém, com certeza, é evidente, seja nas considerações de Said, de Gramsci ou de Sartre, que o intelectual é alguém que deve suscitar debates e controvérsias, engajando-se em prol das camadas subalternas de modo a lutar por melhores condições sociais, mesmo que, para isso, seja necessária uma intensa luta contra o *status quo*. “O objetivo da atividade intelectual é promover a liberdade humana e o conhecimento” (SAID, 2005, p. 31). Sendo assim, no escopo deste trabalho, é importante mencionar que temos nossa própria definição do que é um intelectual. Essa definição não busca ser algo inovador, pelo contrário, é a junção daquilo que os pensadores clássicos sobre a temática já discorreram e que formam a nossa compreensão do indivíduo que exerce a sua função de intelectual na sociedade.

O intelectual, então, em nossa concepção, é o indivíduo especialista em determinada área do conhecimento que usa do seu conhecimento adquirido e também de conhecimentos de outras áreas das ciências sociais para fomentar ideias e articular debates que visam contribuir para uma crítica política e social, de modo que tais posicionamentos possam questionar a ordem social e a ideologia dominante. É um indivíduo engajado na luta pela superação da condição de subalternidade na relação antagônica da luta de classes, e com vistas a construir discussões ideológicas que ultrapassem o campo teórico e possam ter, também, eco ou efeito prático na



sociedade visando à libertação do povo oprimido pelo sistema vigente. Para deixar ainda mais claro esse papel de indivíduo engajado, é possível dizer que

Com a noção de engajamento como tomada de posição no interior da luta de classes, como negação interna das formas de exploração e dominação vigentes em nome da emancipação ou da autonomia em todas as esferas da vida econômica, social, política e cultural, podemos diferenciar o intelectual e o ideólogo (CHAUI, 2006, p. 13).

Para promover a liberdade humana e mobilizar o povo em uma luta constante contra o sistema que está posto, o intelectual engajado precisa acessar a esfera pública. Saindo do campo apenas teórico ideológico e indo ao público, levando a sua ideologia, sua crítica social e sua opção “preferencial pelos pobres”, pelos menos favorecidos e pelos que são explorados pelo sistema em vigor, para além do círculo restrito da academia. Neste panorama, somos apresentados à figura do Intelectual Público, que seria uma espécie de indivíduo cuja função intelectual está associada à “participação no debate público”. (PERLATTO, 2015)

### 1.3.1 Quem são os intelectuais públicos?

Se procurarmos sobre a palavra *público* provavelmente encontraremos uma lista de possíveis significados, muitas vezes vinculando público ao que se refere ao povo ou ao governo. Ainda poderíamos encontrar definições dizendo que é aquilo que pertence a todos, que não seja posse privada de ninguém. Embora o emprego da palavra público possar ter diversas usabilidades e se referir a inúmeros significados, é importante frisar que, para alguns pensadores, o conceito de público demanda muitas reflexões que não se restringem àquilo que o dicionário ou ferramentas de busca online podem fornecer em poucas palavras.

Jürgen Habermas, no seu texto *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, aborda interessantes ideias que podem auxiliar a compreender a esfera pública, embora, até mesmo ele afirme que em determinados momentos é difícil de substituir o uso linguístico tradicional do “público” e “esfera pública”

O uso linguístico de “público” e “esfera pública” revela uma diversidade de significados concorrentes. Eles provêm de diferentes fases históricas e assumem uma vinculação turva quando aplicados sincronicamente às condições das sociedades burguesas industrialmente avançadas e constituídas pelo Estado de bem-estar social. No entanto, essas mesmas condições, que se contrapõem ao uso linguístico tradicional, parecem ainda exigir uma aplicação, por mais confusa que seja, dessas palavras – parecem ainda exigir seu uso terminológico (HABERMAS, 1990, p. 93).

É possível perceber nas palavras do autor a grande dificuldade de distinguir a maneira correta de aplicação das expressões, uma vez que há uma grande diversidade dos significados de acordo com sua fase histórica e com as aplicações sociais da época. Nas páginas que seguem a essas afirmações, Habermas faz uma recapitulação histórica do conceito de público e privado remetendo à sociedade grega antiga e como esta entendia cada uma das categorias. Mas, também, pontua que a esfera pública é uma categoria central da sociedade e “continua a ser como sempre um princípio organizador de nossa ordem política” (HABERMAS, 1990, p. 98).

A esfera pública sofreu diversas transformações ao longo da história, resultado, muitas vezes, das próprias transformações que as sociedades passaram. O público se estabelece ao longo da história como oposição ao privado, ou seja, público seria aquilo de acesso universal, com ampla participação dos interlocutores que tem a possibilidade de analisarem e julgarem assuntos de interesse geral. Com base nisso, é possível pensar em público como espaço de convivência, exposição, trocas de experiência coletiva, entre outras várias atividades, que não se restringem mais apenas ao seu nicho familiar, ou que não se associe à ideia de privação. Neste aspecto, a importância do termo público é, entre outras, a proposição do debate acerca da sociedade atual.

Paralelo a isso, e pensando a relação de público com espaço, é possível refletir também sobre as ideias de Milton Santos a respeito do espaço, que, para ele, se caracteriza pela união dos aspectos geográficos com a sociedade. O espaço seria, neste prisma, uma instância da sociedade e tem por essência o social. É possível pensar então que quando nos referimos a “espaço público” estamos falando de um ambiente social com participação de diferentes indivíduos que teriam, de certo modo, acesso universal a este espaço, que não está necessariamente ligado a um lugar geográfico, mas sim a uma instância social (SANTOS, 1988).

Deste modo, pode-se dizer sobre o intelectual público que “De um lado, um intelectual torna-se público conforme sua especialidade é reconhecida socialmente; de outro, quando suas ideias políticas podem ser usadas em defesa da posição dos agentes do campo em que elas circulam (DI CARLO, 2019, p. 273).

[...] homens das letras – sejam eles vinculados ou não à universidade -, que escrevem ou se pronunciam – a partir da publicação de livros, artigos em revistas e jornais, palestras e leituras públicas, no rádio ou na televisão – sobre assuntos de interesse público, direcionando seus respectivos discursos para uma audiência mais ampla, composta não somente por acadêmicos ou especialistas na temática abordada, mas para um “público geral”. Ainda que a definição seja abrangente, ela ajuda a refletir sobre aspectos importantes relacionados à figura do “intelectual público” [...] (PERLATTO, 2015, p. 2).

O Intelectual Público tem a capacidade de “furar a bolha”, ou seja, alcançar outras pessoas que não pertencem necessariamente ao seu grupo social, profissional, ou ao “pequeno mundo estreito” da academia. Além disso ele pode ser membro das mais diversas organizações e ter as mais variadas formações, pode ser o teólogo, o escritor, jornalista, historiador, etc. Ele intervém com suas ideias e posicionamentos políticos na esfera pública, no debate público, não sem finalidade definidas, mas com a intenção de mobilização, de propiciar engajamento por uma determinada causa, em um determinado debate, pelo que ele considera ser o bem da sociedade.

O intelectual público, de um lado, é um especialista; de outro, é um formador de opinião. Said, para mim, faz uma distinção entre o trabalho intelectual e o papel social do intelectual. O intelectual público, portanto, é o agente que não está limitado por sua especialização, por intervir na esfera pública em debates que não dizem respeito somente à sua especialidade. Seu papel social é dado por ser um agente que é um especialista convocado pela mídia também como formador de opinião. É uma intervenção que não se restringe à sua especialização, tratando dos mais diversos temas (DI CARLO, 2019, p. 266).

Podemos ainda entender o intelectual público com base “La noción de intelectual público alude a un tipo de agente que se propone incidir sobre el curso de los acontecimientos que afectan a una sociedad [...] Para tal efecto, el intelectual público interviene políticamente, mediante justificaciones y tomas de posición” (JOIGNANT; BASAURE, 2020, p. 1). E já que de forma sucinta e direta conseguimos delimitar o que é o intelectual público. É preciso refletir sobre o antônimo de intelectual público, no caso, o Intelectual privado, se ele de fato existe e como se caracteriza.

Vejamos essa interessante reflexão:

Esa redundancia, sin embargo, vale precisamente en la medida que acentúa este último punto, su relevancia pública, cuestión que viene a subrayar una diferencia difusa -pero clave- con la figura del “académico”. Lo público no se opone a lo privado sino a lo académico. El “académico” no necesariamente debe ser sobresaliente en sus características espirituales, ni tratar asuntos públicos importantes, ni menos contar con audiencias más o menos amplias. Esa diferencia, intuitivamente clara, es difusa pues un intelectual público puede ser un académico, aunque no es necesario que lo sea. Hay muchos ejemplos de ambas alternativas (JOIGNANT; BASAURE, 2020, p. 2).

Para os autores mencionados acima, o adjetivo de público atribuído ao intelectual está associado à sua presença nos espaços públicos (sejam físicos ou virtuais) e à difusão de suas ideias para amplas audiências, não ficando restrita apenas à academia. O intelectual privado,

neste aspecto, não existe. “Los intelectuales públicos producen ideas y conceptos que adquieren fuerza social, a tal punto que la fuerza de esas ideas y conceptos se independiza de sus productores y de su condición estatutaria [...]” (JOIGNANT; BASAURE, 2020, p. 8).

Com efeito, a via que permite considerar o cientista como intelectual e colocar os *hommes de lettres* ao lado dos *hommes de science* como intelectuais públicos, a exemplo de Dawkins e Umberto Eco, é uma questão prática antes de ser uma questão teórica, e depende tão-só de que eles entrem ou tenham entrado na cena pública, ao serem solicitados ou por a terem invadido, como indivíduo ou agrupamento social (DOMINGUES, 2023, p. 482).

Por outro lado, SAID (2005) considera que não existe um intelectual privado e que o intelectual público não deve estar preocupado com agradar à sua audiência, pelo contrário, suas vozes, suas palavras, suas ideias devem gerar incomodo e inquietação para que, deste modo, possam gerar ação de luta e transformação por uma sociedade melhor.

No atual cenário em que vivemos, após uma gama de transformações sociais que afetaram e causaram mudanças na esfera pública, o campo dos intelectuais e a ação dos intelectuais públicos também sentiu os efeitos de tais transformações. O boom da internet e a popularização das redes sociais alterou completamente o modo como as informações são compartilhadas e a velocidade com que os conteúdos são consumidos. Além disso tornaram algumas discussões mais superficiais. “Esses fatores contribuíram para restringir ou ao menos limitar, um espaço para uma reflexão mais problematizada, ponderada e de mais largo alcance sobre temas importantes da agenda pública [...]” (PERLATTO, 2015, p. 3).

Deste modo, uma gama de novas figuras do cenário nacional tem surgido como intelectuais neste contexto midiático, atuando ligados a uma rede mercadológica, que não estão preocupados com a crítica ao status quo. Muitas vezes, eles estão reféns desse sistema e, adaptados a ele, buscam tirar vantagem do espaço público e do alcance que ele tem, para lucro e difusão de ideias que pouco colaboram com a libertação do povo mais oprimido e das camadas de base da sociedade. Esses “especialistas”, embora muitas vezes tenham um grande alcance público, não estão preocupados em gerar o incomodo e a inquietação apontados por Said, a intenção é satisfazer a audiência, pois “[...] a mídia tanto opera no sentido de uniformizar o tempo da produção do conhecimento quanto tem o poder de agendamento dos temas públicos de maior relevância” (PERLATTO, 2015, n.p).

No entanto, mesmo com essa alteração estrutural, ainda é importante frisar a importância da atuação do intelectual público tal como na concepção que aludimos neste trabalho, como um

indivíduo preocupado com o engajamento político e a luta constante contra a dominação imposta pelo sistema que atua pela manutenção do status quo.

A despeito de reconhecer que a forma de inscrição dos intelectuais na vida pública se alterou significativamente ao longo das últimas décadas, é importante ressaltar a permanência da relevância do intelectual público nas sociedades contemporâneas, de modo geral, e no Brasil, em particular. Em tempos marcados pelo radicalismo sectário de todas as partes do espectro político e pela indigência do debate público em uma perspectiva mais ampla, a figura do intelectual emerge como um ator fundamental – ainda que não exclusivo – no sentido de possibilitar uma conversa pública mais qualificada em torno de temas que dizem respeito a toda coletividade (PERLATTO, 2015, n.p).

Ridente (2001) considera que houve uma profunda mudança de comportamento dos intelectuais brasileiros nos anos finais do regime militar no Brasil. Outrora esses indivíduos eram indignados, questionadores das contradições existentes na sociedade capitalista, engajados nas lutas políticas e sociais, porém alguns intelectuais começaram a adotar práticas do “intelectual profissional”, ou seja, aquele comprometido com a carreira e sua individualidade.

A vivência das contradições da modernidade pode levar o intelectual ao engajamento na mudança, ou a preferir adaptar-se à ordem em transformação constante, aceitando o “destino”, livre do dilaceramento existencial. Em vez de intelectual revoltado contra o mundo, ou revolucionário a propor um novo mundo – típico dos anos 60 –, consolida-se o intelectual reconciliado com o mundo, no qual reconheceria o eterno e inevitável movimento em que deve se inserir, e não combater, usufruindo ao máximo o prazer e a dor de viver em meio às intempéries da modernidade (RIDENTE, 2001, p. 17).

Mesmo com um cenário que parecia colocar em xeque o papel do intelectual público como alguém engajado na luta contra a ideologia dominante, diversos destes homens e mulheres dotados de saber, cientistas engajados, fizeram sua preferência por manter-se no engajamento contra a ordem estabelecida.

[...] A autonomia dos intelectuais e de sua intervenção pública, só pode ser afirmada se [...] for balizada pela tomada de posição no interior da luta de classes contra os dominantes e na redefinição dos universais, compreendendos como universais concretos. Essa tomada de posição é exatamente o que procura exprimir a noção de *engajamento* ou do intelectual como figura que intervém criticamente na esfera pública, trazendo consigo não só a transgressão da ordem (como afirma Bourdieu) e a crítica do existente (como pretende a Escola de Frankfurt), mas também a crítica do modo de sua inserção no modo de produção capitalista e, portanto, a crítica da forma e do conteúdo de sua própria atividade ou das artes, ciências, técnicas, filosofia e direito (CHAUI, 2006, p. 12).

Em pleno século XXI, no ano de 2023, não considerar os diversos intelectuais com abrangência no espaço público, com relevante importância na luta social, é, no mínimo, embaraçoso. Embora seja fato que estejam cada vez mais raros. Seja pelo conformismo, seja pela imposição midiática exercida pelos meios de comunicação (CHAUI, 2006, p. 27). Porém, o fato de alguns intelectuais não terem uma ampla circulação em diversas mídias sociais, ou que não tenham seus nomes impregnados em grandes teorias, ou até mesmo que sua circulação pública seja restrita a alguns pequenos grupos, isso não lhe retira o adjetivo e a condição de serem intelectuais públicos. Existem diversos exemplos que podem ser citados de intelectuais públicos brasileiros engajados e preocupados com aspectos sociais e em fomentar debates com o público a fim de buscar uma sociedade melhor, mais justa, fraterna e uma população liberta das amarras da ideologia dominante, ou, ao menos, consciente de sua realidade.

Um ótimo exemplo de pensador engajado e comprometido com a construção de um mundo mais humano, solidário e consciente é Leonardo Boff. Sua vasta contribuição nas áreas de teologia, filosofia, ecologia e justiça social o posiciona como uma voz influente e perspicaz na reflexão sobre os desafios e as transformações contemporâneas.

Leonardo Boff, teólogo, outrora franciscano, e objeto de estudo desta dissertação continua produzindo tanto quanto na época em que abalou as estruturas da Congregação para Doutrina da Fé, sendo-lhe imposto o “silêncio obsequioso”. Boff acompanhou também as mudanças estruturais e o advento das novas mídias e tecnologias de informação e comunicação, sem, no entanto, mudar o seu campo de atuação político intelectual. Ao seu favor tem-se agora a plataforma de vídeos Youtube, seu blog pessoal, e as inúmeras entrevistas concedidas a programas e participações em *Lives*. Considerar sua atuação de intelectual público engajado como algo do passado é praticamente dizer que sua voz não é mais ouvida. E, pelo contrário, ela é, sim, tanto é que se tornou o objeto de pesquisa desta dissertação. Um homem que foi silenciado pelo Vaticano pelos riscos das suas ideias não pode ter sua atuação intelectual menosprezada ou limitada ao passado. Com certeza, sua obra mais notável e também a mais polêmica remonta aos anos 80, mas seu engajamento, luta política, e impactos, são presentes até hoje.

### *1.3.2 Leonardo Boff, um intelectual público*

Leonardo Boff, importante teólogo e professor de filosofia. Nascido em Concórdia, Santa Catarina em 1938, foi membro da ordem dos frades menores franciscanos, a partir de 1959 e graduou-se em filosofia e teologia. Concluiu doutorado em filosofia e teologia na Universidade de Munique na Alemanha em 1970, foi professor em diversos centros de estudos

e universidades no Brasil. Em decorrência das suas teses ligadas à teologia da libertação sofreu uma série de sanções da Igreja Católica e decidiu em 1992 renunciar às suas atividades de presbítero. Embora tenha renunciado a suas funções eclesiais, Boff continuou atuando pragmaticamente nas comunidades cristãs, assim como produzindo um vasto material bibliográfico, ministrando cursos, entre outras coisas, de modo que continuou sendo um intelectual de importante destaque no Brasil. As ideias defendidas por ele na Teologia da Libertação e nas Comunidades Eclesiais de Base, são inclusive consideradas como partes importantes para a construção do Partido dos Trabalhadores (PT) (RIDENTE, 2001).

A Teologia da Libertação da qual Boff não só faz parte, como também é um dos principais teólogos e expoentes no Brasil e na América Latina, trata-se de um movimento social com início por volta de 1960, envolvendo diversos setores da Igreja Católica. Para Michael Lowy, o termo mais apropriado seria Cristianismo da Libertação, por conter aspectos que extrapolam o campo meramente teológico, porém, por ser o termo que se popularizou, adotaremos até o fim deste trabalho, a expressão comumente usada: Teologia da Libertação. (LÖWY, 2016)

Esse movimento social no seio da Igreja Católica despertou os olhares do Vaticano que trabalhou constantemente para reprimir e silenciar a ala, por assim dizer, progressista que se levantava dentro da instituição. Os conservadores viam nas proposições de Gustavo Gutierrez (um dos pioneiros desse movimento na América Latina), Leonardo Boff e tantos outros, pontos de perigo à doutrina cristã. No entanto, a inspiração do movimento era a *“opção preferencial pelos pobres”* expressão inclusive firmada na Conferência de Puebla em 1979. Para Löwy (2016), existem alguns princípios básicos na teologia da libertação, cito alguns dos que considero essencial para a análise que este trabalho se propõe ao compreender Leonardo Boff como um intelectual público: Libertação humana histórica; uma nova leitura dos textos sagrados cristãos (exegese); forte crítica moral e social ao capitalismo; uso do marxismo como instrumento de análise social; opção preferencial pelos pobres e o desenvolvimento das CEB's (LÖWY, 2016). Essas comunidades eclesiais de base tratam-se de uma forma encontrada de moldar uma nova gênese de Igreja, onde o povo é protagonista do mistério, inspirados no Jesus histórico, e não apenas meros partícipes dos sacramentos e submissos ao poder hierárquico institucional.

A teologia da libertação não adotou para si uma expressão político partidária, seu foco está concentrado em realizar uma crítica às injustiças sociais e a questões morais que afetam o povo mais oprimido pelo sistema capitalista. As suas ideias visam movimentar as bases e camadas mais populares dos cristãos católicos. Contudo, em face do posicionamento

ideológico, seu espaço no campo político caracteriza-se à esquerda e, inclusive, como já mencionado, deu bases para a criação, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores (LÖWY, 2016). Leonardo Boff, como propagador dessa teologia e membro ativo desse movimento social de libertação, foi ganhando notável relevância na esfera pública brasileira, tanto no campo prático (no dia a dia nas comunidades de base e nos trabalhos sociais), quanto no campo acadêmico, tendo produzido diversos ensaios e proferido diversas palestras dentro e fora do país.

Neste aspecto, do ponto de vista que este trabalho se propõe, Boff se caracteriza como alguém que pode receber os dois termos de forma combinada, ou seja, seria um *Intellectual Público*. Ao passo que ele é um detentor do saber e que articula suas ideias de modo a desempenhar uma função social de questionamento da ideologia dominante. Seu caráter público se dá pelo fato de suas ideias articularem discussões e debates para o seu público, seja ele de um grupo específico ou de círculos mais amplos.

A sua obra de maior impacto com certeza é *Igreja: Carisma e Poder*, tendo sido até mesmo submetida ao processo doutrinário do Vaticano que impôs “censuras” à sua obra, tendo em vista os pontos contrários ao que a Santa Sé considera doutrinário. Ao longo das páginas, Boff tece uma série de críticas a questões pontuais que considera necessárias serem revistas, repensadas e criticadas a fim de garantir uma Igreja mais comprometida com os pobres e com o carisma cristão aos moldes originários em detrimento do poder e do tradicionalismo que tomaram conta do seio da instituição milenar.

Boff faz uma variedade de críticas sociais no capítulo que trabalha sobre a questão dos direitos humanos. Suas considerações são muito pertinentes e até mesmo audaciosas para uma obra publicada originalmente em 1981. Entre as críticas, tem-se a subvalorização das mulheres dentro da Igreja, o respeito às práticas e crenças populares, a justiça social e o amparo aos pobres, o direito a participar das tomadas de decisões, etc.

Fica evidente como o autor desempenha uma espécie de crítica/contestação à ideologia dominante, mesmo que ele faça parte dessa instituição. E, além disso, não se trata de uma crítica realizada apenas às autoridades ou aos círculos internos da Igreja, esta obra extrapolou os limites apenas dos clérigos e religiosos e, em pleno ano de 2022, foi relançada após já ter tido edições em 1994 pela editora Ática e 2005 pela editora Record. É possível dizer que ainda hoje as palavras contidas nesta obra suscitam debates e controvérsias para, e também pelo, seu público. Público este que pode ser os membros das Comunidades Eclesiais de Base, os militantes de esquerda, os cientistas sociais, teólogos, filósofos, padres, religiosos e religiosas e todos aqueles que tiverem acesso à obra. O debate que Boff pretendia fazer em 1981 ao lançar



a obra continua pertinente nos círculos públicos até hoje, e talvez seja ainda mais necessário. A decisão do Vaticano em silenciar Boff objetivava conter as críticas e impedir que as mudanças propostas pela Teologia da Libertação ganhassem ainda mais força “Já que Boff tem sido o teólogo mais proeminente do Brasil [...] este ato foi sentido como uma advertência a todo o setor progressista na América Latina” (MAINWARING, 2004, p. 275).

Enquanto teólogo, filósofo e cientista da área das humanidades, Leonardo Boff está dentro dos moldes daquilo que Hobsbawm descreve como um cientista engajado. Suas ideias articulam os saberes científicos, a política e, também, a religião, sempre suscitando debates de modo a defender a sua ideia de Igreja para os pobres segundo os princípios da Teologia da Libertação. Embora muitas vezes a ciência evoque o conceito de imparcialidade, quando nos referimos à categoria dos intelectuais esta imparcialidade e separação da ideologia e das motivações das proposições levantadas não se sustenta (HOBSBAWM, 2019). “Como a maioria dos marxistas e socialistas, os intelectuais da Igreja popular acreditam que transformações estruturais sejam necessárias para se criar uma sociedade justa [...]” (MAINWARING, 2004, p. 253). Neste aspecto, Boff é um intelectual engajado e toma, sim, um partido, o do povo pobre e oprimido em busca de sua libertação. “Os homens são ou devem ser engajados e sua atitude para com as ciências, porque as ciências são em si mesmas engajadas” (HOBSBAWM, 2019, p. 180).

Boff afirma que a Igreja desde sua consolidação no Império Romano sobre Constantino “transformou-se num grande feudo dos imperadores, que dispunham dos cargos eclesiásticos e os tratavam secularmente” (BOFF, 2005, p. 119). Ao utilizar de fontes do passado cristão para basear seus argumentos, como a destacada anteriormente, o intelectual público engajado traz à tona novamente a questão da relação da instituição com o poder, buscando responder se esta passou pela prova do mesmo, ou seja, se a instituição se apegou as benesses oferecidas pelo poder secular e como a mesma exerce o poder no final do século XX. Essa análise está, com certeza, envolta em um grande engajamento do intelectual com a sua causa em questão, e não porque ele seja contra a organização, mas, sim, contra a forma de estruturação do poder e manutenção dessa ideologia que não propicia aquilo que ele considera como uma libertação.

Não obstante mecanismos para gerar novas ideias, perguntas e desafios nas ciências a partir de fora são hoje mais indispensáveis que nunca. O engajamento é um mecanismo poderoso desse tipo, talvez no momento o mais poderoso nas ciências humanas. Sem ele, o desenvolvimento dessas ciências estaria em risco (HOBSBAWM, 2019, p. 199).

Embora essas ideias de Hobsbawm sejam voltadas para o Historiador e o seu engajamento em suas análises históricas, é importante lembrar que Boff, embora seja teólogo e entendido como intelectual, utiliza muitos elementos históricos em sua obra que buscou estudar as perspectivas teológicas e históricas da questão do carisma e do poder na Igreja Católica. Leonardo Boff é, com toda certeza, um dos grandes nomes da teologia e dos intelectuais brasileiros do século XX ao propor sua doutrina de teologia social voltada aos pobres e que mantém seus debates e proposições vivas até hoje nos meios de comunicação, nas redes sociais e no seu blog pessoal.

Além disso, é evidente o quanto seu engajamento na função de intelectual foi pautado na sua tomada de posição do lado dos pobres, já que “Engajar-se é assumir uma posição no mundo, é tomar partido e assumir os riscos inerentes a essa atitude. Determinadas situações históricas não permitem a neutralidade política. Por outro lado, o engajamento pressupõe escolher um dos lados em disputa” (SILVA, 2006, p. 198). Boff escolheu seu lado, mesmo sabendo dos riscos, dos dilemas e das sanções que tal posicionamento poderiam implicar. Ele ocupa com propriedade sua função na sociedade e publiciza seus pensamentos, ideias e debates para além dos círculos acadêmicos. Seu maior interesse é a comunidade, a sociedade e a sua libertação. Para tal, utiliza-se dos métodos acadêmicos das ciências sociais para embasar sua atuação intelectual na esfera pública.

## CAPÍTULO 2

### PASSADO CRISTÃO NA OBRA *IGREJA: CARISMA E PODER*

“Aduzi fatos históricos e procurei pensar a partir deles, desvelando também o que poderia estar por detrás deles. Estimo que se pode criticar a teologia, mas não se pode negar fatos históricos. Eles constituem sempre um desafio para o pensamento, impedindo que uma mentalidade triunfalista predomine na contemplação da realidade complexa da Igreja”.

Leonardo Boff, 2005

Quando pensamos em história automaticamente somos remetidos a pensar no passado, nas memórias, nos acontecimentos que marcaram determinada época e determinado grupo social. Nós “Precisamos do passado para fazermos do presente algo novo, razão pela qual o passado importa tanto quanto o presente” (SILVA; FUNARI; GARRAFFONI, 2020, p. 46). O historiador ou o praticante de história utiliza-se do passado para construir a narrativa sobre determinado assunto ou fato histórico com conexões claras com os anseios do presente e conectadas com as perspectivas para o futuro.

É importante lembrar que toda sociedade, todos os seres humanos e as instituições têm um passado, e, como afirma Hobsbawm (2019), necessitam deste passado. Os elementos do passado, os fatos e acontecimentos são parte integrante da vida humana. A grande questão é que nem sempre este passado é trazido à tona por meio da pesquisa histórica. Nem todo passado é submetido ao crivo e ao método historiográfico. Porém, não há história sem evidência e essas evidências são trazidas do passado verificável, caso contrário, trata-se apenas de uma ficção e uma obra narrativa, sem historicidade (HOBSBAWM, 2019).

O passado é um elemento que podemos considerar como sendo a matéria prima para a escrita da história, todos os historiadores ou praticantes de história valem-se de fatos e elementos do passado para construir sua narrativa e produzir seus conteúdos, sejam históricos, intelectuais, políticos ou outros. Porém, como já argumentamos no capítulo anterior, a história não é exclusividade do historiador, tampouco o passado seria. “[...] Diversos campos podem servir como usos públicos da história, tais como os meios de comunicação, as artes, a literatura, a escola, os museus, os monumentos, os espaços urbanos, as associações culturais, os partidos e os grupos religiosos, étnicos e culturais” (KALLÁS, 2017, p. 137). Deste modo, os usos do passado podem ser feitos em diversas ocasiões e por diversos profissionais. O passado e vários acontecimentos marcantes têm sido utilizados ao longo do tempo para fundamentar teses,

ideias, pensamentos e ideologias dos mais diversos grupos políticos e instituições. Seja pelos governos para legitimação de estados e nações e construção de nacionalismos, seja por grupos que se sentem prejudicados e lesados historicamente por determinados acontecimentos, seja com a justificativa de conhecer para evitar que se repita, ou seja, de modo tendencioso e mal intencionado para propor revisionismos e negacionismos a fim de tentar legitimar posições que a historiografia já definiu de modo contrário.

Levando isso em consideração, entendemos que estudar a recepção do cristianismo antigo na obra de Leonardo Boff se faz pertinente para compreendermos como elementos presentes dessa religião desde a Antiguidade Tardia continuam impactando a vida das pessoas ao longo dos séculos. Quando nos referimos à recepção que Boff faz do cristianismo antigo, levamos em consideração que seu contato com o que foi produzido historiograficamente do passado cristão, foi assimilado, interpretado e ganhou significação para que, posteriormente, o mesmo utilize desse passado para fundamentar ideias e pontos de vista teológicos, doutrinários e intelectuais presentes em *Igreja: carisma e poder*.

Recepção chama a atenção para a transmissão de algo dos produtores para os receptores, em uma metáfora da teoria da comunicação: recepção do som, de imagem, de informações. Há, pois, uma ênfase na emissão, e isso explica toda a atenção com a recuperação ou reconstrução dos textos e monumentos originais. [...]Recepção aponta para a verificação da distância entre a gênese e a recriação posterior; já os usos do passado enfatizam os contextos posteriores. Assim, cada momento usa o passado para sua própria época, seus interesses e circunstâncias (SILVA; FUNARI; GARRAFFONI, 2020, p. 44).

A recepção do passado é importante para a história pública, bem como os elementos do passado cristão, em especial do cristianismo antigo, que estão presentes na obra de Leonardo Boff e o papel que ele ocupa na formulação e exposição das ideias do autor. O que, do nosso ponto de vista, é uma demonstração de uso consciente do passado, respeitando as produções históricas e a historiografia. A recepção e a releitura do passado são importantes e positivas, ainda mais em um momento em que a sociedade consome muitos conteúdos que abordam o passado. O grande problema é que, às vezes, esse passado que chega até o público é justamente o contrário daquilo que Boff buscou fazer em sua obra, eles são abusos cometidos com a história, em interpretações errôneas, tendenciosas e mal intencionadas das fontes e evidências históricas a fim de conquistar e manter o poder e o status quo (LINARD, 2019).

## 2.1 Usos do passado e as preocupações com os abusos públicos

Precisamos ter claro o que é o passado e como esse passado pode e é utilizado pelos historiadores. Ele pode ser entendido como “dimensão” da “consciência humana” e presente inevitavelmente em todas as instituições e em tudo que compõe a sociedade. Os historiadores, por sua vez, usam desse passado, analisando-o e compreendendo-o dentro da ótica e das necessidades da sua investigação histórica, de modo que seja possível perceber como aconteceram as transformações sociais e como, por meio do passado, é possível aprender aspectos importantes e úteis para o tempo presente (HOBSBAWM, 2019).

O passado por si só não tem o poder de influenciar discursos ideológicos, de legitimar regimes ou de servir também como argumento para a luta social e críticas à ideologia dominante. É por meio da história e do sentido que os historiadores dão a esse passado, por meio da análise das fontes, dos fatos e das evidências que se constrói as narrativas. Elas podem ser usadas de modo público para o bem da sociedade ou podem ser abusadas e servirem de aporte para interesses de grupos e indivíduos que estão preocupados com a conquista e manutenção do poder e da ordem social vigente. Conforme as considerações do historiador britânico Eric Hobsbawm, “Em primeiro lugar estou preocupado com os usos e abusos da história, tanto na sociedade quanto na política, e com a compreensão e, espero, transformação do mundo” (HOBSBAWM, 2019, p. 7-8). A história é uma ciência fundamental, sobretudo nos tempos atuais, para auxiliar na compreensão da própria sociedade e servir também como ferramenta na busca pela transformação do mundo em um lugar melhor, porém se usada de maneira tendenciosa, pode ser também uma forma de manutenção e legitimação das mazelas sociais.

O historiador italiano Enzo Traverso, em seu livro *O passado, modos de usar*, realiza uma importante discussão a respeito de eventos do passado que são constantemente utilizados em diferentes momentos e com diferentes interesses para justificar determinadas posições. Caso, por exemplo, do Holocausto promovido por Hitler durante a segunda Guerra Mundial. Para ele, o extermínio dos judeus, que é um fato histórico, um acontecimento do passado alemão, é utilizado tanto de uma forma positiva, como de uma forma negativa. Tudo depende de enfoque e do modo como este passado e sua história são utilizados. Um exemplo do que o autor considera como um mau uso da história do holocausto é quando se utiliza dessa memória traumática dos campos de concentração para legitimar ou minimizar as práticas que ocorrem

na Prisão de Guantánamo<sup>14</sup>. Em contrapartida esse mesmo passado teve um bom uso, na visão de Traverso, nas críticas do africanista Jean-Pierre Chrétien ao publicar um artigo em 1994 criticando os conflitos tribais que ocorriam em Ruanda e que ele denominou como Nazismo Tropical face ao massacre que os povos tutsis sofreram (TRAVERSO, 2012).

Ao analisar os usos do passado, é importante mencionar que a Antiguidade, sua memória e os elementos característicos desse período histórico já foram utilizados diversas vezes e para os mais variados fins no decurso da história do ocidente. Silva (2007) considera que as os usos do mundo antigo foram recorrentes no processo de formação das identidades nacionais, “A utilização da imagem do Império romano permite veicular, então, além da ideia de direito imperialista das nações emergentes, a ideia de pertencimento a nação, atuando no fabrico das identidades nacionais” (SILVA, 2007, p. 35) na legitimação dos estados autocráticos, na sustentação de discursos de superioridade racial, na formação da identidade visual arquitetônica de países como Alemanha e Itália, bem como serem evocadas pelos líderes fascista e nazista, Mussolini e Hitler, respectivamente. “[...] Mussolini associa diretamente sua figura à imagem de César e de Augusto e a toda simbologia por eles representada” (SILVA, 2007, p. 40). Além disso o fascismo italiano e toda sua “grandiosidade evocada encontrará seu lugar na construção e reconstrução da monumentalidade arquitetônica romana, em que o apelo à continuidade material e política da nação é notório” (SILVA, 2007, p. 41). Já no que diz respeito a Hitler, o mesmo inspirado na Antiguidade Clássica “[...] orquestra a construção de uma nova Alemanha, para honra e glória de seus contemporâneos e, também, para mostrar à posteridade a supremacia e excelência de seu império [...]” (SILVA, 2007, p. 45).

É notório como o uso do passado e, em especial, da antiguidade estão presentes na formação e legitimação desses estados nacionais e dos regimes autocráticos em detrimento de outros períodos e contextos históricos. Mas esse uso não é desprezioso, ele é direcionado a atender os interesses específicos.

Seja a Arqueologia do passado romano na Itália, seja a do passado greco-romano na Alemanha e em outros países, o fato é que a Antiguidade Clássica, de modo geral, é privilegiada em detrimento daqueles de outros períodos, visto não serem estas uteis como meios de propaganda dos Estados. Práticas ideológicas dos totalitarismos, que se voltam para o estudo da Antiguidade mediante enaltecimento de sua herança e de seu passado, vão postular mediante enaltecimento de sua herança e de seu passado, vão postular a

---

<sup>14</sup> A Prisão de Guantánamo é centro de detenção para pessoas que foram acusadas de terrorismo. Sua administração é de responsabilidade dos EUA, porém, sua localização fica na Ilha de Cuba. As principais críticas às práticas cometidas na prisão é o fato de desrespeitar os direitos humanos, com práticas de tortura, entre outros (TRAVERSO, 2012).

superioridade dos grupos nacionais que reivindicam e irão ter, como corolário, o desenvolvimento de interpretações de caráter marcadamente racial (SILVA, 2007, p. 53).

Mais adiante veremos como, por outro lado, este passado antigo pode ser fonte de uma releitura que propicia a prática da história pública destinada ao público não acadêmico e que circula na esfera pública, aos moldes daquilo que Habermas (1990) define, sendo espaço de acesso universal, com ampla participação dos interlocutores que têm a possibilidade de analisar e julgar assuntos de interesse geral como espaço de convivência, exposição, trocas de experiência coletiva, entre outras várias atividades bem como a proposição do debate acerca da sociedade atual. Sendo assim, tem um importante potencial de emancipação e, como no caso apontado por Traverso, pode servir como importante ferramenta de crítica social e política às transgressões e dominações impostas por regimes, sistemas, governos, etc. Um importante exemplo de espaço público são as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), onde, em sua essência, acontecem esses momentos de convivência, trocas de experiências, debates, proposições e reflexões sobre a sua realidade social, política, econômica, etc. O alcance da história disseminada no espaço público é grande e, quando bem utilizada, estabelece conexões e produz ricas contribuições para o debate da transformação social, mesmo que os passados apresentados sejam traumáticos. Uma vez que

O conceito de uso público da história, [...] guarda relação com essa concepção [...] de se defrontar diretamente com o passado traumático, entendendo-o como parte do presente e do próprio princípio de progresso sobre o qual se forjaram as sociedades europeias e norte-americanas. O uso público da história teria, à vista disso, uma função pedagógica, com possibilidade transgressora ou conformadora (KALLÁS, 2017, p. 134).

A função pedagógica aqui em questão tem um potencial, ao realizar esse contato do público com essa história e com esse passado, de possibilitar a formulação de uma consciência crítica que gere o sentimento e a mobilização necessária para a luta e rompimento com as ideologias dominantes. O oposto também é verdade. Pode ser geradora de conformismos. Essa distinção só cabe a cada um que recebe essa história, desde que os historiadores públicos tenham a preocupação de “[...] garantir explicações históricas que assegurem a consciência crítica das novas gerações” (KALLÁS, 2017, p. 133).

Todos os usos do passado são feitos atendendo a demandas e interesses, sejam eles políticos, sociais, econômicos. “[...] os usos públicos da história não obedecem a critérios de imparcialidade e pura objetividade, mas respondem a demandas sociais ou a interesses políticos e econômicos” (KALLÁS, 2017, p. 136). A própria HP surgiu de um movimento buscando uma

solução ao problema econômico e social da falta de emprego dos historiadores estadunidenses. Independente das motivações que levem o historiador a produzir conteúdo de cunho histórico, algo é essencial, como nos adverte Hobsbawm (2019, p. 377-78) “O que não podemos fazer, sem deixar de ser historiadores, é abandonar os critérios de nossa profissão. Não podemos dizer aquilo que podemos demonstrar como inverídico. Nisso inevitavelmente diferimos daqueles cujo discurso não é tão restritivo”. Não podemos falsear informações ou distorcer-las, ou ainda as inventar apenas para satisfazer aos nossos interesses, isso caracterizaria aquilo que Hobsbawm define como abuso da história.

Quando qualquer historiador, ou que assim se intitule, produz conteúdo sem o cuidado de atender aos critérios do ofício e sem atender minimamente aos fundamentos da disciplina, apenas para satisfazer seus interesses, estes estão por cometer abusos da história. Na atualidade, é muito comum nas redes sociais vermos diversas pessoas disseminando informações “históricas” sem a mínima preocupação de verificar e checar as fontes daquela narrativa<sup>15</sup>. Pois bem

Sem entrar no debate teórico sobre essa questão, é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria prima dessas ficções são fatos verificáveis. O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi assim estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas. Se um romance deve tratar do retorno de Napoleão de Santa Helena em vida, ele poderia ser literatura, mas não conseguiria ser história. Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa mais organiza *objets trouvés*. A distinção pode parecer pedante e trivial ao não-historiador, principalmente aquele que utiliza material histórico para seus próprios fins (HOBSBAWM, 2019, p. 371-72).

A evidência e o fato histórico não devem ser falsificados ou ignorados na produção de qualquer que seja a narrativa histórica, seja ela acadêmica ou pública. Os fundamentos da disciplina histórica são os mesmos. Temos argumentado neste trabalho a importância de os dois campos caminharem como aliados e não como opositores “As sociedades contemporâneas precisam da história, tanto da acadêmica quanto da popular” (MALERBA, 2014, p.44). O historiador público precisa dos métodos e daquilo que é produzido pela academia para evitar que suas produções caiam no bojo dos abusos públicos da história e do passado. Existem várias formas de se fazer história e de recepção do passado, porém sem o crivo teórico/metodológico

---

<sup>15</sup> PRESSE, Jean Aparecido; BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição. Usos Públicos do Passado: Os Jovens e a Ditadura nos canais de História do Youtube. **SURES**. Volume 1, número 13, p. 86-105. 2019.



e sem a preocupação básica dos princípios e fundamentos da disciplina, não é história que se faz, é narrativa retórica ideológica legitimadora de vontades e interesses pessoais. “Quer gostem disso ou não, os historiadores profissionais produzem a matéria-prima para o uso ou abuso dos não-profissionais” (HOBSBAWM, 2019, p. 369). Os não acadêmicos ou praticantes de história que não são necessariamente historiadores consomem aquilo que os historiadores profissionais produzem na academia. É praticamente impossível que se produza um bom conteúdo histórico sem que haja bases concretas na historiografia acadêmica. Os procedimentos científicos da disciplina podem, alinhados com a retórica, serem transformados em conteúdos e informações para circulação na esfera pública de modo que tal conteúdo gere ou dê bases para uma reflexão crítica acerca do mundo.

Sem muito esforço, percebe-se que os abusos do passado e da história acontecem quando não há o cuidado com o método e com os fundamentos da disciplina histórica ou quando, mesmo sabendo disso, ainda assim, praticam negacionismos e revisionismos a fim de satisfazer certa ideologia. Não importa qual é o motivo ou como é feito o abuso, pois

nocivo em si todo e qualquer abuso da História, o qual não tem outra consequência a não ser enfraquecer a própria escrita da História (e, por extensão, o ofício de historiador), causando dolo pela promoção do engano, haja vista que tais abusos se encontram presentes em negacionismos e revisionismos sem qualquer traço de cientificidade (LINARD, 2019, p. 74).

É claro que os abusos da história não estão restritos a não historiadores, tanto historiadores profissionais quanto praticantes de história podem cometê-los. Esses abusos também podem ocorrer em diversos meios e espaços, pode ser em palestras e conferências públicas, pode ser nas redes sociais, nos livros, em programas de televisão, etc. Geralmente esses abusos tem como plano de fundo implantar determinada visão ou ideologia sobre determinado fato histórico, como os negacionistas que negam a existência de uma ditadura civil militar no Brasil após o golpe de 1964 ou os revisionistas que buscam reescrever aquilo que a historiografia já produziu sobre as atrocidades cometidas no período, ou ainda, evocando a *unidade* dos povos do mundo antigo para justificar a “pureza racial” do regime totalitário nazista.

É possível verificar que há um contrassenso na argumentação. Salientamos há pouco que não existe história ou historiador imparcial, uma vez que toda escrita da história é feita com base em motivações políticas, sociais, culturais, etc. Qual seria então o problema desses “abusadores da história” só por usarem dela e do passado para seus interesses? A resposta está na cientificidade da produção histórica e no compromisso com as bases da disciplina.

Não é por ser parcial que a escrita da História sempre será “abusiva”. O ponto em questão é tentar equilibrar nossas motivações, nossos interesses acadêmicos ou pessoais, nossas predisposições religiosas ou político ideológicas em consonância com os métodos objetivos que permeiam determinada prática científica/acadêmica. Uma comunidade científica/acadêmica não exercita suas disciplinas ou práticas de pesquisa considerando apenas suas conveniências. Decerto, existem interesses particulares, individuais, mas todos os cientistas tornam suas produções inteligíveis aos demais quando praticam seu ofício em uma base mais ou menos comum. Mesmo não seguindo determinada interpretação, reconhecemos a cientificidade de sua construção (LINARD, 2019, p. 89).

A comunidade científica funciona como uma forma de crivo historiográfico para justamente evitar que os abusos da história alcancem seu objetivo, que, em grande maioria, é intencionalmente enganar o seu interlocutor a fim de garantir os seus objetivos e convencê-los de sua narrativa falaciosa. Quando os abusos são aceitos e disseminados “A comunidade acadêmica e profissional passa a ser deslegitimada” (LINARD, 2019, p. 92). Quando abusos públicos da história são disseminados, eles trazem consigo, muitas vezes, preconceitos, estereótipos, extremismos, teorias conspiracionistas e impulsionam o público em direção àquilo que é de interesse da ideologia dominante.

Podemos nos valer das considerações de Danilo Linard para definir o que é de fato o uso abusivo da história. Segundo ele,

Em linhas gerais, em um nível heurístico, o uso abusivo ou irresponsável da História se daria pela manipulação intencionalmente enganosa de um conjunto de fontes ou arquivos que darão suporte à pesquisa ou aos enunciados/juizos emitidos publicamente. Nessa manipulação dolosa, certas fontes podem ser alteradas (algumas nem mesmo são lidas...), ocultadas, eliminadas e até “inventadas”, de modo a embasar o nível seguinte, o epistemológico (LINARD, 2019 p. 93).

Perceba que, quando o abuso da história é praticado, as bases da disciplina histórica são ignoradas ou usadas de modo incorreto. Não é possível que uma história repleta de abusos seja chancelada pela historiografia acadêmica. As bases para sua prática vão totalmente ao contrário daquilo que torna a história ciência. Deste modo, tentar dar cientificidade ao uso abusivo da história terminaria por implodi-la “na medida em que a versão abusiva só pode derivar de falseamentos, de omissões, de interpretações unilaterais, que nada mais almejam do que se impor como verdades absolutas, inquestionáveis” (LINARD, 2019, p. 97). Ao passo que optam por essa prática abusiva e negligente, mesmo que em determinados momentos da sua produção sigam os critérios da disciplina e usem do passado de modo adequado em sua escrita ou fala, perdem o caráter científico. Pois os debates públicos sobre a história não estão imunes do rigor

metodológico e da responsabilidade. Os usos públicos da história contribuem para a formação de uma consciência histórica, e permitir que abusos da história aconteçam sem questionamentos ou sem denunciarmos a falta de cientificidade a essa história é um sério perigo.

Por que perigo? Utilizo as palavras de Hobsbawm (2019, p. 379) para responder a esse questionamento: “Infelizmente, como demonstra a situação em áreas enormes do mundo no final de nosso milênio, a história ruim não é história inofensiva. Ela é perigosa. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentença de morte”. Por esse motivo espera-se que o historiador público alinhe suas produções com o saber construído na academia. A história não pode ser subestimada, ela é uma ferramenta poderosa para mobilizações sociais, porém, nas “mãos erradas” e com “abusos” ela pode se tornar uma arma ainda mais poderosa para subjugar povos e destilar divisões e preconceitos.

O que será exigido do historiador, por cada profissional da área na qual ele queira atuar, é que ele exercite essas atividades e práticas de maneira responsável, com seriedade. O mesmo se exige de qualquer um que deseje engajar-se nos debates públicos acerca de temáticas ou interpretações históricas: fazer disso uma oportunidade de aprendizado (LINARD, 2019, p. 98).

Ao seguir os métodos da ciência histórica, o historiador público (bem como o intelectual público ou qualquer outro “praticante de história”) se compromete com a busca pela verdade e a análise crítica das fontes históricas. Esses princípios garantem que o conteúdo produzido seja embasado em evidências, evitando interpretações distorcidas ou tendenciosas. A responsabilidade do historiador público também se estende à divulgação responsável do conhecimento, considerando o impacto que suas narrativas podem ter na sociedade. Ao fornecer informações precisas e contextualizadas, o intelectual público promove uma consciência histórica mais ampla, enriquecendo o debate público, a formação de identidades coletivas e contribuindo para uma sociedade mais informada e com condições de compreender fatos históricos. Aos moldes daquilo que Boff buscou defender como libertação, ela “é tanto práxis, que rompe com o status quo dependente, como a formação de uma nova consciência histórica” (PAULA, 2018, p. 73). O passado, ou seja, os fatos históricos utilizados por Boff em *Igreja: carisma e poder* propiciam que o seu leitor possa compreender o contexto histórico e buscar formular sua própria consciência histórica. Sem dúvida, uma importante contribuição para o uso responsável da história e que agrega às discussões da esfera pública, no caso de Boff, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s).

É fato que nem sempre o passado, que é objeto de estudo e construção histórica na academia, é o mesmo que interessa o grande público. “[...] os vínculos os quais sujeitos

estabelecem com o passado são sempre pessoais, mediados por suas emoções e sentimentos [...]” (FAGUNDES, 2020, p. 49). Sendo assim, o intelectual público, ou qualquer um que queira valer-se dos usos do passado e da história para atingir o público precisa estar atento às demandas que eles têm, quais assuntos são de interesse e quais podem desenvolver conexão entre a história produzida e o interlocutor. A história pública é aliada no combate aos abusos públicos da história uma vez que “[...] é entendida como esclarecimento, produção de conteúdos desmistificados, isentos de falsidade, e capazes de, de uma vez por todas, informar o que não é equivocado, o que não é falso, e que precisa ser levado a todos para que saiam do disfarce e da ilusão” (FAGUNDES, 2020, p. 51).

Além disso, uma boa releitura do passado nos ajuda a preservar a memória coletiva, valorizando e respeitando as experiências e culturas que nos precederam. Ao utilizar adequadamente o passado e a história, podemos promover a tolerância e inclusão, evitando a repetição de erros passados e fomentando a construção de uma sociedade mais consciente. Conforme pontua Boff: “Conhecer cientificamente é levar a comunidade a entender os mecanismos da sociedade em que vive: como funciona o Estado, que não está aí para dar a todo mundo oportunidades de trabalho, mas para defender os interesses dos que possuem os meios de produção [...]” (BOFF, 2005, p. 276).

Portanto, é essencial valorizar e explorar corretamente o passado, reconhecendo sua importância como uma ferramenta vital para o desenvolvimento humano e social.

As “visões do passado” (segundo a fórmula de Benveniste) são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencia um *continuum* significativo e interpretável do tempo. Fala do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também no futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favoráveis à independência de fatores externos a seu domínio (SARLO, 2007, p. 12).

Como podemos ver nas considerações de Beatriz Sarlo, mencionadas acima, o passado é “invocado” por meio da lembrança e da narrativa para atender a demandas e objetivos dos grupos sociais, seja para defender ou para refutar algo. “Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional [...]” (HOBSBAWM, 2019, p. 35). O intelectual público pode usar esse movimento de mudança

direcional que a análise e o uso do passado propiciam para buscar o “desenvolvimento” e a “evolução”, mas também para suscitar mudanças. No caso do nosso objeto de investigação, veremos justamente como esse passado, no caso, o passado cristão, é utilizado como justificativa para evocar mudanças de comportamento na Igreja, remetendo à tradição do cristianismo primitivo. “O assim chamado catolicismo não colocou o problema em termos temáticos. Nem se sentiu urgido a fazê-lo. À fé católica tranqüila bastava saber que aquilo que hoje existe estava em continuidade com o Evangelho e com a Igreja primitiva” (BOFF, 2005, p. 150). Levar-se-á em consideração que “A atração do passado como continuidade e tradição, como ‘nossos antepassados’, é forte” (HOBSBAWM, 2019, p. 39). Deste modo, utilizar-se do passado para construir uma boa narrativa que contribua para o público e propicie melhor compreensão de termos e situações muitas vezes acadêmicas, é um importante aparato do historiador e do intelectual público.

A respeito do interesse em estudar e analisar a recepção e os usos do passado cristão, com recorte no período da antiguidade, se faz importante, pois, “[...] ao contrário do que se prega, pensar e estudar o mundo antigo é abrir possibilidades ao presente” (BONFÁ; MATOS, 2021/22, p. 103). Quando os historiadores se propõem a estudar e a utilizar do passado em suas produções é porque elas estão refletindo sobre questões do presente. Neste aspecto, a antiguidade cristã está presente de forma muito enraizada no Brasil, país ainda predominante católico, e com forte matriz judaico cristã. Os tribunais, a constituição federal, a arquitetura das cidades, as tradições locais, todos esses aspectos da sociedade brasileira possuem, se não explicitamente ao menos implicitamente, elementos cristãos, que em sua grande maioria foram construídos no mundo antigo, no período de consolidação do cristianismo (BONFÁ; MATOS, 2021/22).

## **2.2 Antiguidade Cristã e o papel que ela ocupa na obra de Boff**

Quando falamos sobre o período antigo do cristianismo, é importante esclarecer o significado desse conceito e o intervalo de tempo ao qual ele se refere. Podemos considerar que a ideia de antiguidade foi desenvolvida por um movimento específico na Europa (Humanismo e Renascimento), com o propósito de dividir a história mundial em diferentes períodos, possivelmente para facilitar o estudo e a compreensão. A criação da noção de antiguidade tem como objetivo definir as características, o contexto espacial e temporal de um momento específico da história, além de estabelecer uma lógica para compreendê-lo.

A definição do conceito de Antiguidade pelos historiadores não foi um processo casual, mas sim fruto de uma reflexão e estudo aprofundados. Demandou extensa investigação, análise

de fontes e sua interpretação. Aqueles que conceberam o termo Antiguidade, em uma época distinta, tiveram que "imaginar" ou interpretar como os eventos históricos desse período, atualmente conhecido como Antiguidade, se desenrolaram. Eles examinaram suas peculiaridades, costumes, modo de vida, estrutura política e outros aspectos, pois cada característica específica, ao se agrupar dentro de uma delimitação temporal e espacial única, é o que se entendeu por Antiguidade.

É importante destacar que cada historiador realiza seu próprio recorte da História com base em suas necessidades, capacidades e até mesmo suas preferências pessoais. Dentro dessa perspectiva, a Antiguidade é também um recorte histórico que se refere a um momento e espaço específicos. No momento em que o conceito de Antiguidade foi definido, não foi possível, ou não houve interesse, em abranger a história antiga de todo o mundo, uma vez que o Renascimento foi responsável pela criação desse termo/conceito, e seus pensadores estavam interessados na Antiguidade de seu próprio mundo. Portanto, é bastante comum que, ao estudarmos a Antiguidade, direcionemos nosso foco principalmente para a Europa, especialmente a cidade de Roma e seu império, bem como para o mundo grego, uma vez que a tradição literária, a cultura clássica, foi predominantemente escrita em grego e latim (PIRATELI, 2015).

É crucial ressaltar que a compreensão do termo "Antiguidade" e a definição de seu conceito não são tarefas simples. Diferentes autores o interpretam de maneiras variadas, e atualmente possuímos uma visão mais abrangente desse período, graças aos grupos de estudo e as pesquisas que se interessam pela Antiguidade e vão além dos limites espaciais europeus e do modelo social greco-romano. Portanto, é indispensável compreender que a noção de Antiguidade foi criada pelos Renascentistas e refere-se a um período específico tanto temporal quanto geográfico. Sua interpretação ocorre por meio de diversas fontes, como documentos, monumentos, evidências arqueológicas e outras, exigindo habilidade do historiador para analisar os fatos e escrever uma História da Antiguidade ou uma História Antiga.

O período do Baixo Império Romano foi marcado por uma série de transformações que tiveram início no século III com Diocleciano e se intensificaram ainda mais durante o governo de Constantino. Essas transformações afetaram profundamente o mundo romano, levando à alteração das estruturas sociais que existiam até então. Essas mudanças tinham como objetivo reestruturar o Estado romano para que se adaptasse à nova realidade em que se encontrava. Atrelado a todas as transformações na estrutura política, social, ideológica e econômica do Império, vê-se a ascensão do cristianismo, que marcou de forma profunda esse período de transformações sociais. A partir desse ponto, a Igreja adquire um prisma de protagonismo na

sociedade, tornando-se responsável por civilizar esse novo mundo. A ideia de universalidade que antes era atribuída ao Império passa para a Igreja, que se expandirá cada vez mais nessa função (PIRATELI, 2015).

A oficialização do cristianismo como a religião predominante no Império Romano ocorreu quando o Imperador se proclamou cristão, levando toda a sociedade a seguir esse caminho. Essa mudança teve um impacto significativo na estrutura social do Império, resultando em transformações profundas. A religião, que anteriormente sofria perseguição, passou a ocupar posições de destaque, estabelecendo leis e desempenhando um papel fundamental. Podemos observar, assim, uma fusão entre o Estado e a Igreja, com implicações abrangentes nesse novo cenário histórico.

O respeito, os favores que mereceu a religião cristã da parte do governo imperial não são da parte deste, simples atitude, hipócrita ou interessada. Revela ele um esforço real para penetrar de espírito cristão a estrutura das instituições, a vida mesma do mundo romano (DANIÉLOU; MARROU, 1984, p. 326).

Dessa forma, entende-se o período da Antiguidade Cristã com surgimento no século I, com o nascimento de Jesus Cristo, até o século IV, com a formação da ortodoxia católica por meio dos grandes concílios de Nicéia e Constantinopla. Neste período em questão, surge o fenômeno histórico e social do cristianismo e as transformações que o mundo antigo passou, que estavam profundamente ligadas ao surgimento da nova religião. Os cristãos primitivos, ou seja, os primeiros cristãos, os “fiéis” dos primeiros séculos, foram os responsáveis pela formação da tradição, dos costumes, dos valores, do modo de vida, pela formação e transmissão do carisma e, posteriormente, da institucionalização da Igreja. Todos os escritos, os fatos e acontecimentos históricos, os textos sagrados deste período, as pregações e homilias proferidas pelos apóstolos no processo de expansão e difusão do cristianismo, juntos formam a Antiguidade Cristã.

Quando falamos dos estudos da antiguidade cristã, devemos considerar que o intelectual público em questão tem uma complexa missão de compreender os aspectos teológicos envolvidos na pesquisa histórica e na interpretação dos textos sagrados e da própria teologia cristã. Boff era um exímio exegeta e por isso consegue utilizar tão bem os textos bíblicos e teológicos de forma histórica para embasar sua argumentação. Além disso, é importante frisar que, embora diversos acontecimentos marcantes para a história da Igreja primitiva remonte à Antiguidade Tardia que prefigura entre final do século III e VII, os escritos bíblicos e

acontecimentos das comunidades cristãs primitivas remontam também aos primeiros séculos da era cristã (SELVATICI, 2005).

Para os teólogos da libertação, a Antiguidade Cristã, ou o Cristianismo Primitivo, tem sua própria ótica de compreensão. Tendo bases teóricas e metodológicas pautadas nas ciências sociais, sobretudo no marxismo, a Teologia da Libertação vê a comunidade cristã dos primeiros séculos como um paralelo ao socialismo moderno, uma vez que os indivíduos que compõem esse grupo são, sobretudo, pessoas das camadas mais baixas da sociedade, são pobres, excluídos, exilados, perseguidos pelo poder e pela ideologia dominante, lutam pela transformação da sociedade e pela libertação das amarras do poder e das mazelas que cercam a sociedade (LÖWY, 2016). Essas características são próprias da antiguidade cristã.

Após a institucionalização da Igreja e a sua “fusão” com estruturas do Estado Romano, a organização e as características do cristianismo foram alterados drasticamente. E, inclusive, este é um dos grandes pontos de crítica em *Igreja: carisma e poder*. Por essa leitura própria e particular que a Teologia da Libertação faz do Cristianismo Primitivo/Antiguidade Cristã é que podemos entender algumas das razões que levaram Boff a embasar várias partes de sua argumentação em fatos históricos desse período. É importante pontuar que Boff, faz uma distinção clara do que ele considera como sendo o Cristianismo Primitivo e o que é a antiguidade cristã como um todo, compreendendo já o surgimento do catolicismo. “[...] Novo Testamento, como livro, é livro da Igreja, produto histórico da encarnação da mensagem de Jesus nos vários estratos culturais daquele tempo. [...] nos dá a conhecer [...] a diversidade da vida das primitivas comunidades com seus ministérios e estruturas eclesiais. É o catolicismo primitivo.” (BOFF, 2005, p. 164). Ou seja, a temporalidade dos fatos descritos em todo o novo testamento configura, para Boff, o que ele entende como Cristianismo Primitivo, base para o posterior catolicismo. Porém, a antiguidade cristã compreende a temporalidade dos primeiros séculos, que são inclusive utilizados por ele para ilustrar o surgimento do catolicismo romano “Queremos agora ilustrar, com a história dos primeiros séculos, como o catolicismo vem marcado decisivamente pela vontade de acolher, de assimilar e de nada impor que não seja de fé. [...] Cada grande estrutura histórica serviu de material encarnatório para o cristianismo, enriquecendo-o comprometendo-o, complexificando-o” (BOFF, 2005, p. 171). Os exemplos que se seguem na obra datam até 604 d.C., ou seja, até o século VI.

Mais do que apenas recepcionar os acontecimentos ou elementos do passado, Boff realiza uma releitura deles, utilizando-se, muitas vezes, de passagens das escrituras de modo que elas possam fundamentar as ideias que ele defende da tradição do cristianismo católico e não do tradicionalismo que, segundo ele, está enraizado na instituição. A análise feita por Boff,



é de um viés historicista e busca compreender a instituição no âmbito do seu percurso histórico. “Não é suficientemente tradicional, e mostra-se demasiadamente tradicionalista. Porque é pouco católico e pouco tradicional, sente dificuldade de abrir-se com mais generosidade ao catolicismo popular e deixar-se renovar a partir da experiência cristã vivida pelo povo de Deus” (BOFF, 2005, p. 183). Essa afirmação, se dá mediante o fato de, no entendimento do autor, a Igreja-instituição ter se desvinculado da sua tradição apostólica ligada ao carisma da luta e do engajamento social, para apegar-se às dogmáticas hierarquizadas e pouco preocupadas com a vida cotidiana de seus fiéis.

A habilidade de Boff com a exegese propicia a ele uma vantagem na análise histórica que faz. A exemplo do que Selvatici (2005, p. 194) diz:

O método histórico-crítico na exegese privilegia a busca por uma reconstrução do contexto histórico no qual foram escritos os textos bíblicos analisados. Esta é, obviamente, a característica primeira do trabalho do historiador. Neste ponto, o trabalho de ambos se aproxima muito. E para os historiadores da Nova História Cultural e Intelectual, esta tarefa deve, agora, considerar os constrangimentos que a palavra escrita do documento analisado impõem ao conteúdo dele, isto é, as informações que podem ser extraídas a respeito do passado.

Sendo assim, apresenta-se a seguir a análise feita de diversas releituras do passado cristão por Leonardo Boff em *Igreja: carisma e poder*, desde o aspecto de exegeta que ele faz dos textos sagrados até os elementos históricos do cristianismo antigo. “Seu conhecimento da historiografia do Cristianismo o levou a percepção que a memória dos católicos está mais ligada à história subversiva, revolucionária de Jesus de Nazaré [...]” (PEREIRA, 2013, p. 141). Deste modo, é notório e compreensível a utilização de categorias históricas e sociais, por Leonardo Boff, para trazer à discussão e ao debate os acontecimentos práticos da passagem profética de Jesus, até sua crucificação.

[...] as práticas deste profeta não foram desvinculadas do mundo vivido e isentas das situações históricas e sociais concretas. A história desse indivíduo, de acordo com tais escritos a frente de seu tempo, esteve ligada ao compromisso com a justiça para todos, principalmente aqueles que mais precisam, os pobres (PEREIRA, 2013, p. 145).

Ao utilizar a história como ferramenta de reflexão, Boff argumenta com seus interlocutores, em especial os membros das CEBs, proporcionando-os uma reflexão e compreensão da trajetória histórica da Igreja e também da opressão, desigualdade e resistência, permitindo que elas analisem criticamente o presente e busquem alternativas de transformação. Em suas obras, Boff resgata as histórias e memórias de movimentos populares e de

marginalizados, trazendo à tona as experiências e lutas dos excluídos. Resgata, também, a história da Igreja e as importantes transformações que ocorreram ao longo dos anos na instituição. Isso possibilita que as CEBs e todos os leitores de *Igreja: carisma e poder*, bem como os ouvintes de suas palestras e conferências, valorizem a sabedoria popular e os conhecimentos históricos locais, fortalecendo sua identidade e coesão como comunidades. Além disso, ao conectar o passado com o presente, Boff evidencia as continuidades e rupturas, mostrando a importância de compreendermos as raízes dos problemas atuais e as possíveis soluções.

Para exemplificar a retomada da Antiguidade Cristã, feita por Leonardo Boff em sua obra, buscando compreender as contradições do tempo presente, vê-se, por exemplo, descrito na obra, um fato que remonta ao Imperador romano Teodósio. Ele ocupou o mais alto posto em Roma no século IV d.C. e foi por meio do seu Édito de Tessalônica em 380 que o catolicismo se tornou a religião oficial do Império Romano. Conforme descrito por Boff “Desde Teodósio, a Igreja foi certamente uma Igreja para os pobres, mas nunca mais conseguiu ser uma Igreja de pobres” (BOFF, 2005, p. 38). Com a oficialização da Igreja católica como religião oficial de Estado, a instituição passou a ter um outro viés, mais apegado ao poder e às estruturas hierárquicas, deixou de ser feita por pobres e passou a ser repleta de benesses atreladas ao poder civil do Império. Boff usa justamente isso para mostrar como a composição da Igreja, desde esse acontecimento na Antiguidade, até os dias de hoje deixou de ser formada pelos mais oprimidos e menos favorecidos, reservando a esses o papel de receptores da pregação evangélica e menos partícipes do mistério sacramental.

A consolidação da ortodoxia católica aconteceu após os Concílios de Nicéia e Constantinopla, que puseram fim a diversas questões cismáticas e heréticas que ameaçavam a unidade do cristianismo no mundo antigo. Isso também é abordado, como podemos observar neste fragmento da obra:

A forma de apropriação se faz da seguinte maneira: apresentam-se as verdades propostas ou definidas pela Igreja; identificam-se os inimigos antigos (arianos, pelagianos etc.) e modernos (reformadores, iluministas, existencialistas); aduzem-se as provas da Escritura, as provas da Tradição, as razões teológicas. A Escritura é considerada um repositório de frases (*dieta probantia*), inspiradas e reveladas; da Tradição se tomam também frases, sem tomar em conta as teologias internas de cada uma destas fontes ou as várias camadas de sua elaboração histórica. Aqui o que importa é a clareza das verdades de fé, com suas várias qualificações (*de fide, próxima fidei, opinio theologica* etc), e a identificação das proposições errôneas (*aereticæ, pias aures offendentes* etc) (BOFF, 2005, p. 46)

Essa recepção/releitura do passado é feita por Boff no segundo capítulo da obra, na perspectiva de apresentar ao leitor as práticas teológicas existentes e como cada tendência se apresenta ao longo da história e do contexto histórico da época em que foi elaborada. Até mesmo porque “O subtítulo *Ensaio de eclesiologia militante* define a linha desta coletânea de estudos e perspectivas sobre a realidade histórica e teológica do carisma e do poder na Igreja” (BOFF, 2005, p. 21). Ou seja, desde o início o autor sempre reconheceu a sua intenção de abordar aspectos históricos referente à Igreja e seu aspecto carismático versus seu aspecto de poder, e, na perspectiva que Leonardo Boff o quer fazer, não é possível, ou seria muito mais difícil, sem valer-se do passado cristão para tal.

Um dos pontos centrais do livro é a questão do poder. Para elucidar como se deu historicamente essa relação da instituição, Igreja, com o poder, Boff remonta às comunidades cristãs primitivas e às transformações histórico sociais vividas ao longo do tempo, como podemos constatar a seguir:

Com efeito, as comunidades cristãs primitivas encontravam-se sob a férrea necessidade de se institucionalizar. Necessária e inevitavelmente assumiram formas sociais e políticas do mundo circunstante nas quais encarnavam a autoridade vinda de Deus e de Cristo. A atual estrutura de poder na Igreja é devedora de representações de poder que possuem séculos de existência e que nela convergiram. Duas especialmente cabe ressaltar: a experiência com o poder romano e com a estrutura feudal. Deles assumiu costumes, títulos, expressões, símbolos de poder. A hierarquia como palavra e como concepção é resultado deste processo. Esta necessária "mundanização" da Igreja era condição de sua continuidade no mundo e, como encarnação, pode-se dizer, teologicamente, é também querida por Deus. O estilo romano e feudal de poder na Igreja, sem conotação pejorativa, perdura até hoje e, ao nosso ver, constitui uma das principais fontes de atrito com a consciência que desenvolvemos dos direitos humanos (BOFF, 2005, p. 95-96)

Para fundamentar sua argumentação, o passado histórico do cristianismo é uma importante fonte para Boff, já que ele consegue corroborar e dar mais força à argumentação de que o poder, da forma como a Igreja o encara e o exerce, nem sempre foi posto dessa forma pela instituição, ele é, antes de mais nada, fruto de um contexto histórico e de transformações que marcaram a instituição. Ele foi imprescindível para a sobrevivência, expansão e consolidação da Igreja, porém, após isso, o apego com esse poder, muitas vezes o poder temporal/secular/mundano, enraizou-se nas bases e na hierarquia da instituição, de modo que a mesma se fecha para os principais anseios e o “verdadeiro carisma” da Igreja.

O surgimento do cristianismo foi um acontecimento envolto em uma série de tensões sociais e religiosas que marcaram profundamente a sociedade da época a ponto de provocar

transformações sociais, que aconteceram ao longo dos vários anos após a morte de Jesus. Segundo Boff “A Igreja primitiva, particularmente Paulo, tinha a preocupação de interpretar a novidade da existência cristã numa perspectiva teológica global através de discussões sofisticadas com a tradição veterotestamentária e rabínica” (BOFF, 2005, p. 117). A Igreja nos primeiros séculos de sua existência não teve estrutura institucional e aparatos de poder, pelo contrário esteve envolta na “clandestinidade” e submetida a perseguições implacáveis do Império. Neste momento particular da história do cristianismo, segundo Boff, a Igreja está livre da dubiedade do poder. Os próprios grandes nomes da Igreja não usavam de suas posições para sobressair-se aos demais membros, todos tinham um objetivo em comum, viver o mistério de Cristo.

Mas o decisivo da Igreja nos três primeiros séculos não foi seu aspecto institucional". A unidade era garantida pelo acordo da fé e pela mesma coragem através da *martyria* pública e não tanto através das estruturas institucionais. É verdade que o embate com a heresia obrigou a comunidade a definir o Cânon do Novo Testamento e a linha da sucessão apostólica, dois grandes alicerces da instituição eclesial. Mas a Igreja está livre do poder. É pobre, feita pelos pobres. Mas cheia de contestadores da religião e da moral oficiais e por isso consagrada de mártires. Afirmações arrojadas como as de Santo Inácio, "nada sem o bispo, tudo com o bispo" (Fil 7, 1) ou "os bispos são cristóforos e teóforos" (Magn 3, 1; Sm 8, 1) e "os diáconos devem ser venerados como os mandamentos de Deus e o próprio Cristo" (Tr 3, 1; Sm 8, 1), estão longe de qualquer episcopalismo posterior. Aqui vigora não uma visão jurídica e faminta de poder, mas uma visão mística que vê o *Christus praesens* ressuscitado se fazendo presente através de pessoas carismáticas que desempenham funções de serviço e de unidade na comunidade. A autoridade destas pessoas lhes vem pela vivência exemplar do mistério de Cristo e não ainda pelo poder sacro de que foram investidas (BOFF, 2005, p. 117-18).

Para Leonardo Boff, com a nova condição do cristianismo como *religio licita* tem início para a Igreja uma “grande aventura cultural e política. Faz a experiência do poder com todos os riscos que ele implica” (BOFF, 2005, p. 118). Atrelado a isso, a Igreja assimilou as estruturas que já existiam no Império e ornamentou-as com o viés cristão oferecendo deste modo ao “[...] Império uma ideologia que sustentava a ordem vigente e sacralizava o cosmo pagão” (BOFF, 2005, p. 118). É possível perceber que a posição da Igreja frente ao novo status que ocupa na sociedade do Império Romano e como ela utiliza a nova ferramenta adquirida com a oficialização do cristianismo, o poder, que obteve do Império, é uma exemplificação histórica utilizada por Boff, como segue:

A Igreja até 312, mais movimento que instituição, passou a ser a grande herdeira das instituições do Império: o direito, a organização em dioceses e paróquias, a centralização burocrática, os cargos e as titulaturas. A Igreja-

instituição se acomodou de bom grado às realidades políticas e às uniformidades inexoráveis. Encetou uma trajetória de poder que chegou até o presente e cujo ocaso, parece, nos é dado entrever (BOFF, 2005, p. 118).

Ou seja, a Igreja tomou posse do poder que lhe foi concedido e engendrou em sua estrutura tal poder, de modo que esses efeitos podem ser vistos e sentidos até o momento da escrita de *Igreja: carisma e poder*, conforme sustenta Boff ao longo das várias páginas do livro. Para manter essa estrutura de poder, a Igreja submeteu-se, na Antiguidade, a ser o que Leonardo Boff chamou de “feudo dos imperadores” e que posteriormente na idade média ganharia uma nova roupagem com os reis, rainhas, duques, marqueses, etc.

Para Boff, a forma como o poder estava posto para as primeiras comunidades cristãs era bem diferente da que foi assumindo após a virada constantiniana e perdura até o presente momento. A autoridade tinha outra característica, vejamos:

Esta autoridade foi encarnada diferentemente na Igreja primitiva: nas comunidades paulinas (Corinto) era de estrutura carismática; na comunidade de Jerusalém, sinagoga (conselho de presbíteros); nas comunidades das epístolas pastorais, de estrutura centralizada ao redor dos delegados apostólicos com seu presbitério, reduzindo em muito a participação de cada batizado que para Paulo era portador do Espírito. Pouco importa a forma, tratava-se sempre de um serviço. O que, entretanto, predominou foi a linha das epístolas pastorais, onde aparece o ministro com poder recebido pela imposição das mãos, dando origem às *ordens* diferentes na Igreja; em germe reside aqui — caso não esteja sempre presente a mística do serviço — o foco que irá manifestar-se como discriminação entre os irmãos de fé até o ponto de os ordenados capturarem para si todo o poder na Igreja. Isso certamente conflita com a intenção fundamental de fraternidade presente na mensagem de Jesus. A forma centralizada constitui *uma* forma de poder que, por razões históricas (no caso a ameaça do agnosticismo), pode se justificar, mas que não pode reclamar para si a exclusiva vigência por todos os séculos. A diversidade das formas de autoridade no NT sugere outra direção. A autoridade era antes colegial do que monárquica (BOFF, 2005, p. 103).

Leonardo Boff tem, claramente, que o passado cristão auxilia na compreensão crítica dos acontecimentos que culminaram na construção da instituição tal qual a conhecemos hoje. Evocar o catolicismo primitivo é uma boa estratégia utilizada por Boff, pois, para ele, as Igrejas cristãs conferem a esta expressão do catolicismo autoridade sobre as demais, já que ele corresponde a uma espécie de marco na história do cristianismo. O credo por exemplo, o símbolo de fé mais marcante do catolicismo foi formulado em 381, já atendendo a um desejo do Imperador Constantino, mas, sobretudo, atendendo à necessidade de definir os aspectos e a profissão de fé da Igreja.

A preocupação pelas características da Igreja (na eclesiologia se fala em notas e em propriedades) é antiqüíssima, atestada já em Santo Epifânio (315-403) e em São Cirilo de Jerusalém (313- 386), que influenciaram na elaboração do Credo do I Concílio de Constantinopla (381)', ainda hoje rezado na Igreja. Neste credo se enumeram quatro notas (características) básicas da Igreja: "Creio na Igreja una, santa, católica e apostólica". Por estas características (notas) se queria oferecer os critérios para o discernimento da verdadeira Igreja de Cristo (BOFF, 2005, p. 228).

Diferentemente da Igreja que se institucionaliza com Constantino e Teodósio, a verdadeira Igreja primitiva, ou seja, a dos primeiros séculos cristãos e anteriores a esse período de estatização da Igreja, era “[...] profética; ia jovial às torturas e morria valentemente no martírio. Não cuidava de sua sobrevivência, porque acreditava na promessa do Senhor, que lhe garantia a indefectibilidade” (BOFF, 2005, p. 126). Na interpretação apresentada em *Igreja: carisma e poder*, os acontecimentos que levaram à conversão de Constantino e a posterior oficialização da Igreja como religião de Estado, fizeram com que o cristianismo não tivesse outra opção a não ser avançar historicamente na forma do poder sagrado e político. Todas essas argumentações históricas e a recepção e releitura do passado cristão, foram utilizados por Leonardo Boff para fundamentar a seguinte afirmação: a “Igreja- instituição não passou pela prova do poder” (BOFF, 2005, p. 128-9).

Embora seja um interesse particular analisar a forma como Boff faz a recepção do passado cristão e o utiliza em sua obra, não podemos limitar essa recepção e releitura do passado apenas à antiguidade cristã, uma vez que torna-se realmente claro, ao realizar uma leitura minuciosa da obra, os diversos fatos históricos elencados. Por exemplo, para explicar a íntima relação entre poder civil e religioso no Brasil e na América Latina, o autor traz do passado o antigo pacto colonial, conhecido como Padroado e que concedeu inúmeros privilégios à Igreja nas colônias do “novo mundo”. Ainda apresenta ao leitor as transformações histórico-sociais ocorridas no continente que levaram ao surgimento da burguesia “industrial, nacionalista e modernizadora”. Também apresenta importantes acontecimentos que envolveram a Igreja no período da ditadura militar, utilizando-se de diversos manifestos em diferentes anos como em 1968, 1973, 1974, 1980<sup>16</sup> e cita, também, comissões criadas no seio da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) para dar base a luta pela justiça, sendo elas: Comissão Justiça e

---

<sup>16</sup> Em 1968, os bispos brasileiros e a CNBB rompem a censura imposta à palavra livre no Brasil e criam vários organismos de luta por justiça (Ex.: Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Justiça e Paz). Em 1973, publica-se um documento dos bispos e religiosos do nordeste chamado *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Em 1974, os bispos de São Paulo reunidos em Brodósqui elaboram o documento *Não oprimas teu irmão*. Em 1980, os bispos paulistas e a CNBB manifestam solidariedade a greve dos metalúrgicos do ABC paulista.

Paz; Conselho Indigenista Missionário; Comissão de Pastoral da Terra e Movimento Custo de Vida (BOFF, 2005).

*A função tribúncia da Igreja:* os bispos e a CNBB romperam a censura imposta à palavra livre no Brasil (a partir de 1968) e anunciaram e denunciaram as violações sistemáticas aos direitos humanos, as torturas, a insuficiência dos salários, a expropriação das terras. A Igreja se fez o tribuno do povo (BOFF, 2005, p. 62).

Atrelado a essa abordagem histórica de um tempo bem recente, uma vez que a versão original do livro foi publicada em 1981, quando ainda perdurava a ditadura, têm-se diversas menções a eventos como a III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano que aconteceu em Puebla no México no ano de 1979 e também o sínodo dos bispos sobre a justiça no mundo que aconteceu no ano de 1971. Todos esses elementos do passado são importantes porque não existe cristianismo sem mediação histórica. “A concretização do cristianismo na História se chama catolicismo e Igreja. [...] A Igreja vive sempre a unidade concreta e viva do divino e do humano, da fé e da história” (BOFF, 2005, p. 161).

A releitura do passado cristão ocupa um papel fundamental na formulação do argumento de Leonardo Boff sobre o poder exercido pela Igreja Católica em detrimento das camadas menos favorecidas no Brasil de 1981. Boff utilizou o conhecimento histórico do cristianismo para mostrar como a instituição eclesiástica se distanciou dos princípios de justiça social e solidariedade que estão no cerne da mensagem de Jesus. Ao destacar as contradições entre a prática da Igreja e os ensinamentos cristãos, ele revelou como o poder institucional foi utilizado para manter privilégios e perpetuar a desigualdade.

A partir desse embasamento histórico, Boff denunciou as estruturas de opressão presentes na Igreja Católica brasileira na época. Ele demonstrou como a hierarquia eclesiástica se aliou aos poderes político e econômico, deixando de lado os mais pobres e marginalizados. Sua análise histórica permitiu questionar os discursos de legitimação e autoridade da Igreja, evidenciando as contradições entre seu papel social e suas práticas de exclusão.

Ao utilizar o passado cristão como base para seu argumento, Leonardo Boff ofereceu uma perspectiva crítica. Ele destacou a importância de resgatar os princípios originais do cristianismo, centrados na defesa dos direitos humanos, na justiça social e na solidariedade. Ao confrontar a história e a prática da Igreja, Boff instigou um questionamento profundo sobre o papel das instituições religiosas na sociedade brasileira, estimulando um movimento de renovação e engajamento das bases cristãs em prol da transformação social e da busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

### CAPÍTULO 3

## A ATUAÇÃO DE LEONARDO BOFF NO ESPAÇO PÚBLICO (CEB'S) COM BASE NA RELEITURA DO PASSADO CRISTÃO

“Os verdadeiros intelectuais nunca são tão eles mesmos como quando, movidos pela paixão metafísica e princípios desinteressados de justiça e verdade, denunciam a corrupção, defendem os fracos, desafiam a autoridade imperfeita ou opressora”

Edward W. Said, 2005

Quando Émile Zola publicou *J'accuse...!* sua principal motivação era denunciar a injustiça que as autoridades cometiam com Alfred Dreyfus, mas muito mais do que isso, seu interesse era que o público soubesse dessa injustiça envolta em corrupção e orquestrada para atender aos interesses do poder, da ideologia e da classe dominante. Suas críticas eram de viés político e social, visando contribuir com a formação de consciência e a manifestação do povo contra os abusos do poder e as injustiças revestidas de legalidade. A partir de então, isso se tornou a base do conceito de intelectual.

Leonardo Boff fez algo muito semelhante em *Igreja: carisma e poder*, ao suscitar uma série de debates e apresentar diversas críticas à forma como o poder está presente e é utilizado dentro da instituição milenar que é a Igreja Católica. Utilizando-se de Gramsci, Boff considera que “Cabe, normalmente, ao *intelectual orgânico religioso* processar uma nova costura [...] considerando sua vinculação com as classes subalternas, ele ajuda na percepção, sistematização e expressão dos seus grandes anelos libertários [...]” (BOFF, 2005, p. 238-9). Neste viés, o mesmo se entende dentro da definição gramsciana de intelectual orgânico da Igreja, ou seja, da religião a qual pertence. Suas críticas sociais à instituição, são feitas de dentro, por alguém que conhece a instituição, seu contexto histórico e teológico e por isso tem propriedade intelectual, ou seja, detém o saber para poder articular essas ideias para o seu público, que é o mais amplo possível.

Embora seja um importante intelectual público brasileiro e suas contribuições para o debate político sejam enormes, sobretudo no campo da esquerda católica, é interessante o fato de que existem pouquíssimas produções no Brasil que se debruçaram a estudar e analisar Leonardo Boff, e as que o fizeram limitaram-se a aspectos biográficos da sua trajetória intelectual, mas não a uma análise da forma como ele desempenha essa função na sociedade.



Talvez isso se deva ao fato de que “Assistiu-se no decorrer do século XX um deslocamento do centro de investigação historiográfico de questões e objetos que se encontravam inseridos na linhagem da história política, linhagem esta que passou a ser combatida pelas tendências dominantes do campo historiográfico” (CORREA, 2016, p. 266). Dentro da história pública, por mais que possa parecer um tema muito teórico, nos propusemos a investigar justamente o caráter de intelectual público do teólogo, juntamente com aspecto político, cultural, social e histórico envolvido na produção intelectual e na atuação na esfera pública de Leonardo Boff.

Deste modo, é importante lembrar que: “A questão central [...] é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2005, p. 25). No caso de Boff, o mesmo articula uma visão teológica, uma *eclesiogênese*<sup>17</sup>, um novo modo de ser Igreja para os católicos, à luz do contexto histórico da Igreja primitiva que seria muito mais voltada ao carisma evangélico<sup>18</sup>, mais aberta aos pobres e sofredores e muito menos emaranhada na hierarquização dogmática do poder. “A atividade intelectual não se resume ao próprio exercício da produção do texto seja na forma do artigo, do manifesto, do livro, mas, também, em sua inserção nos acontecimentos, como protagonista ou como partícipe” (CORREA, 2016, p. 271) e, neste aspecto, Boff assumiu um protagonismo tão importante com a Teologia da Libertação que acabou o levando à cadeira do ex-Santo Ofício na Congregação para Doutrina da Fé no Vaticano. Se suas ideias não tivessem alcançado tão profundamente o público a quem se destinava, não haveria tido tamanha mobilização da mais alta cúpula da Igreja romana para silenciar-las.

Diferentemente do que muitos podem pensar ao olhar para a obra *Igreja: carisma e poder*, os vários ensaios presentes na obra foram escritos visando comunicar-se com os mais diversos públicos. “Há escritos para cristãos das comunidades de base; há textos elaborados para o leitor europeu; há outros, fruto de conferências em congressos de teologia; há outros ainda apresentados como reflexões em cima de práticas concretas das comunidades cristãs de base” (BOFF, 2005, p. 344). Eles falam com diferentes públicos e também sobre as experiências vividas com alguns públicos, em especial, as comunidades eclesiais de base, configurando-se

---

<sup>17</sup> A origem do termo é grega e se refere na teologia como a origem da Igreja. Porém, na concepção de Leonardo Boff, *eclesiogênese* foi empregada como o surgimento, formação, nascimento de um novo modo de ser Igreja.

<sup>18</sup> Ao utilizar este termo, é importante destacar a distinção de carisma evangélico, no sentido da interpretação que Leonardo Boff faz dos evangelhos, e da conceituação evangélica, no sentido de Igrejas de matriz protestante. Neste caso, particularmente, a referência é a compreensão que Boff tem do carisma baseado nos escritos dos cristãos dos primeiros séculos, de acordo com a atuação do Jesus histórico.

em uma produção *para* e também *com os públicos*. É uma imensa produção teórica, teológica e que também aborda questões históricas. Mas, é, também, uma manifestação de um dos principais intelectuais públicos da esquerda católica da América Latina. Até hoje, as polêmicas surgidas com as produções de Boff fazem eco por toda a Igreja, não só no “novo mundo”, mas em todos os lugares onde haja uma discussão histórica/teológica sobre a Igreja católica e a Teologia da Libertação.

Com base nisso, analisou-se como Leonardo Boff realiza a releitura do passado cristão, com foco no cristianismo primitivo, para subsidiar e dar ênfase às ações desenvolvidas no âmbito das Comunidades Eclesiais de base e como o mesmo se vale dessa recepção feita do passado para sustentar sua discussão e argumentação em torno de uma Igreja que atenta aos anseios do público interlocutor de sua obra, ou seja, dos pobres, oprimidos, marginalizados, que encontram nas CEB's esse espaço de acolhimento, partilha, e resistência contra a opressão da ordem estrutural vigente.

Vale destacar que o período em que *Igreja: carisma e poder* foi escrito, o país estava envolto em um regime ditatorial civil militar, pós golpe de 64, que perseguia, repreendia, torturava e matava aqueles que se opunham à ideologia imposta pelo Regime Militar. Boff estabelece um paralelo que se pode fazer com as primeiras comunidades cristãs que resistiam às perseguições e mazelas impostas pelo domínio do Império romano. A história antiga e as relações do mundo antigo com o contemporâneo são bases para uma problematização das condições na qual Boff está inserido no momento da produção de sua obra. Entre as várias formas que os estudos do mundo antigo podem ser feitos, podemos destacar como “[...] objetivo melhor compreender as tênues relações entre passado estudado e o presente vivido por seus intérpretes” (SILVA, 2007, p. 27).

Ao analisar os relatos da comunidade cristã primitiva, conforme o livro do *Atos dos Apóstolos*, observa-se o seguinte:

Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, á comunhão fraterna, à fração do pão e as orações. Apossava-se de todos o temor, pois numerosos eram os prodígios e sinais que se realizavam por meio dos apóstolos. Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e gozavam da simpatia de todo o povo. E o Senhor acrescentava cada ao seu número os que seriam salvos (BÍBLIA, 2004, At 2, 42-47, p. 1905).

A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era

comum. Com grande poder os apóstolos davam o testemunho da ressurreição do Senhor, e todos tinham grande aceitação. Não havia entre eles necessitado algum. De fato, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores das vendas e os depunham aos pés dos apóstolos. Distribuía-se então, a cada um, segundo sua necessidade (BÍBLIA, 2004, At 4, 32-35, p. 1906).

É notório o caráter fraterno, solidário, acolhedor e comunitário presente nos escritos acima, da comunidade cristã primitiva. Ao analisar as considerações de Leonardo Boff sobre o que são as CEB's e qual o seu caráter de ação e essência, vê-se o seguinte:

As comunidades eclesiais são constituídas pelos pobres que são simultaneamente pobres e cristãos e católicos. E que fazem, de sua fé, força de libertação. Reúnem-se para matar duas fomes, a fome de Deus e a fome de justiça, Matam a fome de Deus pela oração e pela leitura comunitária da palavra da revelação. Matam a fome de justiça elaborando a consciência de seus direitos, organizando-se e distribuindo entre os membros tarefas de melhoria das condições de vida (BOFF, 2005, p. 455).

Deste modo, torna-se evidente os motivos de Boff valer-se da sua recepção e releitura do passado cristão, sobretudo do cristianismo primitivo, para basear as discussões políticas, sociais, e teológicas presentes em sua obra. Além disso os acontecimentos históricos da Antiguidade Cristã e todo o processo de transformação do cristianismo até sua institucionalização e transformação em catolicismo romano são utilizados por ele para exemplificar suas ideias e sua discussão intelectual acerca do carisma e do poder dentro da Igreja e sua complexa relação com a sociedade, com o Estado e com a ordem social e estrutural vigentes.

Analisaremos a seguir como Boff realiza a sua atuação intelectual ao longo de *Igreja: carisma e poder*, quais os resultados, efeitos e consequências dessa atuação e suas contribuições para a construção de uma consciência história crítica do seu público.

### **3.1 As CEB's como *locus* público de discussão teológica e histórica**

As Comunidades Eclesiais de Base constituem-se, segundo os apontamentos de Frei Betto (1983), como sendo grupos onde encontram-se pessoas das classes mais baixas e que estão envolvidas por uma motivação religiosa, mas, também, pelas condições sociais. Além disso, também é um espaço onde a concepção de mundo é formada e expressa na forma pela qual seus membros entendem a sua vida e a história.

O surgimento das CEB's data dos anos 60 e teve como primeiros articuladores os próprios religiosos e religiosas da estrutura eclesiástica. Aos poucos esse movimento foi se

moldando para atender às realidades sociais, econômicas e políticas que envolveram o Brasil, sobretudo durante os anos da ditadura militar, o que tornou as comunidades de base mais politizadas e voltadas a discussões muito além das concepções restritas à fé e ritos sagrados. A maioria das CEBs adquiriu um viés articulado entre a fé e a política (BETTO, 1983). Por se caracterizar como um importante espaço público de formação social, histórica e política, vemos que:

A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal (LÖWY, 2016, p. 97).

Para Löwy (2016), as CEBs foram essenciais para o movimento de mobilização política e social por toda a América Latina, embasada na sua leitura particular das escrituras e da visão teológica da libertação que, mais do que apenas uma teologia, expandiu-se para um movimento muito mais amplo, ao qual ele intitulou de “Cristianismo da Libertação”. Essa leitura particular da Bíblia evocando as origens do cristianismo como a “religião dos pobres, dos exilados, dos amaldiçoados, dos perseguidos e oprimidos” (LÖWY, 2016, p. 39) vai ao encontro dos anseios dos membros das comunidades de base, por conectar a realidade narrada nas escrituras com a realidade vivenciada por eles.

Nas comunidades de base, a leitura dos textos sagrados é revestida de um novo sentido, ou de uma nova lógica, pois ela difere da leitura tradicional clerical que olha para estes textos como uma única finalidade de conhecer fatos do passado, sem os problematizar, para uma leitura que “[...] pela ótica dos oprimidos é a de quem se olha no espelho para compreender melhor sua atuação hoje” (BETTO, 1983, p. 496). Ou seja, com isso Frei Betto deixa claro que a análise e interpretação dos textos sagrados bíblicos feito nos encontros das comunidades de base, está pautado na intencionalidade de olhar para este passado (o passado cristão) de uma forma problematizadora, para que, deste modo, possam buscar nessas experiências antigas, formas de melhor compreender e agir diante das demandas do tempo presente.

Isso porque a Bíblia é o relato da história de um povo em busca de sua libertação e é dentro desse relato e dessa história que a fé encontra o seu sentido. Ao meditar comunitariamente a Bíblia, os membros das CEBs estabelecem a comparação com sua história hoje, buscando um paralelo de convicções e atitudes (BETTO, 1983, p. 501).

Neste aspecto, percebe-se que as CEBs realizam uma leitura e discussão da Bíblia “[...] à luz de sua própria existência de vida” (LÖWY, 2016, p. 95) e com a intencionalidade de buscar responder aos anseios de seus membros com relação às questões que interferem em seu cotidiano. Wanderley (1981) considera que há uma demanda pelo estudo da sociedade nas dimensões econômicas, políticas e ideológicas, mas que este estudo necessita ser em uma linguagem inteligível e que faça sentido para seus anseios do dia-a-dia. Acontece no interior das comunidades uma espécie de *educação popular* na qual o processo de aprendizado acontece voltado para público das comunidades, mas, também, com este público, já que são suas motivações que levam a análise e reflexão dos diversos temas.

Cabe, deste modo, aos intelectuais das CEBs, proporcionar essa formação histórica, social e política de modo “não acadêmico”. Nas comunidades de base, através da recepção e da releitura do passado cristão, com base nas memórias e nos relatos históricos presentes nos textos sagrados e evocados pelos seus intelectuais, os conteúdos históricos ocupam lugar de destaque dentro das comunidades e têm um importante papel formativo no espaço público. “Preocupados em informar e formar progressivamente os membros das CEBs, certos agentes de pastoral elaboraram uma teia de métodos, técnicas e instrumentos que desenvolvessem e aumentassem o seu conhecimento da realidade, com especial atenção à questão política” (WANDERLEY, 1981, p. 699).

Boff é um destes intelectuais, que, em um primeiro momento, enquanto Frade Franciscano, ocupou essa função de agente de pastoral no interior das bases e por meio de sua ação e engajamento intelectual, atuou para tornar inteligível os conceitos teológicos e históricos para o seu público. Público este, que se configura nos membros das comunidades eclesiais de base, que embora muito heterogêneo, é formado em sua grande maioria por pessoas das camadas menos favorecidas da sociedade, pobres e oprimidos pelo sistema capitalista e pelo Estado autoritário. Reitera-se a importância da “[...] análise histórica já apontada dos opressores e oprimidos que aparecem na Bíblia e as analogias feitas com as de hoje” (WANDERLEY, 1981, p. 699), analogias estas que estão presentes em *Igreja: carisma e poder*, não de forma despretensiosa ou ocasional, muito pelo contrário, elas estão presentes na obra mais importante de Leonardo Boff porque essa discussão está presente nas bases, é uma das técnicas e métodos desenvolvidos para auxiliar na formação da consciência histórica e também da consciência política dos membros das comunidades de base.

As CEBs surgem no seio da Igreja. O cristianismo, por sua vez, como afirma Mincato (2009, p. 95), “tem por natureza uma dimensão pública”, deste modo as comunidades de base surgidas na Igreja, e tendo como aspecto em comum a fé no Cristo, caracterizam-se também

como este *locus público* onde é possível o estudo, análise e compreensão de aspectos tanto teológicos quanto históricos. Para Boff, porém, as CEBs são, na realidade, a “verdadeira Igreja de Jesus Cristo” pois ela é “[...] a Igreja que nasce da fé do Povo de Deus ou, mais simplesmente, a Igreja que nasce do povo crente e oprimido pelo Espírito de Deus. [...] A comunidade eclesial de base concretiza a verdadeira Igreja de Jesus Cristo” (BOFF, 2005, p. 258).

Ao fazer essa enfática afirmação, Boff está se remetendo novamente ao caráter fraterno das primeiras comunidades cristãs tal como citado no início deste capítulo, aos moldes dos relatos constantes no livro dos *Atos dos Apóstolos*. Além disso, as comunidades de base, segundo Boff, têm uma importante atuação social com uma forte capacidade de mobilização, visando o bem comum e a luta contra as forças opressoras. Assim como, também, as primeiras comunidades cristãs tinham, embora lutando contra todo o aparato do Império Romano, possuíam a capacidade de mobilizar multidões que, com a anseio comum da busca pela vivência da fé, também enfrentavam a dominação do sistema de governo da época.

A CEB tem uma inegável função crítica, desmistificadora. Aprende-se aí a viver na verdade. Impossível continuar escondendo a verdadeira realidade social. Aí chamam-se as coisas por seus nomes. Exploração é exploração. tortura é tortura. Ditadura é ditadura. Nesse sentido, as comunidades têm-se apropriado dos instrumentos de análise que até há pouco tempo eram monopólio de grupos e grupelhos de iluminados: acadêmicos ou militantes (BOFF, 2005, p. 263).

Esse novo modo de ser Igreja, vivenciados nas CEBs tem como característica principal a “comunidade e a fraternidade” como já mencionado anteriormente. Ao passo que Boff realiza a releitura do passado cristão e da história do surgimento e consolidação do cristianismo, ele argumenta que “nos primeiros séculos, a Igreja se entendia principalmente como *communitas fidelium*, comunidade de fiéis, com muita participação do povo em todas as coisas” (BOFF, 2005, p. 261). Deste modo, Boff apresenta as comunidades de base como sendo uma forma de vivenciar, naquele momento, a mesma estrutura de comunidade de fiéis do início do cristianismo, quando ainda não era religião oficial de estado.

Mas se as CEBs concretizam, na concepção do que Boff entendia e considera, essa verdadeira Igreja de Cristo, o que fez com que neste vácuo de tempo a realidade mudasse? Segundo ele, ao longo do tempo, após o Cristianismo Primitivo, na era da cristandade medieval pós Constantino e seus aspectos históricos, sociais e políticos distintos, essa realidade de comunidade (*koinonia*), vivenciada pelas primeiras comunidades cristãs, foi perdendo espaço para a autoridade central do poder sagrado, pelas condições históricas que fragilizaram ou

marginalizaram a atuação do povo leigo na Igreja. Nas comunidades de base, a fraternidade e a comunhão entre os irmãos é muito mais importante do que o poder sagrado e propicia que todos os membros da base desempenhem funções em prol dos objetivos da comunidade, seja na alfabetização dos ainda não letrados, na formação da consciência histórica e crítica, direitos humanos ou aspectos sacramentais da Igreja. Ou seja, as comunidades de base tem como característica o retorno às raízes do cristianismo primitivo, base da verdadeira Igreja de Cristo na concepção aludida em *Igreja: carisma e poder* (BOFF, 2005).

As comunidades de base, embora vinculadas a uma instituição cuja finalidade, ao menos em tese, é espiritual e sagrada, não estão preocupadas unicamente com este aspecto. Nas CEBs, busca-se ir muito além do aspecto religioso e da fé, há uma simbiose entre fé e a vida prática, entre espiritual e o temporal.

Nas longas orações comunitárias, reza-se e lembram-se todos os problemas, as opressões, os opressores, as dificuldades, mas também as conquistas, os resultados alcançados e os projetos em curso. Quando depois de muitas lutas, chega o centro de saúde para o bairro, ou a escola, ou o onibus, a comunidade celebra em suas reuniões tais acontecimentos (BOFF, 2005, p. 265).

A comunidade, porém, não celebra tais acontecimentos pelo simples fato de terem acontecido ou não. Elas celebram porque, em muitos casos, foi dentro das comunidades eclesiais de base, inspirados por uma reflexão teológica embasada nos exemplos históricos do passado cristão (conflitos com Império Romano, tensões entre Igreja e Império que causava opressão aos cristãos, fraternidade entre irmãos, compaixão com os mais pobres, acolhimento dos marginalizados, etc.), que os questionamentos e a mobilização da comunidade aconteceu, tornando em reivindicações das autoridades para que tais medidas se tornassem realidade beneficiando a todos, em comum. “Conhecer cientificamente é levar a comunidade a entender os mecanismos da sociedade em que vive: como funciona o Estado, que não está aí para dar a todo mundo oportunidades de trabalho, mas para defender os interesses dos que possuem os meios de produção, os ricos etc” (BOFF, 2005, p. 276-7). Ou seja, percebe-se que as CEBs são esse espaço público de discussão teológica e histórica que, com base na ciência, procura instruir os seus membros para uma tomada de posição frente à sua realidade social.

Boff por diversas vezes demonstra sua preocupação com o aspecto formativo que as CEBs possuem. Formativo no sentido de formar consciência de classe, consciência histórica e política que propicie aos membros analisar de forma crítica e libertadora a realidade em que estão inseridos e possam questionar as estruturas vigentes na sociedade e não apenas aceitar a opressão.

O grupo deve chegar a refletir e a tomar posição em face dos *problemas sociais e estruturais* que afetam profundamente a situação da comunidade, como: justiça, exploração, pobreza, marginalização, participação, liberdade de palavra, de atos e de opções. Esta temática morde a realidade em seu ponto nevrálgico. Aí pode começar uma transformação que melhore não apenas a comunidade, mas o mundo que nos cerca, e prepare uma transformação maior (BOFF, 2005, p. 276).

Por considerar as Comunidade Eclesiais de Base como a “verdadeira expressão da Igreja de Cristo” é justamente nela e através dela que ele acredita ser possível o início do processo de libertação desse povo oprimido pelo sistema e, muitas vezes, esquecido ou marginalizado pela hierarquia eclesial. As CEBs são fruto do que ele considera ser “[...] uma verdadeira eclesiogênese, vale dizer, da gênese de uma Igreja que nasce da fé do povo” (BOFF, 2005, p. 269). Essa nova forma de ser Igreja que surge como resposta aos anseios sociais e também religiosos do povo, sobretudo mais pobres da sociedade, assume papel de instrumento de libertação ao passo que “[...] os militantes das CEBs, com apoio de teólogos e bispos radicais, contribuíram para construir o movimento trabalhista de massas maior e mais radical de toda a história do Brasil” (LÖWY, 2016, p. 154).

Atrelado aos efeitos sociais que a atuação das CEBs proporcionou, suas contribuições para o cenário político também foram de grande valia “[...] comunidades de base ajudaram a criar uma nova cultura política no Brasil, ‘a democracia das bases’, em oposição não só ao autoritarismo militar, como também às três tradições políticas principais do país [...]” (LÖWY, 2016, p.154). Os membros das comunidades de base formam uma nova expressão da Igreja de Cristo, e isso muito se deve ao trabalho formativo com base nos aspectos históricos da comunidade primitiva que é articulado pelos intelectuais, neste caso, Leonardo Boff. Por esse motivo, ao longo deste trabalho aparece a expressão “seu público” ao se referir aos interlocutores de Boff. É claro que ele possui um público muito mais amplo do que apenas os membros das comunidades de base. Sua obra é difundida mundialmente e suas contribuições para a teologia são riquíssimas. Mas é para os membros das comunidades de base que ele quer prioritariamente que seu discurso faça eco e alcance cada vez mais comunidades e que sua intervenção intelectual neste espaço público ressoe e gere “liberdade humana e conhecimento” (SAID, 2005, p. 31).

Provavelmente, Leonardo Boff, os teólogos e adeptos da teologia da libertação, entre outros indivíduos, releram o passado cristão assim como Rosa Luxemburgo o faz em 1905 ao dizer que “A Cristandade começou como uma mensagem de consolação aos deserdados e pobres. Trazia uma doutrina que combatia a desigualdade social e o antagonismo entre ricos e



pobres” (LUXEMBURGO, 1905, n.p). É exatamente neste modelo de cristianismo dos primeiros séculos que Boff se apoia para formular sua arumentação e seu trabalho intelectual dentro das comunidades de base, para as comunidades de base e pelas comunidades de base.

Evidentemente, tal recuperação do sentido originário do cristianismo não se faz sem uma ruptura com tradições eclesiásticas hegemônicas. Cabe, normalmente, ao *intelectual orgânico religioso* processar uma nova costura nesta ruptura; por um lado, considerando sua vinculação com as classes subalternas, ele ajuda na percepção, sistematização e expressão dos seus grandes anelos libertários; por outro, assume-os dentro do projeto religioso (teológico) e mostra sua coerência com o ideário fundamental de Jesus e dos Apóstolos. Com base neste desbloqueio, frações importantes da instituição eclesiástica podem se aliar com as classes subalternas e possibilitar a emergência de uma Igreja popular com características populares (BOFF, 2005, p. 238-9).

É justamente neste espaço público que Boff encontra o ambiente perfeito para a propagação e o fortalecimento do cristianismo da libertação. Sua atuação intelectual nas CEBs contribui para a expansão da visão teológica da libertação e, também, foi um importante mecanismo de conscientização e mobilização social no Brasil envolto em um ditadura civil militar na qual diversos direitos individuais e humanos foram violados e o povo pobre submetido às mais diversas mazelas. Para Leonardo Boff “[...] a comunidade eclesial de base recupera o sentido primitivo de apostolicidade na medida em que ela enquanto comunidade se sente enviada, portadora da doutrina ortodoxa da fé, e dos vários serviços que o Espírito faz suscitar nela [...]” (BOFF, 2005, p. 249). Esta apostolicidade teria como característica, entre outras coisas, propagar a esperança no Cristo libertador, na Igreja que tem como missão proporcionar aos fiéis o paraíso, não apenas no sentido utópico e escatológico do fim dos tempos, mas a plenitude da libertação das opressões deste mundo.

Esta teologia da libertação, propagada por Leonardo Boff, sobretudo nas CEBs, articulava a mensagem bíblica à vivência prática e às injustiças sociais vividas pelos membros das camadas subalternas da sociedade, tendo como inspiração a concepção das comunidades cristãs primitivas. Ela ecoou sem dúvida por grande parte da década de 70 e 80 e foi mola propulsora de diversos movimentos sociais e políticos, principalmente em oposição ao regime militar e a favor da redemocratização do país, bem como o fortalecimento do setor progressista da Igreja Católica, não só no Brasil, como em toda a América Latina. Uma vez que “Nesse movimento intelectual a prática do Jesus Histórico foi vista como uma porposta de negação à ordem que institucionaliza a subjugação do homem pelo homem” (PEREIRA, 2013, p. 138). A visão deste Jesus, propagada por Boff e pela sua corrente teológica, tem a “[...] figura de Jesus

Cristo como personagem de atitudes contestatórias e não alguém satisfeito com o *status quo* como muitos que se consideram identificados com seus ensinamentos” (PEREIRA, 2013, p. 140).

Ao longo da história da Igreja e de sua presença e atuação na sociedade, a instituição já assumiu diversos “modos de ser” para atender aos diferentes contextos históricos, sociais e políticos, mas é nas bases que, de acordo com Boff, se vive aos moldes do evangelho e da tradição apostólica dos primeiros séculos. “Com as CEBs recuperamos criativamente a grande tradição do primeiro milênio, cujas raízes, na verdade, se encontram na própria comunidade dos Doze, formada ao redor de Jesus, e na experiência eclesial atestada nos Atos dos Apóstolos (capítulos 2 e 4)” (BOFF, 1983, p. 462). O caráter participativo e fraterno presente nas CEBs é uma importante característica dessas comunidades na contramão de uma estrutura hierárquica amplamente detentora de um poder imposto do topo da pirâmide de estrutura eclesial da Igreja. Indo no sentido oposto da instituição, as comunidade de base mais uma vez se valem de valores e preceitos da igreja primitiva, como assegura Boff:

Há um aforismo antigo, respeitado na Igreja primitiva, que rezava: <o que concerne a todos deve ser decidido por todos>. Este procedimento se traduz no ritual metodológico praticado amplamente nas bases: primeiramente ver a realidade, em seguida, julgá-la à luz de critérios evangélicos e, por fim, agir de modo a transformar a situação (BOFF, 1983, p. 464).

Dentro da lógica de funcionamento das CEBs, o caráter comunitário e a interação dos diversos membros, cada um com seus dons, talentos, aptidões e saberes, potencializa o trabalho de formação de uma consciência histórica e social de oposição ao jugo dos ideais das classes dominantes e das forças hegemônicas que exercem o poder e a dominação sobre a sociedade, visando a manutenção do status quo. O intelectual presente nas comunidades, no caso em particular, Leonardo Boff, tendo como aporte seu conhecimento cultural embasado na reflexão científica articula-se com o saber do povo em sua luta diária de sobrevivência e busca por melhores condições de vida, “Este encontro confere força à caminhada dos pobres porque se articula com aliados que colocam sua ciência e seu peso social e eclesial a serviço da libertação negada pela grande sociedade” (BOFF, 1983, p. 461-2).

Fica cada vez mais evidente, ao analisarmos os escritos de Boff sobre as Comunidades Eclesiais de Base, seu *modus operandi* e sua inspiração, que se remete ao passado cristão como fonte inegável do caráter comunitário e fraterno da Igreja para fundamentar o que para ele deve ser a essência do cristianismo herdado dos apóstolos e que é vivenciado pelos membros das CEBs.

Efetivamente nas CEBs esta pequena comunidade dos Doze é tida como protótipo de toda comunidade eclesial e de toda a Igreja. Tanto os Doze quanto a Igreja primitiva dos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47; 4,32-37) constituem fontes de inspiração para a constituição das comunidades atuais: todos irmãos, iguais, com funções distintas mas sem originar desigualdades. A Igreja de hoje é entendida, pelos cristãos das bases, como a continuação e expansão daquilo que o próprio Senhor havia constituído. Desta forma o caráter comunitário da Igreja é garantido desde as origens (BOFF, 1986, p. 653).

Com base nisso, Boff faz sua opção preferencial pelos pobres, colocando-se em rota de colisão com uma instituição historicamente alinhada aos poderes dominantes, porém, para ele, é mais “[...] conveniente, por razões evangélicas, históricas e exigências atuais, dar ao pobre atenção especial em nosso enfoque histórico (BOFF, 1977, p. 369). Embora tivesse plena consciência das implicações de suas escolhas e de seus posicionamentos, *Igreja: carisma e poder* está repleto de críticas à estrutura hierárquica da Igreja e ao apego ao poder em detrimento do carisma herdado dos apóstolos (Igreja primitiva) e do próprio Jesus Cristo. Mas, muito mais do que estar contido nas páginas do livro, os argumentos apresentados por Boff fizeram eco para muito além dos escritos. Eles se tornaram ações práticas nas CEBs, nas pastorais, nas paróquias e nos movimentos católicos de cunho progressista.

### **3.2 Carisma x Poder, uma análise das críticas à Igreja**

Carisma, na concepção aludida por Boff, caracteriza-se pela “manifestação da presença do Espírito nos membros da comunidade, fazendo com que tudo o que são e fazem seja feito e ordenado em benefício de todos” (BOFF, 2005, p. 319). Deste modo, o carisma está presente nas bases, mas também está presente em outras estruturas da instituição milenar. Quando o autor realiza a contraposição do carisma versus o poder, ele não quer dizer que o primeiro é exclusivo das comunidades de base e o segundo é a única expressão da hierarquia eclesiástica, pelo contrário, ele reafirma a presença do carisma na Igreja, porém, em uma condição muito menor do que aquilo que se é praticado e vivenciado nas comunidades eclesiais de base que vivenciam mais concretamente o *modus operandi* das primeiras comunidades cristãs.

Se carisma significa o modo concreto como o Espírito e o Ressuscitado se fazem presentes no mundo, então devemos dizer que o carisma pertence à estrutura da Igreja. Sem ele, ela não se constitui como realidade religiosa e teológica. O carisma não foi um privilégio dos primeiros tempos da Igreja. E a situação permanente da Igreja como comunidade com diversas funções e serviços. O carisma não exclui o elemento hierárquico (veremos isso ainda em pormenor) mas o inclui. O carisma é mais fundamental que o elemento institucional (BOFF, 2005, p. 321).

Percebe-se que, ao remeter aos primeiros tempos da Igreja para expressar a vivência plena do carisma, Boff adverte que isso não é algo restrito àquela época, e que deve fazer-se presente a todo tempo na história da Igreja como sendo algo muito mais importante do que o próprio elemento institucional. Essa concepção pode ajudar a compreender a afirmação de Boff ao dizer que as comunidades de base são a verdadeira Igreja de Cristo, pois privilegiam a vivência do carisma e não do poder institucional e hierárquico.

Para Boff, é justamente o carisma que faz com que a Igreja seja uma comunidade de pessoas que creem e vivenciam aquilo que está escrito nos textos sagrados do cristianismo e também aquilo que é transmitido pela tradição, tendo como base os ensinamentos de Cristo. Quando essa vivência carismática é sufocada pelo poder apenas pelo poder, a instituição torna-se menos útil para corresponder aos anseios de seus membros e aplica-se apenas um conjunto dogmático de leis que devem ser seguidas de forma desconexa com a realidade social, política e econômica dos fiéis. Porém, “O fato de haver estruturas de poder na Igreja não significa que se viole a natureza carismática essencial. O poder pode ser um carisma, desde que se faça serviço aos irmãos e instrumento de construção da justiça da comunidade” (BOFF, 2005, p. 323).

Mas não é essa a realidade concreta na Igreja brasileira do período em que Boff escreve, por muito tempo a instituição se alinhou aos poderes opressores do regime militar e só tomou uma posição realmente contrária e questionadora dos abusos cometidos pelo governo militar após 1970 com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns como arcebispo de São Paulo e Dom Aloísio Lorscheider como presidente da CNBB<sup>19</sup>. Até então, as posições oficiais da Igreja enquanto instituição era apoiar ao regime que havia “libertado” o país da ameaça comunista, e conclamar os fiéis a serem gratos pela ação dos militares, legitimando, deste modo, sob o discurso da proteção e intervenção divina, o cenário político brasileiro (LÖWY, 2016).

Neste aspecto, a Igreja não demonstrava o seu compromisso com o carisma e com aquilo que Jesus Cristo pregou, até mesmo porque “Nem todos os elementos institucionais da Igreja remontam a Jesus” (BOFF, 2005, p. 295). Se observarmos atentamente a exegese dos textos sagrados, ou seja, o estudo e interpretação deles, de acordo com a leitura feita por Boff, percebe-se que em diversos momentos da atuação do Jesus histórico, ele está preocupado com a “[...] superação do pecado, das doenças, do ódio e de todas as alienações que martirizam a vida humana e o cosmo” (BOFF, 2005, p. 296). Nesse sentido, considerou que o legado deixado por Jesus para a Igreja vai muito mais além do que apenas o aspecto místico, messiânico e espiritual.

---

<sup>19</sup> Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Fundada em 1952, tendo sido idealizada por Dom Hélder Câmara.

[...] O Jesus histórico propicia uma crítica ao homem e à sociedade, como se apresentam historicamente. Só mediante a conversão podem antecipar e concretizar o Reino, ou seja, a intenção última de Deus sobre o homem e o mundo. O Jesus histórico significa crise e não justificação da presente situação do mundo, exige não tanto uma explicação e sim uma transformação (BOFF, 1977, p. 513).

Os apóstolos que deram continuidade à pregação do reino dos céus após a crucificação de Jesus são exemplos claros da preocupação com a vivência real daquilo que o messias ensinou, mesmo que para isso eles precisassem adaptar-se às realidades conforme a necessidade de cada povo, cada região e cada condição social e política. São João (o evangelista) e São Paulo (Paulo de Tarso, autor das epístolas paulinas, presentes no Novo Testamento) são utilizados como exemplo da importância de conhecer a história não apenas como mero fato a ser repetido, mas como fonte de inspiração para as preocupações do presente. “Eles tinham sempre em mente não tanto olhar para o passado e repetir o que Cristo fez e disse, mas olhar o presente e deixar-se inspirar pelo Espírito e pelo Ressuscitado e tomar decisões que mais se prestassem ao serviço da salvação e da comunicação da causa de Cristo” (BOFF, 2005, p. 305).

É justamente com base nessa releitura do passado cristão que Boff se firma para defender o aspecto carismático presente naquilo que ele considera uma nova forma de ser Igreja, presente nas Comunidades Eclesiais de Base, onde acontece a verdadeira eclesiogênese, que é militante, pois combate em favor das causas dos menos favorecidos, aos moldes daquilo que foi ensinado pelo próprio Cristo ao dar pão para os que tinham fome, água para os que tinham sede e justiça para os injustiçados. Pois, de acordo com as palavras de Jesus, narradas no evangelho de Mateus, no capítulo 5: “*felizes os que tem fome e sede de justiça, porque serão saciados; [...] felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus*” (BÍBLIA, 2004, Mt 5, 6;10, p. 1710-11). Deste modo, Boff é enfático ao afirmar que

“[...] às instituições eclesiásticas. Somente se estiverem abertas a um contínuo aperfeiçoamento, reforma e adaptação, elas são serviços do Espírito na Igreja e no mundo. Caso contrário, substantivam-se e correm o risco de se tornarem redutos de conservadorismo e instrumentos de poder opressor do desenvolvimento libertador da graça e da fé (BOFF, 2005, p. 306).

A Igreja pode e deve usar a força libertadora, presente no seio da Igreja, desde a sua formação na antiguidade cristã. Porém, na concepção de Boff, o exercício desta forma de poder deve ter como objetivo a difusão do carisma que tem como reflexo a força transformadora e motivadora que pode influenciar na construção da consciência crítica e na luta por uma sociedade melhor. E não para a manutenção de privilégios da elite e da classe dominante. Ao

tecer as diversas críticas à forma como a instituição se relaciona com o poder e o carisma, Leonardo Boff demonstra aos religiosos e membros da hierarquia uma necessidade de atender a anseios da vida prática dos fiéis e, ao mesmo tempo, motivar esses próprios fiéis, o público das CEBs, de que existe uma força libertadora presente na história da Igreja e no anúncio do reino dos céus que deve ser transformada em força motriz para uma mobilização e luta contra a ideologia dominante que exerce a opressão e impõe uma série de sofrimentos à população, sobretudo aos mais pobres.

Na sociedade que vivemos, assim como na do período da escrita de *Igreja: carisma e poder*, há uma divisão social baseada nas classes, na qual a classe dominante exerce o domínio e controle sobre as demais classes, que se tornam, de certo modo, subalternas. A classe dominante cada vez mais procura manter e ampliar o seu controle e a sua influência dentro da sociedade e da estrutura imposta (BOFF, 2005). No entanto, a Igreja na visão de Boff, não deve alinhar-se com os dominantes e agir como força de manutenção e legitimação do status quo e do poder, embora seja isso que tenha acontecido ao longo da história como denunciava Rosa Luxemburgo em 1905 ao dizer que o clero aliou-se à classe dominante. O próprio Leonardo Boff, em um artigo publicado em 1977, com o título de *Jesus Cristo Libertador* denunciava que a instituição tendia a uma visão cristológica que favorecesse a manutenção do poder vigente, como segue:

Mesmos que digamos puramente <teológica>, histórica, tradicional, eclesial e apolítica. Geralmente assume a posição dos detentores do poder vigente. Assim que um outro tipo de Cristologia, com seu correspondente compromisso, emerge e se defronta com ela, facilmente se descobre o seu lugar social, esquecendo-se de sua apoliticidade, e revelando-se como reforço religioso do *status quo* vigente (BOFF, 1977, p. 502).

Justamente por essa posição cristológica da instituição alinhada com a ideologia dominante que Boff conclama em *Igreja: carisma e poder* que a Igreja seja mais voltada para os pobres e as classes que sofrem com as imposições do sistema capitalista e do regime autoritário, alinhando seu poder com a vivência carismática presente nos relatos históricos das primeiras comunidades cristãs.

Entretanto, não é fatal que a Igreja se componha com o bloco histórico hegemônico. As classes subalternas solicitam, por sua vez, a Igreja em sua estratégia por mais poder e autonomia em face das dominações que sofrem. A Igreja pode fecundar e justificar a ruptura do bloco histórico e prestar-se a um serviço revolucionário. Os fiéis estão presentes tanto de um lado quanto de outro; a Igreja é atravessada, inevitavelmente, pelos conflitos de classe e pode assumir tanto uma eventual função revolucionária quanto uma função fortalecedora do bloco hegemônico (BOFF, 2005, p. 233).

As comunidades eclesiais de base e os seus intelectuais religiosos orgânicos, no caso de Leonardo Boff, por exemplo, assumem, então, essa função de encaminhar seus membros a uma consciência de classe e a uma mobilização libertadora que a instituição, pelas características históricas e atuação de sua hierarquia, está limitada a fazer, ou decidiu, em alguns casos, estar do lado do poder e não da força libertadora que o carisma e a inspiração das primeiras comunidades cristãs evoca. Boff diz que a realidade do corpo eclesial é uma “‘inegável contradição’ pois [...] por um lado se realiza historicamente nos quadros de um modo dessimétrico de produção simbólica, acolitando a sociedade capitalista; por outro, o ideário básico convoca para um modo de produção simétrico, participativo e fraterno” (BOFF, 2005, p. 235). Neste aspecto, conclama, mesmo que implicitamente, que os membros deste espaço público de discussão teológica e histórica, inspirados no modelo da Igreja primitiva, se coloquem em oposição a este ideário capitalista e pratiquem a vivência fraterna e comunitária.

Nos grupos subalternos predominantemente religiosos, a elaboração de uma visão cristã independente, alternativa e oposta a classe hegemônica, significa o deslanche de seu processo libertador que terá sucesso histórico à condição de se atingir um certo grau de consciência, organização e mobilização de classe (BOFF, 2005, p. 238).

As comunidades de base, então, têm este forte caráter libertário que Boff entende como sendo a expressão da Igreja de Cristo. A perfeita comunhão entre a fé e a práxis, entre o espiritual e o temporal. É por isso que sua argumentação intelectual se ancora no passado cristão, pois ele encontra nos aspectos da Igreja primitiva justamente o modelo perfeito que dá base de sustentação para o surgimento deste novo modo de ser Igreja. Não como uma oposição à Instituição, como pode parecer, mas como um chamado a corresponder de forma prática aos anseios da classe subalterna e daqueles que mais necessitam do amparo espiritual e da força mobilizadora que o cristianismo tem, no maior país da América Latina e com a maioria da população católica, segundo Censo IBGE 2010<sup>20</sup>.

A sua atuação nas CEBs, para elas, com elas e por elas, é fundamental para a eclesiogênese defendida por ele, pois

[...] Uma Igreja assim comprometida com as causas dos espoliados deste século confere credibilidade àquilo que a fé proclama e a esperança promete;

---

<sup>20</sup> Segundo os dados do IBGE de 2010, o Brasil possuía 123.280.172 católicos. Os dados do Censo realizado em 2022 estão sendo divulgados aos poucos e ainda não está disponível a estatística de religião. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em 14. dez. 2023.

desvela um rosto de Cristo capaz ainda de fascinar espíritos atentos e insatisfeitos com a ordem deste mundo. As comunidades comprovam que se pode ser cristão sem ser conservador, que se pode ser homem de fé e ao mesmo tempo comprometido com o destino da sociedade, que se pode esperar contra a esperança e na eternidade sem perder os pés no chão firme e o empenho na luta por um amanhã melhor, ainda aqui dentro de nossa história (BOFF, 2005, p. 250-1).

Se as CEBs se configuram como este espaço público de realização daquilo que os teólogos da libertação entendem como a melhor expressão da verdadeira Igreja de Cristo, qual é, então, o grande problema do poder da Igreja-instituição? O próprio Leonardo Boff responde a este questionamento considerando que “A lógica do poder é querer mais poder, conservar-se, preservar-se, entrar em compromissos e, caso corra risco, fazer concessões para sobreviver. Tudo isso podemos averiguar na história da Igreja-instituição” (BOFF, 2005, p. 121-22). Deste modo, as comunidades de base representam uma espécie de ameaça ao poder da instituição que “teme todas as transformações que coloquem em risco a segurança do poder adquirido” (BOFF, 2005, p. 125). Talvez isso explique a tomada de posição a favor dos militares após o golpe civico-militar de 1964 e a demora em denunciar os crimes cometidos contra os direitos humanos. A Igreja instituição demonstrou, ao longo da história, e Boff procurou deixar isso bem claro na obra em análise, que “A instituição quer estar sempre com os vencedores” (BOFF, 2005, p. 125).

A diferença histórica da Igreja-instituição para a Igreja primitiva, modelo ideal, para a consolidação da eclesiogenese proposta por Boff é justamente que a “a Igreja primitiva era profética; ia jovial as torturas e morria valentemente no martírio. Não cuidava de sua sobrevivência, porque acreditava na promessa do Senhor, que lhe agrantia a indefectibilidade” (BOFF, 2005, p. 126). Por outro lado, a Igreja-instituição segundo ele não passou pela “prova do poder”, porém, ao invés de apresentar uma nova forma histórica de exercício do poder, ela manteve a mesma fórmula existente nas estruturas seculares “em termos de dominação, centralização, marginalização, triunfalismo, *hybris* humana sob capa sagrada” (BOFF, 2005, p. 129). Esse passado é evocado a fim de formar a consciencia crítica dos membros das CEBs a respeito do que foi, do que é, e do que deve ser a Igreja com base nos ensinamentos do Jesus histórico e dos relatos contidos nos Evangelhos e nas cartas escritas pelos apóstolos.

Se reconhecemos o passado pouco animador da Igreja-instituição às voltas com o exercício do poder, isso não significa rejeição da Igreja-instituição, realidade concreta que explicita o mistério cristão e prega, apesar de todas as contradições intrassistêmicas, Jesus Cristo Libertador. Todo cristão deve assumir esse passado que não pode ser desconhecido nem recalçado. Existe uma neurose que surge exatamente pela recusa de aceitação do próprio



passado iníquo. Ninguém é convidado a ser um cristão neurótico, mas a assumir criticamente o passado de sua Igreja-instituição e impedir que ele se perpetue no presente e no futuro. Assumir o passado não é justificá-lo. É um ato de coragem para conosco mesmos, porque é o *nosso* passado, enquanto somos membros do Povo de Deus dentro do qual se situa a Igreja hierárquica (BOFF, 2005, p. 131-132).

Percebe-se que Boff apresenta o passado tanto para exemplificar o modelo ideal de Igreja aos moldes das primeiras comunidades cristãs, quanto para denunciar o apego com o poder que a instituição adquiriu ao longo da sua história de institucionalização iniciada com Constantino e aperfeiçoada ao longo dos séculos. Leonardo Boff tentou “[...] mostrar pela história do cristianismo antigo, com citações de Orígenes, Justino, Agostinho, Gregório, o Grande, e outros, como a fé cristã, sem perder sua identidade, assumiu de forma enriquecedora elementos religiosos de outros” (BOFF, 2005, p. 370). Mas não foi apenas para este fim que a antiguidade cristã foi base de argumentação em *Igreja: carisma e poder*. A visão escatológica de São Jerônimo com a queda do Império Romano, por exemplo, não pode ser encarada como o fim, na análise proposta nas CEBs, ela é utilizada para argumentar que “Com efeito, chegou o fim de *um* mundo, de sua ordem e de seu poder. Mas esse mundo não é todo o mundo, nem absorve em si todo o processo histórico” (BOFF, 2005, p. 179). Deste modo, as comunidades de base, compostas de pobres e para os pobres, que buscam melhores condições de vida e inspirados pela esperança do reino de Deus, assim como, de um verdadeiro encontro salvífico, já podem desfrutar deste reino aqui mesmo na terra, desde que tenham condições dignas de vida (BOFF, 2005).

Leonardo Boff torna-se essa grande voz ao defender o modelo das CEBs como o ideal de Igreja desapegada do poder e comprometida com a construção de uma história melhor, mesmo que isso apresente riscos e imponha um estado de luta constante pela libertação daqueles que oprimem a comunidade de fiéis, que são também o povo de Deus. As comunidades de base representam um tipo de continuidade histórica e aperfeiçoada às demandas existentes no tempo presente, com os ensinamentos do Evangelho e do cristianismo antigo, vivenciado pelas primeiras comunidades cristãs (BOFF, 2005).

Alinhada aos aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos, a discussão intelectual realizada por Leonardo Boff em *Igreja: carisma e poder* utilizou-se de algumas categorias de interpretação marxista pois para ele “[...] cabe também à teologia falar de história, de política, de economia, de sociologia e do que quer que seja, conquanto que fale à luz de Deus. Penso ter guardado esta pertinência teológica com muita consciência” (BOFF, 2005, p. 371).

Embora, por diversas vezes, a Teologia da Libertação e o próprio Leonardo Boff tenham sido rotulados de marxistas, o que se observa é, na verdade, muito mais um diálogo com as categorias e as ideias do marxismo do que necessariamente a apropriação do ideal marxista para dentro do viés teológico.

Ora, um mínimo de senso comum e de análise sócio-histórica seria suficiente para qualquer observador honesto reconhecer que a Teologia da Libertação e a convergência do cristianismo e do marxismo em certos setores da Igreja – não foi resultado de nenhuma conspiração, estratégia, tática, infiltração ou manobra por parte de comunistas, marxistas, gramscistas ou leninistas, e sim uma evolução interna da própria Igreja e originando-se de sua própria cultura e tradição (LÖWY, 2016, p. 123).

Para Löwy, existem elementos que somados propiciam uma interação simbiótica e dialética entre o cristianismo e o socialismo. Entre eles estão: os valores transindividuais; a visão de que os pobres são injustiçados (cada um dentro de seus aspectos teóricos); compartilham o ideal de universalismo; dão grande valor a vida comunitária e a fraternidade; os dois possuem críticas à doutrina do liberalismo; e, por fim, ambos acreditam e esperam por um reino futuro. Todos estes elementos, resguardadas suas proporções e particularidades, possibilitam este diálogo entre o marxismo e o cristianismo, ao menos no formato de cristianismo da libertação proeminente na América Latina. Embora esses elementos permitam uma relação de diálogo, é preciso destacar que a Igreja considera o socialismo, comunismo, marxismos e todas suas expressões como inimigos da fé cristã (LÖWY, 2016).

Embora próximos, e ao mesmo tempo tão distantes, foi graças ao contexto sócio-histórico pelo qual passava o Brasil da década de 60 até 80, e também a América Latina como um todo, que contribuiu para que este relacionamento dialético acontecesse com maior afinco e fosse baluarte da Teologia e do Cristianismo da Libertação. “Foi nesse contexto que um relacionamento de afinidade eletiva entre o cristianismo e o marxismo desenvolveu-se entre certos setores da Igreja e, com base nas analogias existentes, levou a uma convergência ou articulação entre essas duas culturas tradicionalmente opostas [...]” (LÖWY, 2016, p. 126).

Os teólogos da libertação, entre eles Leonardo Boff, extraíram análises e conceitos das concepções marxistas e propiciaram uma nova compreensão destes termos para o pensamento cristão da época, preocupados em responder as demandas existentes na sociedade. Eles buscaram realizar usos cautelosos de categorias marxistas e, em alguns casos, sínteses mais gerais. Neste aspecto o “[...] marxismo fornece não só uma análise científica, mas também uma aspiração utópica de mudança social” (LÖWY, 2016, p. 129). Ainda é importante considerar que mais do que uma preocupação em responder a anseios acadêmicos e intelectuais, o diálogo

com as ideias e as categorias marxistas se dá devido a um quadro geral vivenciado no continente, a realidade brutal da pobreza. Deste modo, as ideias do marxismo eram o que mais se aproximava de uma explicação para as condições sociais e as mazelas que acarretavam grande parte do povo cristão/católico da América Latina (LÖWY, 2016).

Sua preferência de argumentação foi sempre baseada de acordo com o caráter prático da vida dos membros das comunidades de base, alinhando aspectos espirituais e cotidianos da vida dos milhares de membros das CEBs que buscaram nelas amparo para enfrentar as mais diversas dificuldades da vida prática. Uma vez que “A preocupação com os pobres foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios, que remonta às origens evangélicas do cristianismo (LÖWY, 2016, p. 130). Sendo assim, retornando às origens do cristianismo primitivo e à preocupação com os pobres, oprimidos e marginalizados, faz-se compreensível o estabelecimento de uma relação dialética com o marxismo, uma vez que “Os teólogos latino-americanos se colocam continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração” (LÖWY, 2016, p. 130).

Hoje, as ciências do social constituem um desafio que deve ser assumido com coragem e prudência, pois nos são úteis e nos permitem entender melhor a institucionalidade da Igreja. Elas são especialmente úteis porque mostram também as relações de mútua influência que vigoram entre a Igreja e a sociedade. Há formas de exercício de poder na Igreja que são tributárias à sua encarnação no mundo feudal, outras de sua presença dentro de uma sociedade moderna e finalmente nas camadas populares. Nem tudo é estabelecido divinamente, nem poderia sê-lo, desde que a encarnação constitui, além de um fato histórico-salvífico, uma lei de presença do divino no humano e do humano no divino (transparência) (BOFF, 2005, p. 396).

Essas escolhas teóricas, porém, resultaram na forte censura imposta às ideias de Boff em 1985, com a deposição da Cátedra, o afastamento da função de editor chefe da editora Vozes, e proibição de falar em colóquios e eventos, tamanha a repercussão do livro e do alcance de suas argumentações<sup>21</sup>. Apresentava-se assim uma importante escolha, aceitar o silêncio “obsequioso” imposto a ele ou reformular suas ideias. Silenciar o intelectual em favor da manutenção do seu status e “poder” clerical, ou abrir mão disso e tornar as palavras do intelectual livres para alcançar ainda mais públicos, além das comunidades eclesiais de base.

---

<sup>21</sup> As consequências do processo doutrinário resultaram no conhecido “silêncio obsequioso”, que se caracteriza justamente pelos fatos descritos. A perda de todas as suas funções editoriais e de magistério da Igreja, enquanto teólogo e escritor no campo religioso. Essas sanções foram anuladas em 1986 por forte pressão mundial sobre o Vaticano. Porém em 1992, novamente foi ameaçado com punições por manter as mesmas posições que o levaram a cadeira da ex-Santa Inquisição, atual Congregação para Doutrina da Fé. Não acatando as sanções impostas, renunciou as suas funções religiosas e assumiu o papel de leigo.

### 3.3 O clérigo silenciado, o intelectual livre

A Congregação para Doutrina da Fé, coordenada pelo Cardeal Joseph Ratzinger considerou os escritos de Leonardo Boff e a sua ideia de uma eclesiologia militante contrárias àquilo que a instituição tinha como correta, e impróprias para um teólogo da Igreja. Considerando que a linguagem utilizada na produção da obra não corresponde à conduta esperada de um clérigo e carece de um aspecto caridoso e justo para com os membros da instituição. A congregação considera legítimo o uso das ciências sociais, desde que desprovido do que eles chamam de “simples ideologias” (BOFF, 2005).

Ratzinger ainda considera que as proposições feitas por Leonardo Boff são de caráter alheio à Igreja e à teologia, ao passo que ele lança críticas, consideradas pelo cardeal como sendo ataques ao modelo insitucional da Igreja, amparado meramente em uma utopia revolucionária que é frágil e não apresenta bases históricas para os “virulentos ataques” realizados pelo autor à instituição. Para o cardeal Joseph Ratzinger<sup>22</sup>, “Os teólogos e exegetas, conscientes da influência que suas investigações e afirmações exercem no ensinamento da catequese, têm o dever de estar muito atentos para evitar que sejam consideradas verdades certas asserções que não passam de opiniões ou discussões de especialistas” (BOFF, 2005, p. 334). Deste modo vê-se um desprezo da instituição para com as proposições levantadas por Boff, não vendo nelas um caráter carismático e teológico, mas apenas uma opinião pessoal com caráter panfletário e contrário à instituição (BOFF, 2005).

Com base nessa perspectiva, o Vaticano “convida” Leonardo Boff a acatar as observações feitas pela congregação e modificar os pontos considerados como contrários à doutrina da Igreja e “perigosos” para a manutenção da ortodoxia católica. Acontece que Boff não incorreu em equívocos para que estes fossem corrigidos, ao menos não naquilo que ele se propôs a fazer nas comunidades eclesiais de base e a favor de um modelo de Igreja em que estava convicto ser a “verdadeira Igreja de Cristo”. Por isso, o teólogo respondeu aos questionamentos da congregação, expondo e elucidando cada ponto alvo de questionamento da congregação de modo a demonstrar não estar equivocado, mas estar atento às necessidades da comunidade-povo-de-Deus que ansiava por uma Igreja que proporcionasse a resposta prática aos dilemas sociais, econômicos e políticos vigentes à época (BOFF, 2005).

---

<sup>22</sup> Na carta que incrimina pontos do livro *Igreja: carisma e poder*, presente no Documento 1 dos apêndices do livro na edição de 2005, da editora Record. Esta edição do livro contém todos os documentos que compõem o processo doutrinário a que foi submetido Leonardo Boff pela Congregação para Doutrina da Fé do Vaticano, tanto as cartas e notificações do Cardeal Prefeito Joseph Ratzinger, quanto as cartas e refutações elaboradas por Leonardo Boff em sua defesa.

Boff é um clérigo que extrapolou as barreiras físicas apenas das paróquias ou congregações a ele confiadas. Sua produção intelectual e sua atuação prática *in loco* no espaço público, muitas vezes, foram cruciais para a propagação do seu ideal de Igreja como potencializadora da transformação social, com base nos evangelhos e na experiência histórica de Jesus Cristo e da própria Igreja.

[...] os padecimentos das longas viagens, as preocupações em fazer-me compreensível pelos mais humildes, subindo e descendo rios amazônicos, uma vez com risco de vida, vezes sem conta difamado publicamente, ameaçado de prisão e tortura pela polícia política, noites indormidas e cansadas sem fim. [...]E se bem observo, andando pelas Igrejas, particularmente as mais pobres, e se o senso da fé não pode enganar-se, constato o testemunho quase unânime de tantos que afirmam ter minha produção oral e escrita fortalecido a adesão à Igreja, o amor ao Evangelho e a consciência da responsabilidade cristã dentro da sociedade (BOFF, 2005, p. 350-1).

Neste viés, Leonardo Boff alcançou lugares e populações que o poder da Igreja-instituição não pôde chegar e a influência das suas ideias exerceram tamanha força que ecoaram ao longo dos anos como força motriz de uma mobilização social efetiva na luta contra as forças dominantes e a favor de mais justiça e direitos sociais. Segundo ele próprio, o resultado dessa atuação foi justamente a adesão de centenas e até mesmo milhares de pessoas aderindo e fortalecendo a fé e a adesão ao cristianismo, muito provavelmente pela linguagem de fácil acesso e pela resposta a questões práticas da vida cotidiana e não apenas restrita ao plano espiritual e divino de uma vida que ainda há de vir.

Entretanto, sua produção intelectual e teológica não se restringiram apenas às CEBs e aos círculos da Igreja brasileira. Rudolf Von Sinner, teólogo protestante suíço, descreve que teve contato com as produções de Boff na Suíça, em especial, na Universidade da Basileia, com destaque para as posições das obras de Leonardo Boff em prateleiras que, comumente, não eram destinadas a autores do “terceiro mundo”, tamanha era a relevância de sua produção. “Esta proximidade com a vida, a teologia buscando ter os ‘pés no chão’, ressoou muito nos meios teológicos europeus (e bem além destes) nos anos setenta e oitenta do século passado, e os livros [...] eram recebidos como os carros-chefe da Teologia da Libertação” (VON SINNER, 2006, p. 155).

Para Boff, sua argumentação pauta-se na preocupação daquilo que está contido nas próprias sagradas escrituras e que foram perpassados ao longo da história, pois “[...] aquilo que se propõe no Evangelho em termos de relações sociais justas e um uso servicial do poder: que todos sejam irmãos (Mt 23, 8), que o poder seja exercido como serviço (I.c 22, 27), que não

falte o diálogo nos conflitos dentro da Igreja (Mt 5, 23; 18, 15-17) e que haja um compromisso efetivo para com os pobres como o fez e o quis Jesus Cristo” (BOFF, 2005, p. 374).

A sua opção por utilizar fatos históricos corrobora sua argumentação, pois as evidências e os próprios fatos não podem ser questionados, apenas interpretados de formas distintas. É claro que há um ambiente de disputa desse passado e de suas memórias, recepções e usos. De um lado a Igreja-instituição e os tradicionalistas querem propagar que a forma de estrutura da instituição é uma continuidade histórica desde sua gênese até a atualidade, por outro lado, Boff, demonstra justamente o contrário, que as origens do cristianismo primitivo eram muito diferentes da forma como a instituição se apresenta. Os defensores da ortodoxia evocam esse passado para legitimar o poder centralizador do catolicismo. Por sua vez, Boff recebe esse passado como algo que pode ser mola propulsora para fazer algo novo na Igreja-povo-de-Deus e é justamente por isso que o passado cristão e o cristianismo primitivo importam tanto na atuação pública e intelectual do autor de *Igreja: carisma e poder*. A forma ideal de ser Igreja era exatamente, na concepção de Boff, a vivida nas primeiras comunidades cristãs. Fato pelo qual o passado tanto importa nessa disputa de narrativa e de domínio intelectual, entre a ortodoxia católica institucional e a Teologia da Libertação. Na releitura feita por Boff ele procurou

fazer um "pequeno balanço" (p. 105) sobre o caminho histórico da Igreja-instituição-poder, que sucedeu à Igreja dos mártires, portanto, após a viragem constantiniana, quando ela se tornou, como religião oficial, uma força histórica. Minha atitude é crítica: dada a atitude de Jesus, os valores evangélicos e o exemplo dos Apóstolos, poder-se-ia esperar um exercício distinto de poder, mais servicial, menos aparatoso e mais gerador de fraternidade. Na verdade, o exercício do poder, na Igreja, seguiu, em muitíssimos casos, o curso comum e até pagão do poder (BOFF, 2005, p. 399).

Deste modo, sua crítica não é baseada em mera opinião pessoal panfletária, ela está respaldada no próprio curso histórico da Igreja e na vivência do cristianismo aos moldes das primeiras comunidades, antes até mesmo da institucionalização da religião. As alegações de que Boff traz argumentações alheias à Igreja e à teologia não condizem com as convicções do autor, uma vez que o mesmo acredita que “O teólogo não vive nas nuvens; é um ator social, situa-se dentro de um determinado lugar na sociedade, produz conhecimento e significação utilizando os instrumentos que a situação lhe oferece e lhe permite [...]” (BOFF, 1977, p. 502).

Além disso, Leonardo Boff tem convicção de que age em consonância com os ensinamentos e as ações do próprio Jesus, que prega a luta contra as opressões e as injustiças de seu tempo. “A práxis de Jesus tem um eminente caráter sócio-político e alcança a estrutura

da sociedade da religião da época. Não se apresenta como um reformista ascético à maneira dos essênios, nem como observante da tradição como os fariseus, mas como libertador profético” (BOFF, 1977, p. 515). Porém, toda a repercussão causada pelas ideias propagadas por Boff e pela formulação desse “novo modo de ser Igreja” fizeram com que toda atenção do Vaticano se voltasse para o teólogo. “De fato, o livro ‘Igreja: Carisma e Poder’ é um verdadeiro compendio das mais progressistas interpretações do Concílio no que tange à eclesialidade, isto é, no que reflete sobre a estrutura da Igreja, e no que tange a produção teológica” (BRITO, 2008, p. 100). Mas isso colocava em xeque a chamada ortodoxia da Igreja, de acordo com as visões conservadoras de Ratzinger e João Paulo II e, por isso, precisava de uma reação rápida e certa.

Mediante os perigos “doutrinários” oferecidos pela ideia de uma nova forma de ser Igreja, a Congregação para Doutrina da Fé, na pessoa do cardeal Ratzinger, declarou que as ideias contidas em *Igreja: carisma e poder* “são de tal natureza que põem em perigo a sã doutrina da fé, que esta mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar”<sup>23</sup> (BOFF, 2005, p. 417). Deste modo, impõe-se à obra a censura que ficou conhecida como “silêncio obsequioso”, obrigando uma reescrita da obra e o afastamento de Leonardo Boff de funções públicas. O clérigo fora silenciado. Seus ideais e sua teologia baseada na história e nas ciências sociais (segundo o Vaticano, de inspiração marxista) eram perigosas para a manutenção do poder institucional da Igreja. Ou seja, ao ser acusado de marxista pelas autoridades eclesiásticas da Congregação para Doutrina da Fé do Vaticano, o que para a Igreja-instituição era considerado uma desobediência grave e um risco teológico-doutrinário, foi-lhe imposto uma série de punições e restrições eclesiásticas. O Cardeal e prefeito da Congregação para Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger pontua o seguinte, em sua Carta incriminando pontos do livro:

[...] o discurso contido nessas páginas é guiado pela fé ou por princípios de natureza ideológica (de certa inspiração neo-marxista)? O trabalho teológico possui suas próprias fontes e exigências que no livro não são devidamente aplicadas. O conteúdo é com frequência apresentado não tanto à luz da Revelação, da Tradição e do Magistério, mas do primado da práxis; procura como finalidade não a escatologia cristã mas uma certa qual utopia revolucionária alheia à Igreja (BOFF, 2005, p. 335).

Porém, o próprio Boff nunca se identificou como marxista, mas como alguém que, em determinado momento, valeu-se de conceitos e ideias produzidas pelas ciências sociais, entre

---

<sup>23</sup> Documento 3 dos apêndices contidos no livro *Igreja: carisma e poder*, na edição de 2005, publicada pela editora Record.

eles, escritos marxistas, para contribuir com a perspectiva teológica da libertação. Em entrevista concedida a Juarez Guimarães, Boff argumenta que:

Não sou um profundo conhecedor de Marx. Na verdade nunca mostrei especial interesse por Marx. Apenas na medida em que ajudava e ajuda a teologia da Libertação a descobrir os mecanismos que geraram a pobreza como opressão, como funciona uma sociedade de classes em conflito e sob que forma o cristianismo é apropriado pelos vários interesses sociais.<sup>24</sup>

Embora tenha se defendido das acusações do cardeal Ratzinger e argumentado que dialogou em seus trabalhos com estudos e interpretações das ciências sociais, no entanto, sem realizar adesão ou apologia ao marxismo, seus posicionamentos e seu trabalho foram punidos ao rigor da ex-Santa Inquisição. Boff realiza uma análise crítica pautada na história e não apenas no âmbito teológico e místico da religiosidade, justamente por considerar a relevante contribuição dos estudos historiográficos para sua argumentação. Neste aspecto, a prática historiográfica desenvolvida por ele no livro é contundentemente criticada pelo cardeal prefeito da Congregação para Doutrina da Fé que julgava não caber a um teólogo discutir tais aspectos. A recepção do passado realizada por Boff e a sua releitura crítica do passado cristão, contrapondo o tradicionalismo da Igreja-instituição, contribuíram para aumentar o descontentamento do Vaticano com suas posições políticas e sociais, muito mais do que teológicas, consideradas perigosas para a doutrina da fé, à época.

Ainda é importante considerar que

Os desencontros de pontos de vista teológicos entre A Sagrada Congregação Para a Doutrina da Fé e Leonardo Boff foram intensificados num conflito de representações que também pode ser entendido como disputa de poder pela hegemonia intelectual na Igreja Católica (PEREIRA, 2013, p. 228).

Arelado a essa disputa pela hegemonia intelectual, a qual a Igreja instituição fazia questão de vencer, Boff se mantinha firme em suas posições e convicções intelectuais, teológicas, históricas e sociais. Segundo análise feita por Pereira (2013), ao falar do Reino de Deus Boff entende que

a chegada deste reino depende de atitudes concretas de modificação dos indivíduos e se darão no campo da História concreta. Nessa História, as tensões e adversidades da luta levaram a Igreja Católica a nem sempre se comportar como uma instituição coerente com a mensagem de Jesus. Para Boff, o compromisso da hierarquia eclesial deveria ser o de se colocar à disposição de uma concepção de poder baseada no serviço e, a partir dessas

---

<sup>24</sup> GUIMARÃES apud PEREIRA, 2013, p. 131



atitudes históricas e concretas, dar o testemunho da mensagem de Jesus (PEREIRA, 2013, p. 228).

Na verdade, é importante frisar que as condenações impostas a Boff são muito mais de caráter prático e político do que teológico, a condenação em si é das práticas militantes e ideológicas defendidas pelo teólogo como sendo o ideal de Igreja a existir nas bases pobres e carentes do vasto país de proporções continentais. É justamente o caráter prático, a força de transformação social que o cristianismo da libertação procura estabelecer que é rechaçado pelo Vaticano face ao importante impacto que essa eclesiogênese causa no espaço público em que circula.

A teologia da libertação possui entre outros méritos especialmente este, o de ter estendido esse amor para as macro dimensões histórico-sociais, conflituosas e opressoras, donde emerge a prática da libertação, inspirada no amor evangélico aos oprimidos, como gênero marginalizado, como classes exploradas, como culturas negadas e como povos humilhados contra a sua opressão e em favor de sua libertação. Com tal diligência a teologia da libertação propiciou, seguramente, um enriquecimento na compreensão da revelação e do fenômeno cristão, beneficiando a toda a Igreja (BOFF, 2005, p. 438).

Sua crítica à forma como a Igreja estava organizada e ainda está organizada é justamente pelo fato de nem sempre ter sido assim na história, e que o *modus operandi* do cristianismo primitivo foi sendo aos poucos substituído pela forma institucionalizada vigente e sob o comando do Vaticano e de toda estrutura hierárquica da Igreja, que tende a se aliar aos blocos históricos dominantes e estar do lado dos vitoriosos como forma de autopreservação. “A atual forma de se organizar a Igreja (nem sempre foi assim na História) cria e reproduz mais desigualdades do que atualiza e viabiliza a utopia fraterna e igualitária de Jesus e dos Apóstolos” (BOFF, 2005, p. 469).

Em outras palavras, pode-se dizer que na visão e análise histórica de Leonardo Boff em relação a estrutura da instituição, ele considera que na sua origem, nas comunidades cristãs primitivas, o foco era no anúncio do reino, na luta pelas igualdades, na oposição às atrocidades cometidas pelos governos e poderes da época, a justiça social e o acolhimento aos oprimidos e marginalizados. Embora também reconheça o caráter místico de Jesus e da Igreja, considera também que, com o passar do tempo e com os diversos acontecimentos e contextos históricos, a instituição se tornou muito mais apegada aos poderes hierárquicos e à manutenção da sua força, influência, domínio e hegemonia, do que com o carisma que impulsiona a libertação do povo. “A perspectiva de Leonardo Boff embora reconheça conteúdos de mistério na revelação do Deus cristão é historicista, ou seja, o autor procura explicar a História da Igreja como uma

construção humana e limitada as circunstâncias de um determinado momento” (PEREIRA, 2013, p. 206). Sua atuação enquanto clérigo chegou ao fim em 1992, quando abdicou das suas funções sacerdotais e abandonou a ordem dos franciscanos.

Em uma recente entrevista ao programa *Provoca*<sup>25</sup>, o que demonstra a sua relevância para as discussões no espaço público na atualidade, uma das perguntas do apresentador à Boff foi se ele deixou a Igreja para não perder a esperança. Em uma resposta clara, o intelectual responde que “a Igreja Católica como instituição é um fracasso” (BOFF, 2022). Consciente de que a instituição não passou pela prova do poder e de que não estava preparada para fomentar a expansão deste novo modo de ser Igreja, com fundamento nas bases, inspirado pela teologia da libertação e com base no *modus operandi* da Igreja primitiva, Leonardo Boff deixa de ser clérigo, silencia seu ministério sacerdotal para fazer ressoar outra importante função social.

De minha parte, quero, com meu trabalho intelectual, empenhar-me na construção de um cristianismo indo-afro-americano, inculturizado nos corpos, nas peles, nas danças, nos sofrimentos, nas alegrias e nas línguas de nossos povos, como uma resposta ao evangelho de Deus ainda não plenamente dada depois de quinhentos anos de presença cristã no continente (BOFF, 2005, p. 471-2).

[...] essencial ao intelectual é a reflexão independente e a liberdade, que lhe permite alargar a base de suas informações e de seus juízos. O intelectual é essencialmente um crítico. Sem a crítica, o intelectual é um pseudo-servidor do *intellectus* em função de uma ideologia faraônica, um cortesão dos poderosos que não precisam da razão porque detêm as *raisons d’Etat*. [...] (BOFF, 1986, p. 184).

Na função social de intelectual com amplo eco no espaço público, Leonardo Boff contribuiu e contribui até os dias de hoje para importantes debates, discussões e mobilizações culturais, políticas, religiosas e sociais. Sua escolha em abrir mão do sacerdócio não foi meramente de ordem pessoal e religiosa, ela deve também ser vista com um caráter político e uma forma de expressão do seu descontentamento e da sua oposição à forma como as ideias de uma eclesiogênese foram recebidas pela Igreja-instituição.

Não abrir mão de suas convicções e se “sacrificar” pela causa dos pobres e oprimidos vai completamente ao encontro da trajetória pessoal, intelectual e teológica de Leonardo Boff. Para ele a justiça sempre prevalecerá, mesmo que não no tempo e na hora que desejamos. Inspirado no próprio sacrifício salvífico de Jesus na cruz, Boff abraçou seus silêncios obsequiosos

---

<sup>25</sup> Programa comandado pelo apresentador Marcelo Tas na TV Cultura, exibido em 29/11/2022 e disponível também pelo canal *Provoca* na plataforma do Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qYAR20jp1bU>. Acesso em: 13. dez. 2023.

e posteriormente seu “exílio” da ordem para viver uma ressurreição e travar sua batalha em outras trincheiras.

A ressurreição do Crucificado mostra que morrer assim como Jesus morreu pelos outros e por Deus não é sem sentido. A morte anônima de todos os vencidos da história pela causa da justiça, da abertura e de um sentido último da vida humana, encontra na ressurreição de Jesus a sua clarificação. Ela tem uma função de libertação de um absurdo histórico. A questão da ressurreição se coloca justamente a partir da insurreição. Pela ressurreição nos foi manifestado que o algoz não triunfa sobre a vítima (BOFF, 1977, p. 521).

Embora essas palavras tenham sido escritas anos antes de todo o processo doutrinário e de sua abdicação das funções eclesísticas, Boff apresentava já ter em mente as tamanhas dificuldades que todos aqueles que se levantam contra os poderes dominantes enfrentam. E quase como que profeticamente atesta que os algozes não triunfariam sobre suas vítimas e que o ato de “morrer” é um ato também de insurreição. As produções de Leonardo Boff são tão atuais como eram na década de 70 e 80 e continuam suscitando debate, controvérsias e mobilizações até os dias de hoje. Se o Vaticano pretendia “calá-lo” e “sufocar” a Teologia da Libertação, a estratégia não funcionou, ao menos, não em plenitude. Até mesmo porque anos depois, ironicamente a Igreja Católica passou a ser chefiada por um papa de matriz menos conservadora, Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, assumiu o comando da instituição, levando-a à uma caminhada mais progressista. O que demonstra, inclusive, que após toda a polêmica em torno do livro e da teologia propagada por Boff, a Igreja e os cristãos voltaram a relê-lo em pleno século XXI, inclusive com republicação da obra original pela editora de origem, a editora Vozes.

Sendo assim, a Igreja, na época, poderia ter desempenhado importante papel no rompimento do bloco histórico, porém não o fez, ao menos não de modo institucionalizado. Deste modo, os próprios grupos das camadas subalternas, tendo como baluartes seus intelectuais, como Leonardo Boff, elaboraram suas próprias “estratégias de libertação”, criando sua visão específica do mundo e da estrutura social, contrapondo-se à estabelecida pela classe dominante e, quando necessário, até mesmo contra o posicionamento oficial da instituição. As bases tornaram-se críticas e engajadas graças à atuação dos seus intelectuais que transcenderam os limites eclesísticos e alcançaram o espaço público, no viés deste trabalho, as Comunidades Eclesiais de Base.

São nelas, nas CEB’s, que aconteceu, mesmo que em escala menor, esse novo modo de ser Igreja, preparada para estabelecer uma relação dialética entre o sagrado e a práxis social. Preocupados com o mundo vindouro, porém muito mais engajados em respostas para os

problemas imediatos da sociedade (BOFF, 2005). A eclesiogênese defendida por Leonardo Boff pode não ter atingido toda a Igreja e ter ficado particularmente atrelada a uma ala mais progressista da Igreja e ao trabalho das bases, porém ela fortaleceu uma nova ótica, a de que a Igreja não deve estar desconectada com os anseios do seu povo, não apenas no que diz respeito a aspectos doutrinários, místicos e espirituais, a libertação aumejada não deve ser apenas dos ditos “pecados”, mas, sim, de todo tipo de injustiça social, preconceito, discriminação, miséria, fome e condições precárias.

Muitas das ideias que ganharam força nas CEB's nos anos 80 perduram até hoje e percebe-se seu eco na sociedade, mesmo que implicitamente. Os movimentos sociais, a juventude, a luta por direitos sociais, estão mais vivos do que nunca, e isso também se deve ao movimento intelectual que extrapolou os limites da instituição eclesiástica e ganhou as casas, os centros comunitários, os movimentos sem terra e sem teto, os movimentos operários e sindicais, entre diversas outras formas de mobilização e engajamento social na busca por melhores condições de vida e de sobrevivência. Se a eclesiogênese defendida por Leonardo Boff não transformou a instituição como ele gostaria, ao menos deu mais subsídios para que seu público conheça as bases do cristianismo surgido com a atuação libertadora do Jesus histórico e propagada pelas comunidades cristãs primitivas e baseie-se nesse modo de atuação cristã para não se calar diante à voz esmagadoramente mais forte da estrutura da classe dominante e não aceite passivamente as imposições do status quo, sem questionar e lutar pelos seus direitos.

A história pode, em certos casos, exercer uma força impressionante sobre a sociedade. Ela pode ser utilizada para manutenção das ideologias que dominam a sociedade, defender ideais racistas e supremacistas e construir nacionalismos e hegemonias. Porém, quando a recepção desse passo e dessa história é realizada de forma crítica e problematizadora, levando as pessoas a refletir sobre a sociedade atual, com bases em experiências e fatos do passado, ela pode também significar um sério risco para aqueles que por muito tempo controlaram a narrativa. É justamente isso que faz com que *Igreja: carisma e poder* seja tão importante e tão polêmica. Ao aduzir os fatos históricos e evocar o passado cristão primitivo das comunidades dos primeiros séculos, formada por pobres e para os pobres e envolta num caráter fraterno, Boff expõe a Igreja-instituição a um simples fato, que tanto irritou a Santa Sé, a Igreja Católica Apostólica Romana, na concepção do autor, não passou pela prova do poder, pelo contrário apropriou-se dele, revestiu-se de estruturas e hierarquias e deixou de lado o seu caráter originário, que foi justamente o que Leonardo Boff quis trazer à tona novamente na eclesiogênese das Comunidades Eclesiais de Base.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história pública como discutida neste trabalho é uma modalidade de produção e divulgação do conhecimento histórico que envolve a participação ativa dos sujeitos históricos e do público em geral, utilizando recursos tecnológicos e metodológicos diversos. No Brasil, embora seja um campo historiográfico relativamente recente, ganhou impulso nos últimos anos com eventos acadêmicos, publicações e redes de pesquisa. A análise teórica da história pública é crucial para reconhecer e valorizar práticas anteriores à sua consolidação acadêmica, como movimentos sociais e as CEBs, e para debater conceitos, metodologias e desafios específicos do contexto brasileiro.

Também se destaca a importância do intelectual público engajado, que utiliza seu conhecimento para criticar injustiças e opressões, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica e da democracia participativa. Sua atuação na história pública é fundamental, pois pode estabelecer diálogos entre historiadores profissionais, suas produções e o público em geral. A história pública, ao tornar o conhecimento histórico acessível a públicos mais amplos, desempenha um papel significativo no combate aos usos tendenciosos do passado, promovendo uma compreensão mais completa da história e contrapondo agendas políticas ou ideológicas da classe dominante. Fortalecer o papel do intelectual público engajado é essencial para construir coletivamente uma história pública que atenda às demandas e expectativas dos diversos públicos.

No contexto do cristianismo primitivo, a recepção e a releitura do passado desempenham um papel significativo na luta contra ideologias dominantes e no combate ao status quo. O cristianismo primitivo é uma fonte rica de inspiração, pois seus valores fundamentais de amor, justiça e compaixão podem ser usados para confrontar ideologias que perpetuam a desigualdade e a injustiça. Ao resgatar os ensinamentos originais do cristianismo e destacar sua dimensão social e inclusiva, é possível mobilizar a luta social contra o status quo, promovendo uma visão mais igualitária e humanitária da sociedade.

A história pública desafia o monopólio das narrativas históricas por parte de elites intelectuais e políticas, permitindo que diferentes vozes sejam ouvidas e diversificando a interpretação do passado. No caso do cristianismo primitivo, isso é particularmente relevante, já que a religião desempenhou um papel fundamental na formação da cultura ocidental. Ao

promover uma compreensão mais completa do cristianismo e suas raízes progressistas, a história pública pode servir como um contrapeso às interpretações conservadoras.

Além disso, a história pública ajuda a contextualizar o passado à luz das questões contemporâneas. No caso do cristianismo primitivo, isso significa relacionar seus princípios de justiça social e compaixão com os desafios atuais, como desigualdade econômica, racismo e questões ambientais. Isso pode inspirar movimentos sociais a usar a história como um recurso para a mobilização e a luta por mudanças significativas na sociedade.

Neste aspecto, as CEBs foram um espaço privilegiado para a prática da história pública, entendida como a produção e divulgação de conhecimento histórico fora dos meios acadêmicos, envolvendo a participação ativa dos sujeitos históricos. As CEBs estimularam a memória coletiva dos grupos populares, resgatando suas lutas, suas identidades e seus valores. As CEBs também incentivaram a consciência histórica dos seus membros, ajudando-os a compreender o contexto social em que viviam e a buscar transformá-lo à luz da fé e do passado cristão.

A importância de Leonardo Boff para as CEBs foi fundamental, pois ele contribuiu para dar voz e visibilidade às experiências dessas comunidades. Enquanto intelectual engajado, usou do espaço público das Comunidades Eclesiais de Base para, por meio da releitura do passado cristão, realizar sua articulação em torno da Teologia da Libertação e da luta a favor dos pobres e da formação de uma consciência histórica crítica e empenhada em vivenciar um novo modo de ser Igreja. Boff foi um teólogo que viveu o que pregou, engajando-se nas causas sociais e ambientais que afetavam os pobres e o planeta. Por isso, ele é considerado um dos maiores representantes da Teologia da Libertação e um dos maiores inspiradores das CEBs, mesmo depois de todo processo doutrinário imposto pelo Vaticano.

Diante disso, consideramos que a obra *Igreja: Carisma e Poder* de Leonardo Boff atrelada à sua produção e atuação intelectual na esfera pública, em conjunto com a recepção e releitura do passado cristão com foco em fundamentar sua argumentação voltadas as Comunidades Eclesiais de Base, pode constituir fundamento de um pensar a História Pública em outros aspectos e temporalidade ainda pouco discutidas e inexploradas pelo campo historiográfico. Além disso, o caráter teórico do debate em História Pública se mostra necessário e atual, uma vez que existem importantes contribuições públicas para além da divulgação histórica. O pensar o campo nos leva a analisar e refletir sobre práticas públicas de história no Brasil desde muito antes da institucionalização do campo no país.

## REFERÊNCIAS

ASHTON, Paul; KEAN, Hilda. Introduction. People and their pasts. Introdução [Pessoas e seus passados] In: ASHTON, Paul & HAMILTON, Paula. **People and their pasts**. Public History Today [Pessoas e seus passados. História Pública hoje. Austrália: Palgrave Macmillan, 320 p. p.1-16.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico. In: BORGES; Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo; MAUD, Ana Maria. **Que história pública queremos**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-203.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 32, num. 60, p.807-835, set/dez. 2016.

BETTO, Frei. As CEBs como potencial de transformação da sociedade brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 43, n. 171, p. 494–503, 1983. DOI: 10.29386/reb.v43i171.3576. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3576>>. Acesso em: 8 set. 2023.

BÍBLIA. Português. BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2004

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e poder**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

\_\_\_\_\_. CEBs: a Igreja inteira na base. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 43, n. 171, p. 459–470, 1983. DOI: 10.29386/reb.v43i171.3574. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3574>>. Acesso em: 4 out. 2023.

\_\_\_\_\_. História da Igreja no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 37, n. 146, p. 368–372, 1977. DOI: 10.29386/reb.v37i146.4002. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4002>>. Acesso em: 4 out. 2023.

\_\_\_\_\_. A colegialidade de todo o Povo de Deus: Uma interrogação a partir da prática. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 46, n. 183, p. 650–657, 1986. DOI: 10.29386/reb.v46i183.3335. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3335>>. Acesso em: 4 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Jesus Cristo Libertador: Uma visão cristológica a partir da periferia. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 37, n. 147, p. 501–524, 1977. DOI: 10.29386/reb.v37i147.3990. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3990>>. Acesso em: 4 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **E a Igreja se fez Povo Eclesiogênese: A Igreja que nasce do Povo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. pp. 180-199.

\_\_\_\_\_. Leonardo Boff: depoimento [nov. 2022]. Entrevistador: Marcelo Tas. TV Cultura, 2022. 1 vídeo. Entrevista concedida ao Programa Provoca. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qYAR20jp1bU>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BONFÁ, Douglas Cerdeira; MATOS, Karolini Batzakas de Souza. Antiguidade em contexto: os usos do passado e suas intencionalidades. In: **Revista. Est. Fil. e Hist. Da Antiguidade**. Campinas, nº37/38, p. 94-109, 2º e 1º sem. 2021/22.

BRITO, Lucelmo Lacerda de. **Uma análise da polêmica em torno do livro "Igreja: carisma e poder", de Leonardo Boff, na Arquidiocese do Rio de Janeiro**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru: Edusc, 2005.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais e a escrita da história – As contribuições metodológicas de Jean-François Sirinelli. **Escritas**, vol. 8, núm. 2, p. 265-278. 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/2576/9404>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

CHAUI, Marilena. Intelectual Engajado: uma figura em extinção? **Artepensamento**, 2006. Disponível em: <<https://artepensamento.ims.com.br/item/intelectual-engajado-uma-figura-em-extincao/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

DANIÉLOU, Jean; MARROU, Henri. **Nova História da Igreja: dos primórdios a São Gregório Magno**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

DI CARLO, Josnei. Vissitudes do intelectual público: um estudo de caso sobre Mário Pedrosa (1944-1968). **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 55, núm. 2, p. 265-275. Mai-Ago. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93864117012>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do éthos da ciência. **Scientia e studia**, São Paulo, vol. 9, n. 3, p. 463-485. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ss/a/pH7wRh3cD68xDfYfmmJznpS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História Pública Brasileira e internacional: seus desenvolvimentos no tempo, possíveis consensos e dissensos. **Revista NUPEM**, Campo Mourão v.11, n. 23, p. 29-47, mai/ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Conhecimento histórico do historiador e outros conhecimentos históricos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**. v. 12, nº01, jan./jun. 2020.

FALCON, Francisco J. C. A identidade do Historiador. **Estudos Históricos: historiografia**. v.9, n.17, p. 7-30. 1996. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/283>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. In: **Cadernos do Cárcere**. V.2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Editora Unesp, 1990.



HOBSBAWM, Eric. Engajamento. In: **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. Não basta a história de identidade. In: **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. O sentido do passado. In: **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

JOIGNANT, A., BASAURE, M. (2020). Crisis e intelectuales públicos. Del campo intelectual nacional al espacio intelectual transnacional. Serie Documentos de Trabajo COES, Documento de trabajo N°43, pp. 1-24.

KALLÁS, Ana Lima. Usos públicos da história: origens do debate e desdobramento no ensino de história. **Revista História Hoje**. v.6, n°12, p. 130-157. 2017.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 119-184.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: **Introdução a História Pública**. São Paulo, Letra e Voz, p. 31 -52. 2011.

LINARD, Danilo. O historiador e o engajamento intelectual: limites, possibilidades e dilemas éticos nos debates públicos sobre a história. **Revista Hydra**. v. 4, n°7, dez. 2019.

LUIZ DA SILVA, A. O intelectual público na internet: o caso do vlogueiro Felipe Neto. **Revista GEMINIS**, [S.l.], v.4, n.3, p.75–86, 2013. Disponível em: <<https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/162>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. **O socialismo e as Igrejas: o comunismo dos primeiros cristãos (1905)**. Tradução de Alexandre Linares. 1ª Edição: folheto publicado pelo Partido Social Democrata Polaco, em 1905. Direito de Reprodução: Luxemburg Internet Archive (marxists.org.), 2002. Título original: Socialism and the churches. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1905/mes/igrejas.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LÖWY, Michael. **O que é o Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. 2ª. Ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. **Hist. Historiografia**, Ouro Preto n°15, p. 27-50, agosto. 2014.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**. Campinas, v.22, n° 3 (66), p. 131-148, Set./Dez. 2011.

MINCATO, Ramiro. O Cristianismo como Religião Pública. **Teocomunicação**. Porto Alegre. v. 39, n. 1, p. 94-106, jan-abr. 2009. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/teo/article/view/5806>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.18, p.18-34, jan.jun 2018.

\_\_\_\_\_. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v.8, nº15, p.203-202. 2019.

PAULA, Cristiane Jalles de. Engajamento e Ação Política: Leonardo Boff na blogosfera. **Intellèctus**, ano XVII, n. 2, 2018, p. 68-91.

PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. **Concepções da história na Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1989)**. 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

PERLATTO, Fernando. Intelectual Público. Verbetes. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF**, v.10 n.1 , jan/jun. 2015.

PIRATELI, Marcos Roberto. **A Igreja como locus ideal de formação na problemática antidonatista de Santo Agostinho**. 266 folhas. Tese (Doutorado em Educação e Estudos Clássicos) - Universidade Estadual de Maringá / Universidade de Coimbra. Orientadores: Dr. José Joaquim Pereira Melo e Dr<sup>a</sup>. Paula Cristina Barata Dias. Maringá/Coimbra, 2015.

PROVOCA. Leonardo Boff / Provoca / 29/11/2022. YouTube, 29 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qYAR20jp1bU>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

RIDENTE, Marcelo. Intelectuais e romantismo revolucionário. **São Paulo em Perspectiva**. v.15(2). 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/b6LpHRFprmYrBPDSfK9McCQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, Muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: **História Pública no Brasil**, sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, p. 23-35. 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Servir bem para servir sempre. Técnica, mercado e o ensino de História Pública. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 135-157 – 2019.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Edusp, 1988.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. Editora Ática, 1994.

SELVATICI, Monica. Considerações sobre história, teologia e pós-modernidade: para um estudo do cristianismo antigo. **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, 11, p.188-195. 2005.

SILVA, Antonio Ozaí. Os intelectuais diante do mundo: engajamento e responsabilidade. **Revista da Faculdade de Educação - UNEMAT**, Ano IV, nº 5/6, p.191-205. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3579>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

SILVA, Glaydson José; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepção da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, nº 84, p.43-66. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472020v40n84-03>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

SILVA, Glaydson José. **História Antiga e usos do passado**: um estudo de aproximações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, 2007.

TRAVERSO, Enzo. Usos públicos do passado. *In*: **O passado, modos de usar. História, memória e política**. Lisboa: Unipop, 2012.

\_\_\_\_\_. Revisão e Revisãoismo. *In*: **O passado, modos de usar. História, memória e política**. Lisboa: Unipop, 2012.

VON SINER, Rudolf. **Leonardo Boff – um católico protestante**. Disponível em: <[http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos\\_teologicos/vol4601\\_2006/et2006-1jrvsinner.pdf](http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4601_2006/et2006-1jrvsinner.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2023.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e educação popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 41, n. 164, p. 686–707, 1981. DOI: 10.29386/reb.v41i164.3687. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3687>>. Acesso em: 8 set. 2023.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

COSTA, Adriane Vidal. Intelectuais Públicos na América Latina. In: **História Pública no Brasil**, sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, p. 299-312. 2016.

MACIEL, Fred; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. Espaço público cibernético: as novas tecnologias da informação e o dilema dos intelectuais na América Latina. In: BOVO, Marcos Clair; MACIEL, Fred (org.). **Múltiplos olhares, múltiplos sentidos: saberes e perspectivas interdisciplinares**. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2022. p. 37-48.

MALINGREY, Anne-Marie. João Crisóstomo. In: DI BERARDINO, Angelo (org.). **Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 761-763.

MELLO, Ricardo Marques de. **Como a escrita da história é elaborada: uma breve explicação sobre como historiadores convertem informações do passado em livros de história**. 1.ed. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

MESOMO, Juliana. Podemos falar sem sermos “Intelectuais Públicos”? **Revista de Estudos Amazônicos**, UFAM, ano 19, n.1, p.59-70, Agos./Dez. 2013.

MOREIRA, João. João Martins Pereira: um intelectual público para além do <pequeno mundo estreito>. **Estudos do Século XX**, Imprensa da Universidade de Coimbra, n°18, pp. 170-187. 2018. Disponível em: <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/44860/1/Joao\\_Martins\\_Pereira%2C\\_Um\\_intelectual.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/44860/1/Joao_Martins_Pereira%2C_Um_intelectual.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2023.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Desafios e missão do intelectual público. Dados. **Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)** da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), v.52, n.4, p. 821-834, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/28432>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

OSLENDER, Ulrich. A ressurreição do intelectual público? Novos espaços de intervenção pública e o intelectual coletivo. **Tabula Rasa**, Bogotá-Colômbia, n. 7, p. 341-355. Jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n7/n7a16.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 16-47.

ROSENZWEIG, Roy: Afterthoughts. Everyone a Historian [Posfácio. Cada um, um historiador]. In: **The Presence of the past. Popular Uses of History in American Life**. [A presença do passado. Usos populares de História na vida americana] Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/survey/afterroy.html>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a construção do *Dominato*. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória,ES: EDUFES, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão**: (312-394). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.